

**UNIVERSIDADE DE UBERABA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

GISLENE FERREIRA VENERANDO

**MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (MOBRAL) EM
UBERABA/MG: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES**

Uberaba, MG

2014

GISLENE FERREIRA VENERANDO

**MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (MOBRAL) EM
UBERABA/MG: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação, Curso de Mestrado, da Universidade de Uberaba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Souza Araujo

Uberaba, MG

2014

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

V555m Venerando, Gislene Ferreira.
Movimento brasileiro de alfabetização (Mobral) – em Uberaba/MG: primeiras aproximações / Gislene Ferreira Venerando. – Uberaba, 2014.
141 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação, 2014.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Souza Araujo.

1. Mobral. 2. Alfabetização. 3. Uberaba (MG). 4. Educação de adultos. 5. Práticas de ensino. I. Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. II. Título.

CDD 374.012 4

Gislene Ferreira Venerando

**MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (MOBRAL) EM
UBERABA/MG: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES**

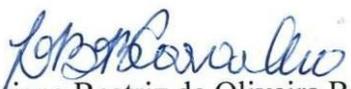
Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 22/08/2014

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Jose Carlos Souza Araújo
(Orientador)
UNIUBE - Universidade de Uberaba


Profª Drª Maria Cristina Gomes Machado
UEM- Universidade Federal de Maringá


Profª Drª Luciana Beatriz de Oliveira Bar
de Carvalho UNIUBE - Universidade de
Uberaba

A Deus, nosso pai celestial.

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

Ao Professor José Carlos Souza Araujo, pela orientação, por compreender as minhas limitações e por ajudar-me a superá-las;

Aos professores do Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba principalmente pelas contribuições nas disciplinas Seminário I e II;

Às professoras Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho e Giseli Cristina do Vale Gatti, pelas sugestões na banca de qualificação;

Aos sujeitos entrevistados pela disponibilidade e confiança neste trabalho;

Aos funcionários do Arquivo Público de Uberaba pela atenção e valorosa contribuição;

Aos amigos do IFTM incentivando para que eu pudesse realizar este trabalho;

Aos familiares e amigos que torcem por mim;

Ao meu companheiro de caminhada Wadson Rogério da Silva Bisinoto, sempre presente;

Aos colegas da turma IX e X do Programa de Mestrado em Educação pela aprendizagem proporcionada.

Há homens que lutam um dia, e são bons;
Há outros que lutam um ano, e são melhores;
Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons;
Porém, há os que lutam toda a vida;
Estes são os imprescindíveis.

(Bertold Brecht)

RESUMO

Esta dissertação está inserida na linha de pesquisa “Cultura e processos educativos” e realiza estudo sobre o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) na cidade de Uberaba, no período de sua vigência. Criado em 1967 pela lei 5.379 de 15 de dezembro de 1967, somente foi lançado como campanha de massa em 1970, com a missão de acabar com o analfabetismo da população adulta. Sua existência compreendeu a fase do Regime Militar, por isso propagava a ideologia do militarismo. Na fase de implantação (1971) as atividades eram desenvolvidas com pouco controle (ensaio e erro); na fase de expansão (1972/1976) os cargos técnicos surgiram e as atividades foram supervisionadas. Já na fase de revitalização, a partir de 1977, o Mobral lançou novos programas buscando sua sobrevivência, sob o discurso de haver cumprido sua missão. Fundamentando, sobretudo as discussões do trabalho os autores Corrêa (1979) e Paiva (2003), essas obras trazem defesas e críticas ao Mobral, respectivamente. O objetivo geral da pesquisa foi investigar como ocorreu a implantação do Mobral e quais foram as suas ações na cidade de Uberaba. Os objetivos específicos foram analisar o material didático utilizado na campanha do Mobral; refletir sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas no movimento; estudar os documentos e as publicações sobre o Mobral na cidade de Uberaba e, presumivelmente, contribuir com a história local. A pesquisa bibliográfica iniciou-se com consulta em bancos de teses e dissertações, periódicos, jornais e em livros que tratam do tema. A pesquisa documental aconteceu em visitas às escolas estaduais e municipais de Uberaba, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Superintendência Regional de Ensino e ao Arquivo Público de Uberaba. Nesse último órgão, encontram-se as prestações de contas do Mobral, as atas de reuniões pedagógicas, os ofícios enviados pelos presidentes da Comissão Municipal do Mobral e alguns recortes de jornais. A pesquisa de campo efetivou-se por meio de entrevistas com os sujeitos que participaram do programa, os quais responderam a um questionário com questões abertas e, também, disponibilizaram documentos de seus acervos pessoais. A análise dos dados aproximou-se de uma abordagem qualitativa, na perspectiva de Lüdke e André (1986), trabalhando o material acumulado, construindo categorias, reavaliando ideias, buscando descrever o percurso histórico do Mobral em Uberaba.

Palavras-chave - Mobral. Uberaba. Educação de Jovens e Adultos. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

This research conducts a study on the Brazilian-Mobral Literacy Movement - in the city of Uberaba, during the period of its validity. Created in 1967 by the Law 5,379, on December 15TH, it was only released as a mass campaign in 1970 with the mission of eradicating illiteracy on the adult population. Its existence was during the Military Regime, therefore propagated the ideology of militarism. During the implementation phase (1971) the activities were developed with little control (trial and error); in the expansion phase (1972/1976) technical positions are created and activities were supervised. On the revitalization phase – beginning in 1977 - the Mobral launches new programs seeking their survival under the discourse of having fulfilled his mission. Reasoning specially about the discussions of Corrêa's work (1979), who defends the Mobral and Paiva's (2003) work, who criticize it. The overall goal of the present research was to describe how the implementation of Mobral occurred and what were its actions in the city of Uberaba. The specific aims were to analyze the teaching materials used in the MOBREAL campaign; reflect on teaching practices developed in the movement; analyze the documents and publications on MOBREAL in the city of Uberaba and presumably contribute to the local history. The literature search began with the consultation of theses databases, journals, newspapers and books that bring up the issue. The documentary research was made in loco visits to state and municipal schools in Uberaba, City Department of Education, Regional Superintendence of Education and the Public Archives of Uberaba. In the latter agency quoted, there are the tax documents of Mobral, the records of educational meetings, the letters sent by the presidents of COMUN - Municipal Committee of Mobral - and some newspaper clippings. The field research was carried out through interviews with the people who participated in the program, who answered a questionnaire with discursive questions and also showed documents of their personal collections. Data analysis approximated in a qualitative approach, under the perspective of Lüdke and André (1986), analyzing accumulated material, building categories, reevaluating ideas, seeking to describe the historical background of Mobral on Uberaba.

Keywords - Mobral. Uberaba. Youth and Adults Educations. Pedagogical Practices.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Índice de escolaridade do censo de 1920.....	25
Quadro 2: Analfabetismo na população de 15 anos e mais.....	49
Quadro 3: Números de alunos no PEI.....	66
Quadro 4: Ensino público e particular no município de Uberaba em 1933.....	85
Quadro 5: Promoção dos alunos das classes de Educação Integrada do Mobral.....	103
Quadro 6: Distribuição das classes de pré-escolar do Mobral em Uberaba/MG - 1982.....	104

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sistema de Educação Permanente do Mobralense no ano de 1972.....	71
Figura 2: Cláusula do Termo de Convênio.....	87
Figura 3: Recibo de convite de reunião	88
Figura 4: Apoio da imprensa ao Mobral.....	95
Figura 5: Noite da Saudade.....	96
Figura 6: Espelho da Prestação de Contas da COMUN.....	97
Figura 7: Ofício enviado pelo ECULT do Posto Cultural do Mobral.....	100
Figura 8: Domingo Alegre.....	101
Figura 9: Comemoração na classe Pré-Escolar.....	106
Figura 10: Entrega de certificado do Projeto de Alfabetização Individual.....	107

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

CEAA: Campanha de Educao de Adolescentes e Adultos
CEPLAR: Campanha de Educao Popular da Paraíba
CNEA: Campanha Nacional de Erradicao do Analfabetismo
CNER: Campanha Nacional de Educao Rural
COEST: Coordenao Estadual
COMUN: Comisso Municipal
CPC: Centro Popular de Cultura
CPI: Comisso Parlamentar de Inquérito
Cruzada ABC: Cruzada da Ao Básica Cristã
DNE: Departamento Nacional de Educao
EDUCAR: Fundao Nacional para a Educao de Jovens e Adultos
FNEP: Fundo Nacional do Ensino Primário
FUNAI: Fundao Nacional do Índio
ICP: Instituto de Cultura Popular
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA: Instituto Nacional de Colonizao e Reforma Agrária
INEP: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
IPEA: Instituto de Pesquisa Econmica Aplicada
JUC: Juventude Universitária Católica
LBA: Legio Brasileira de Assistência
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educao Nacional
MCP: Movimento de Cultura Popular
MEB: Movimento de Educao de Base
MEC: Ministério da Educao e Cultura
MOBRAL: Movimento Brasileiro de Alfabetizao
PAF: Programa de Alfabetizao Funcional
PEI: Programa de Educao Integrada
PNA: Programa Nacional de Alfabetizao
PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PSD: Partido Social Democrático
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
PUC: Pontifícia Universidade Católica

SEA: Serviço de Educação de Adultos

SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SIRENA: Sistema de Rádio - Educativo Nacional

SUDEPE: Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

SUSUG: Subsistema de Supervisão Global

UDN: União Democrática Brasileira

UNE: União Nacional dos Estudantes

UNESCO: Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1. RETROSPECTIVA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	22
1.1. A Primeira República	22
1.2. A fase de 1930 a 1945	27
1.3. A fase de 1945 a 1964	31
1.3.1. Retomada da educação de jovens e adultos pelo MEC.....	34
1.3.2. Eventos que versam sobre a educação de jovens e adultos.....	35
1.3.3. Difusão de novas ideias pedagógicas.....	46
1.4. O Período Militar.....	47
2. MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO - MOBRAL	51
2.1. Mobral: criação, concepções, estrutura e funcionamento.....	51
2.2. Sistema de Educação Permanente do Mobral.....	60
2.2.1. Programa de Alfabetização Funcional.....	61
2.2.2. Programa de Educação Integrada.....	63
2.2.3. Programa Mobral Cultural.....	67
2.2.4. Programa de Profissionalização.....	71
2.2.5. Programa de Educação Comunitária para a Saúde.....	73
2.2.6. Programa Diversificação de Ação Comunitária.....	75
2.2.7. Programa de Autodidatismo.....	77
2.2.8. Programa Pré-Escolar do Mobral.....	79
3. MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO - MOBRAL - EM UBERABA-MG.....	81
3.1. Uberaba-MG: surgimento, evolução e a educação no município.....	
3.2. Mobral em Uberaba-MG (1970 a 1985).....	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109

REFERÊNCIAS.....	113
ANEXO 1 Lei nº 5.379 de 15/12/67.....	119
ANEXO 2 Decreto Lei nº 62.484 de 29/03/68.....	120
ANEXO 3 Decreto Lei nº 665 de 02/07/69.....	123
ANEXO 4 Termo de Cnvênio.....	124
ANEXO 5 Ofício de 17/09/70.....	125
ANEXO 6 Recibo de pagamento de alfabetizadora.....	126
ANEXO 7 Ofício 03/80.....	127
ANEXO 8 Nota Fiscal de compra.....	128
ANEXO 9 Pagamento de água e conta de energia	129
ANEXO 10 Nota Fiscal de compra.....	130
ANEXO 11 Nota Fiscal de prestação de serviço.....	131
ANEXO 12 Nota Fiscal de compra.....	132
ANEXO 13 Nota Fiscal de Compra.....	133
ANEXO 14 Nota Fiscal de compra.....	134
ANEXO 15 Recibo de pagamento de gratificação.....	135
ANEXO 16 Cartaz do Mobral.....	136
ANEXO 17 Decreto nº 91.980 de 25/11/85.....	137
ANEXO 18 Roteiro das entrevistas.....	138

INTRODUÇÃO

O Brasil, a partir do golpe de Estado de 1964, viveu um período de autoritarismo e de violência. O poder estava nas mãos de uma elite formada pelas classes dominantes, entre elas os militares, a burguesia industrial, os intelectuais e os tecnocratas. A democracia no período militar foi representada pela existência do Congresso e Judiciário, mas apenas como uma extensão do Executivo. Os partidos políticos foram extintos, sendo instituído o bipartidarismo formado pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) apoiando o governo e a aparente oposição do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

O Estado privilegiou o setor econômico, optando pela abertura ao capital estrangeiro. Assim, o desenvolvimento capitalista favoreceu o crescimento econômico combinado à concentração de renda. O investimento na expansão das empresas estatais e o incentivo ao capital privado, contava com a repressão que silenciava qualquer oposição ao Regime. A justificativa do Estado para tantas intervenções era a Segurança Nacional.

O crescimento econômico proporcionou um clima de euforia: grandes obras eram realizadas como o início da construção da Transamazônica e da ponte Rio - Niterói. A economia crescia vertiginosamente. No ano de 1970, o Brasil ganhou a Copa do Mundo comovendo toda a nação. Mas, convivendo com esse entusiasmo, grassava a repressão da parte do Estado que por meio dos Atos Institucionais punia violentamente as manifestações contrárias ao governo.

A diversificação das atividades econômicas proporcionou a criação de novos empregos, levando a população rural a migrar para as cidades, fenômeno que já era crescente desde algumas décadas anteriores. O analfabetismo elevou-se no nesse período, e a população economicamente ativa possuía baixo índice de escolarização. Segundo Germano (2000), o governo desenvolveu ações sociais nos campos da “[...] educação, saúde, previdência, habitação, assistência social, emprego, desenvolvimento comunitário etc.” (GERMANO, 2000, p. 23), no entanto, privilegiando a concentração de renda e riqueza em favor da elite.

Para a educação e a cultura do país, o Regime Militar foi um período de retrocesso. Os movimentos de cultura popular que buscavam a conscientização da população foram desativados e seus líderes punidos. Professores, alunos e funcionários das escolas foram proibidos de realizar quaisquer manifestações de caráter político. Os profissionais, que não foram para o exílio, trabalhavam sob censura do Regime.

Porém, apesar da censura, esse período merece destaque pelas realizações no campo da música e teatro. No ano de 1965, iniciaram-se os festivais de música, surgindo grandes

nomes da música popular brasileira como Chico Buarque de Holanda, Geraldo Vandré, Gilberto Gil, Milton Nascimento e Caetano Veloso, dentre outros. Alguns dos espetáculos criados por esses e vários outros artistas sofreram atentados. O mesmo ocorreu com alguns jornais, editoras e órgãos ligados a eles.

Nesse contexto, foi criado pela Lei 5.379 de 15 de dezembro de 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), resultado dos estudos e levantamentos de um Grupo Interministerial. Lançado em 1970 como Campanha de Alfabetização para Jovens e Adultos, seu caráter político-ideológico visava à manutenção do status quo do Regime Militar. De acordo com Corrêa (1979), o censo de 1970 apresentava o Brasil com 33,6% de analfabetos entre a população adulta. Com vistas a erradicar esse analfabetismo, a lei de criação do Mobral falava de alfabetização e de educação continuada de adolescentes e adultos:

Assim, em 1970, ano em que o Mobral iniciou suas atividades, caracterizava-se uma missão grandiosa e pioneira: por um lado, o Mobral se propunha a erradicar o analfabetismo até 1980, por outro, implantar toda uma infraestrutura que lhe permitisse oferecer à população brasileira um leque de opções em termos educacionais, tal como preconizava a lei que o criou. (CORRÊA, 1979, p. 61).

Em meados da década de 70, foi instaurada uma Comissão de Inquérito Parlamentar para investigar polêmicas geradas quanto aos dados apresentados pelo Mobral. Acusado de alfabetizar crianças, o Mobral respondeu pela descaracterização de sua missão inicial que era alfabetizar a população adulta.

O Mobral propagava o discurso de que havia reduzido o índice de analfabetismo na década de 80 para menos de 10%. Esse êxito colocou sua existência em questão, pois se o analfabetismo fora erradicado e “[...] se sua missão estava cumprida, não lhe restava nada, senão desaparecer”. (PAIVA, 2003, p. 336).

As estratégias de sobrevivência do Mobral propunham transformá-lo em um movimento de ação comunitária ou de educação comunitária, passando a dedicar-se preferencialmente ao ensino pré-escolar. Essa desvalorização de sua missão anterior possibilitou o debate sobre o encerramento do Programa. Tal como ocorreu com a abertura do Regime Militar, o Mobral teve extinção lenta e gradual em meados da década de 80.

O balanço do conhecimento produzido sobre Educação de Jovens e Adultos, realizado por Coelho (2007), ressalta a importância da temática nessa área e demonstra que as produções são poucas se comparadas com as demais áreas:

No levantamento bibliográfico realizado com o propósito de traçar o perfil das produções acadêmicas com o tema educação de jovens e adultos disponibilizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em seu portal no link banco de teses, no período entre 1987 e 2006, verifica-se que, do total de 22.579 dissertações produzidas sobre os mais variados temas educacionais, somente 639 tratavam sobre a educação de adultos, ou seja, em termos percentuais apenas 2,8% são acerca da EJA. Em relação às teses o número foi ainda menor: dentre as 4.705 teses, somente 98 são sobre a EJA, o que equivale aproximadamente a 2% do total. (COELHO, 2007, p. 28)

Sobre a temática da Educação de Jovens e Adultos, dentre os estudos realizados, destacamos: Beisiegel (1974), Jannuzzi (1979), Paiva (1987) e Soares (1995). Especificamente na região do Alto Paranaíba e do Triângulo Mineiro pesquisas registram a História da Educação, e particularmente sobre o Mobral. Destacamos os trabalhos desenvolvidos por Guarato (2001), Coelho (2007) e Oliveira (2011). Assim, desenvolver esta pesquisa sobre o Mobral na cidade de Uberaba propiciou a continuidade ao trabalho das pesquisadoras.

Nesse sentido, a presente pesquisa aborda o Mobral entre 1967 a 1985. O recorte temporal refere-se ao período no qual o Movimento se estruturou e desenvolveu seus programas. Nosso objetivo geral foi investigar como ocorreu a implantação do Mobral e quais foram as suas ações na cidade de Uberaba. Os objetivos específicos foram estudar o material didático utilizado na campanha do Mobral em Uberaba/MG; refletir sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas no movimento; analisar os documentos e as publicações sobre o Mobral na cidade de Uberaba e, presumivelmente, contribuir com a história local.

Nossa formação profissional, realizada por meio do curso de Pedagogia, especialmente na disciplina de Educação de Jovens e Adultos, proporcionou um novo olhar sobre essa modalidade de ensino. No entanto, o contato com as obras de Paulo Freire foi o que direcionou esse olhar para as novas possibilidades presentes na educação e alfabetização de adultos. Hoje podemos analisar criticamente nossa primeira experiência como professora alfabetizadora de adultos no programa “Alfabetizando para a Cidadania”, realizado na cidade de Uberaba/MG, no início dos anos 90. Essa participação oportunizou conhecer o desenvolvimento de uma campanha em massa, seus acertos e desacertos. Esse programa sucedeu a Fundação Educar lançada após a extinção do Mobral. No entanto, deve-se, também, a outra experiência posterior de professora e supervisora pedagógica na E. E. Prof. Minervino Cesarino que ofertava a Educação de Jovens e Adultos em um sistema prisional. Dentre outros aspectos, observamos nessa vivência, que o material didático utilizado pelos professores era direcionado para o público infantil. Ao realizar esta pesquisa buscamos

encontrar respostas para as perguntas e angústias que surgiram após essas vivências na Educação de Jovens e Adultos. A escolha do tema deve-se, ainda, a esta trajetória longa do Mobral e por não termos estudos referentes à implantação do Movimento em Uberaba e nenhuma análise dos materiais didáticos, documentos, publicações e das práticas pedagógicas desenvolvidas pela campanha nessa cidade.

O estado da arte realizado contemplou estudos que tratam do assunto em âmbito nacional e regional. A pesquisa bibliográfica iniciou-se com consulta sobre o Mobral e a Educação de Jovens e Adultos no banco de teses da CAPES, na biblioteca eletrônica Scielo, dentre outras. Já no acervo da biblioteca Central da Universidade de Uberaba (UNIUBE) e da biblioteca “Fádua Aidar Bichuette” do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM) as obras e periódicos pesquisados privilegiaram temas que tratam da Educação de Jovens e Adultos, História da Educação, Metodologia Científica e História de Uberaba.

Iniciamos a investigação da pesquisa documental nas visitas às escolas municipais e estaduais que foram “postos” do Mobral, e também na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e na Superintendência Regional de Ensino. Porém, não obtivemos sucesso, pois os documentos se existem, não foram liberados. Em retorno a uma das escolas estaduais, a vice-diretora permitiu-nos consultar os livros de registros escolares da época. Somente assim, encontramos dados sobre três turmas do Programa Educação Integrada do Mobral. Realizamos diversas visitas ao Arquivo Público de Uberaba que foram enriquecedoras para nosso trabalho, encontramos disponíveis para consulta e fotografia em câmera digital (sem flash) as prestações de contas do Mobral, as atas de reuniões pedagógicas, os ofícios enviados pelos Presidentes da Comissão Municipal do Mobral (COMUN) e recortes de jornais que tratam do tema, objeto de nosso estudo. A fotografia dos documentos auxiliou-nos, permitindo consultas posteriores, bem como a utilização nas ilustrações e anexos da dissertação.

A pesquisa documental proporcionou a coleta de nomes e contatos das pessoas ligadas ao Mobral em Uberaba. Cursando a disciplina obrigatória “Seminário I”, componente da grade curricular do Mestrado em Educação da UNIUBE, os professores e colegas da turma IX sugeriram que se realizasse a pesquisa de campo. Em posse dos nomes, os contatos com os sujeitos foram realizados para se constatar, ou não, a disponibilidade em participar da pesquisa. Foi necessário submeter o projeto ao Comitê de Ética da UNIUBE. O processo inicia-se cadastrando o orientador, o orientando e o projeto na Plataforma Brasil. A Plataforma Brasil é uma base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres

humanos para todo o sistema de Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Após a aprovação pelo CEP institucional, as entrevistas foram realizadas. Contamos com a colaboração, nessas entrevistas, dos sujeitos que participaram do programa: o ex-presidente da COMUN de Uberaba, uma ex-supervisora de área, uma ex-secretária executiva, quatro alfabetizadoras e uma ex-aluna que responderam a um questionário com questões abertas. Os entrevistados também nos disponibilizaram, gentilmente, acervos pessoais que se juntaram às fontes documentais.

As informações provenientes dessas metodologias foram sintetizadas para que pudéssemos construir esse trabalho. Conforme as autoras: “A análise de dados está presente em vários estágios da investigação, tornando-se mais sistemática e mais formal após o encerramento da coleta de dados.” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 45). Essa análise aproximou-se de uma abordagem qualitativa, na perspectiva de Lüdke e Andre (1986), trabalhando o material acumulado, construindo categorias, reavaliando ideias.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, fazemos uma retrospectiva histórica da educação brasileira evidenciando os fatos relacionados com a Educação de Jovens e Adultos que precederam ao Mobral. Procurando também, abordar a concepção de analfabeto e analfabetismo, presentes nas campanhas e nas iniciativas oficiais e não oficiais dos períodos do recorte. Os estudos no campo educacional adquirem importância quando se entende:

[...] educação considerando-a em relação ao contexto social no qual se insere, observando que ela só tem significado explicativo dentro de um determinado processo, no qual estão presentes fatores sociais, políticos e econômicos, que se influenciam mutuamente. (CARVALHO; ARAUJO; GONÇALVES NETO, 2002, p. 71).

Assim, pretendemos contextualizar a Educação de Jovens e Adultos, a partir de decisões políticas influenciando os campos econômico e social.

No Capítulo II, o tema central, objeto de nosso estudo, é analisado nas suas especificidades. Os seus programas mais importantes são apresentados destacando objetivos, metodologia, avaliação e desenvolvimento. Os aspectos principais desta política pública são elucidados nessa etapa do trabalho. Utilizamos fontes bibliográficas que trazem o ponto de vista do programa, mas também de quem o critica.

No último Capítulo, o Mobral é contextualizado no município de Uberaba/MG. De acordo com as autoras: “[...] a análise documental indica problemas que devem ser mais bem explorados através de outros métodos. Além disso, ela pode complementar as informações

obtidas por outras técnicas de coleta.” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 39). Nesse sentido, os documentos encontrados no Arquivo Público de Uberaba, no acervo pessoal dos sujeitos entrevistados e na secretaria da escola participante da pesquisa, aparecem nesse capítulo validando, ratificando, complementando as afirmações das fontes bibliográficas. Segundo as autoras: “[...] a História Oral possibilita certo afastamento da documentação de caráter oficial das instituições educativas, que muitas vezes não traduzem as experiências vividas no contexto escolar.” (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2012, p. 36). Por isso, presumimos que os documentos escritos e iconográficos permitam traçar o percurso histórico do Movimento na cidade, mas que as fontes orais nesta pesquisa possam acrescentar aspectos ausentes nesses documentos.

1. RETROSPECTIVA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA REPÚBLICA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Neste capítulo apresentaremos as fases que compreendem o período republicano, com ênfase na História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Para entender as realizações no campo educacional, é necessário que se faça uma retrospectiva que trate do contexto social, político e econômico. Trataremos também das concepções de analfabeto e analfabetismo que prevaleceram nas diferentes fases históricas.

O período republicano inicia-se em 1889, com a Proclamação da República, pelo Marechal Deodoro da Fonseca e se prolonga até os dias atuais. Cabe destacar os períodos políticos vivenciados no Brasil: Primeira República (1889-1930), a Era Vargas (1930-1945), que compreende duas fases: a primeira, entre 1930 e 1937 e a segunda, de 1937 a 1945 esta assume uma orientação explicitamente ditatorial; o Período de Democratização (1946-1964), a Ditadura Militar (1964-1985) e a Redemocratização a partir de 1985.

1.1 A Primeira República

Na Primeira República ou República Velha, a elite estava no poder indicando os governantes e alternando-os entre os líderes paulistas e mineiros, ou seja, a política do café com leite. O modelo econômico era o agrário-comercial exportador: “[...] durante séculos essa economia se assentava em um só produto de exportação - açúcar, ouro, café, borracha - razão pela qual o modelo agroexportador era extremamente vulnerável.” (FREITAG, 1980, p.46).

Os primeiros governantes desse período tentaram favorecer a indústria, mas “[...] estes setores não se sustentam por muito tempo no poder, não sobrevivem às sucessivas crises financeiras e às primeiras dificuldades comerciais do café no final do século.” (PAIVA, 2003, p. 88). Favorecida pelo capital estrangeiro, a oligarquia retomou o poder e esse quadro permaneceu na Primeira República, sofrendo mudanças somente com a Primeira Guerra. A respeito do capital estrangeiro, Maria Luisa Santos Ribeiro esclarece:

A política econômica de “valorização” dos produtos agrícolas, mais diretamente o café, feita com a utilização do capital estrangeiro, concentrava os lucros nas mãos da burguesia estrangeira e da “camada senhorial”, também chamada “burguesia agrário-exportadora” brasileira. (RIBEIRO, 2011, p. 58).

A partir desse acordo internacional instalaram-se no país grandes portos, inauguraram-se as primeiras usinas de produção de energia e a rede ferroviária cresceu. A sociedade modernizou-se, mas sacrificou a população rural brasileira que era a grande maioria. O país ficou numa situação de dependência junto aos seus credores. Ainda segundo Ribeiro (2000), essa população que vivia no campo era “[...] aquela que produz a riqueza uma vez que é a mão de obra da lavoura cafeeira.” (RIBEIRO, 2003, p. 59). Essa população não poderia manifestar suas insatisfações, pois estava isolada e controlada pelos coronéis. Esse “[...] traço de dependência na base da estrutura social durante os anos de 1894 a 1918, que acabou de ser feita, é necessária, pois se refletirá na organização escolar, reafirmando o traço de dependência cultural.” (RIBEIRO, 2000, p.59). Dependência cultural que é sinônimo de “[...] falta de capacidade criativa e atraso constante e cada vez mais profundo em relação ao centro criador que serve de modelo.” (RIBEIRO, 2000, p. 60).

No sistema federativo de governo, instituído pela Constituição da República de 1891, as províncias tornaram-se Estados Federados e adquiriram autonomia. Essa Constituição também “[...] consagrou a descentralização do ensino, ou melhor, a dualidade de sistemas.” (ROMANELLI, 2009, p. 41). A autora observa que:

À União cabia criar e controlar a instrução superior em toda a Nação, bem como criar e controlar o ensino secundário acadêmico e a instrução em todos os níveis no Distrito Federal, e aos Estados cabia criar e controlar o ensino primário e o ensino profissional, que, na época, compreendia principalmente escolas normais (de nível médio) para moças e escolas técnicas para rapazes. (ROMANELLI, 2009, p. 41).

As oligarquias regionais à frente do poder nos Estados Federativos estavam responsáveis pela educação. A consequência foi uma desigualdade no país, resultando na dualidade do sistema de ensino. As escolas secundárias particulares de melhor qualidade preparavam os alunos filhos da classe econômica mais abastada para o ingresso no ensino superior, adquirindo um caráter eminentemente propedêutico. Já para a classe subalterna, restava o ensino elementar e profissionalizante.

A sociedade começava a se transformar, ela já não tinha mais a homogeneidade dos agregados dos coronéis. Surgiu uma pequena burguesia, “em si mesma heterogênea” (ROMANELLI, 2009, p. 41), formada por “[...] uma camada média de intelectuais letrados ou padres, os militares em franco prestígio, uma burguesia industrial, ensaiando seus primeiros passos, e todo um contingente de imigrantes.” (ROMANELLI, 20079 p. 41).

A Constituição Republicana “[...] estabeleceu também a exclusão dos adultos analfabetos da participação pelo voto, isto em um momento em que a maioria da população adulta era analfabeta.” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 109). Incorporava-se, desta forma, a Lei Saraiva à Constituição de 1891. O efeito esperado desta e das demais Constituições era que essa exclusão seria estímulo para a busca de instrução das classes populares. Mas, iniciou-se o preconceito ao analfabeto, como ser incapaz. O autor Alceu Ravello Ferraro, explica sobre a questão:

[...] a partir pelo menos do último quartel do século XIX, o termo analfabetismo sofreu uma mudança radical de significado. Passou a ser utilizado com maior frequência e com uma conotação fortemente negativa. As pessoas que se encontravam na condição de não saberem ler e escrever viram-se, de repente, envoltas como que por uma segunda pele, tecida de rótulos estigmatizantes tais como os de ignorância, cegueira, incapacidade, doença e até de periculosidade, dando origem ao que Paulo Freire denominou de “concepção na melhor das hipóteses, ingênua” e “concepção distorcida da palavra” e ao que chamei de “desconceitos” sobre analfabetismo. (FERRARO, 2009, p. 143).

Na primeira década do século XX, o Brasil apresentava a existência de 85,2% de analfabetos na população. Esse resultado era motivo de vergonha, o país precisava ser inserido entre os países mais desenvolvidos e o ensino seria a forma de tirar o Brasil dessa posição. Conforme Paiva (2003): “A comparação sistemática da situação educacional do país com a dos Estados Unidos e, na América Latina, com as da Argentina e do Uruguai ajudava a estimular a luta em favor da difusão do ensino.” (PAIVA, 2003, p. 95).

Segundo a autora Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho (2012, p. 57), nesse cenário “[...] firmaram-se ideias pedagógicas que orientaram a evolução educacional e os movimentos em busca de soluções para reduzir o analfabetismo, estender quantitativamente e melhorar qualitativamente a escolaridade [...]”. Contudo, a relação entre população letrada e número de analfabetos comprovava que a escolarização era deficitária. A educação seguiu as normas instáveis de uma sociedade heterogênea e para a autora “[...] as reformas educacionais falharam na tarefa de revigorar/criar o ensino no país.” (CARVALHO, 2012, p.157). Afirmativa confirmada pelo Censo de 1920:

Quadro 1: Índice de escolaridade do Censo de 1920.

Estados	População	Analfabetos	%
Alagoas	978.748	834.213	85,2
Amazonas	363.166	266.552	73,2
Bahia	3.334.465	2.720.990	83,7
Ceará	1.073.262	872.562	81,3
Distrito Federal	1.157.873	457.621	38,6
Espírito Santo	457.328	349.400	76,4
Goiaz	511.919	433.339	84,6
Maranhão	874.337	735.906	84,1
Mato Grosso	246.612	174.819	70,8
Minas Gerais	5.888.174	4.671.533	79,3
Pará	983.507	695.806	71,9
Paraíba	961.106	834.155	86,7
Paraná	685.711	492.512	71,9
Pernambuco	2.154.835	1.770.302	82,1
Piauí	609.003	536.061	86
Rio de Janeiro	1.559.371	1.173.975	75,2
Rio Grande do Norte	537.135	440.720	82
Rio Grande do Sul	2.182.713	1.334.771	61,1
Santa Catarina	668.743	471.342	70,4
São Paulo	4.592.188	3.222.609	70,1
Sergipe	477.064	397.429	83,2
Território do Acre	92.379	64.881	70,2
Brasil	30.635.605	23.142.248	75,5

Fonte: IBGE – Recenseamento de 1920 apud CARVALHO, 2012, p. 56.

Segundo Romanelli (2009), a Primeira República buscando solucionar os problemas educacionais mais graves, tentou várias reformas, mas elas não se concretizaram. A reforma Benjamin Constant não foi colocada em prática totalmente. A proposta era substituir o currículo acadêmico pelo enciclopédico e incluir disciplinas científicas. No Distrito Federal esta reforma consagrou o ensino seriado e organizou o sistema atingindo as escolas primárias, normais e secundárias; no país ela atingiu o ensino superior, artístico e técnico. “Benjamim Constant criou no Rio de Janeiro, em 1890, o Pedagogium, um centro de aperfeiçoamento do magistério que visava à organização, pelo governo central, dos estudos pedagógicos de nível superior” (RICCIOPPO FILHO, 2007, p. 48). Porém, o mesmo tornou-se ineficiente enquanto órgão central de coordenação das atividades pedagógicas do país. Conforme fora se

organizando a administração escolar no Distrito Federal, foi transferida para ela a responsabilidade do ensino elementar, normal e o Pedagogium. Retornando-se, assim, à situação de descentralização do ensino popular. A reforma não contou com uma infraestrutura institucional e nem com o apoio das elites, portanto, não alcançando o êxito esperado. A autora Romanelli (2009) trata de outras reformas do ensino no período:

Outras reformas se seguiram a essa, mas não lograram acarretar nenhuma mudança substancial ao sistema. Algumas delas como a Lei Orgânica Rivadávia Corrêa, no Governo do Marechal Hermes da Fonseca, em 1911, chegaram até a ocasionar um retrocesso na evolução do sistema, em virtude de facultar total liberdade e autonomia aos estabelecimentos e suprimir o caráter oficial do ensino [...]. A reforma Carlos Maximiliano representou uma contramarcha: reformou o Colégio Pedro II e regulamentou o ingresso nas escolas superiores. E a reforma Rocha Vaz representou a última tentativa do período no sentido de instituir normas regulamentares para o ensino, tendo o mérito de estabelecer, pela primeira vez, um acordo entre a União e os Estados, com o fim de promover a educação primária, eliminar os exames preparatórios e parcelados, ainda vigentes e herança do Império. Foi, na verdade, uma tentativa de impor a sistematização sobre a desordem. (ROMANELLI, 2009, p. 42-43).

A autonomia dos Estados, proporcionada pelo federalismo, teve como consequência uma desigualdade na economia e no sistema de ensino, ocorrendo o favorecimento de alguns deles, como no caso de São Paulo. Aqueles que comandavam a política e a economia puderam investir no sistema de ensino; enquanto os mais pobres, que não opinavam nas decisões “[...] dos destinos do país e, mais ainda, sem condições de colocar em pé de igualdade suas reivindicações junto ao poder público, ficavam à mercê de sua própria sorte.” (ROMANELLI, 2009, p. 43).

O analfabetismo cresce nesse período e a educação de jovens e adultos, conforme Sérgio Haddad e Maria Clara Di Pierro, só aparecerá como preocupação na década de 40:

Até esse período, a preocupação com a educação de jovens e adultos praticamente não se distinguia como fonte de um pensamento pedagógico ou de políticas educacionais específicas. Isso só viria a ocorrer em meados da década de 1940. Havia uma preocupação geral com a educação das camadas populares, normalmente interpretada como instrução elementar das crianças. No entanto, já a partir da década de 1920, o movimento de educadores e da população em prol da ampliação do número de escolas e da melhoria de sua qualidade começou a estabelecer condições favoráveis à implementação de políticas públicas para a educação de jovens e adultos. (HADDAD; DI PERRO, 2000, p. 109).

Portanto, na Primeira República, a política educacional estatal começava a se delinear. A classe média urbana buscava na escola uma forma de ascensão social, mas para a população rural a educação não era uma necessidade.

1.2 A fase de 1930 a 1945

A quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, atingiu o mundo inteiro e uma crise instalava-se no Brasil. No entanto, a indústria brasileira foi favorecida pela crise do café que, de certo modo, trouxe consequências benéficas para o país, pois, estimulou o crescimento do mercado interno devido à queda das nossas exportações de café. A burguesia urbano-industrial foi beneficiada pela baixa do preço do café, pois teve a produção industrial fortalecida pela restrição da importação de bens de consumo e pela falta de divisas (FREITAG, 1980). O modelo econômico iniciou provocando transformações na sociedade, como destaca a autora:

Essa substituição das importações, além de produzir uma diversificação da produção, relativizou o poder econômico dos cafeicultores e fortaleceu outros grupos econômicos, especialmente uma nova burguesia-urbano industrial. Essas mudanças provocaram uma reestruturação global do poder estatal, tanto na instância da sociedade política como da sociedade civil. (FREITAG, p. 50).

O poder político foi dividido entre as classes dos latifundiários cafeicultores e a nova classe burguesa emergente. Nova classe que, juntamente com grupos militares, apoiava Vargas para se tornar chefe do governo provisório (1930 a 1934). Conforme Romanelli (2009), o governo buscava agradar às duas classes:

A burguesia industrial também não conseguiu impor-se nos primeiros anos, tendo Getúlio Vargas se mostrado dúbio em relação ao apoio ao desenvolvimento industrial. Na verdade, a política de compromissos não lhe permitia contentar os interesses divergentes em jogo. Enquanto não lhe pareceu certo o apoio das forças armadas, ele jogou com o apoio do setor moderno e do setor tradicional, este evidentemente mais forte, em virtude que tinha da máquina eleitoral. (ROMANELLI, 2009, p. 50).

Esta posição do governo, fazendo um jogo duplo, gerou insatisfação, ocasionando movimentos revolucionários de direita e de esquerda. “O Estado Novo que daí surgiu foi um golpe não só nos dois movimentos políticos acima referidos, mas também nos interesses

latifundiários.” (ROMANELLI, 2009, p. 50). Getúlio Vargas, apoiado pelas Forças Armadas, remanejou a estrutura do Estado e substituiu a política liberal do governo pelo dirigismo estatal.

Isso significa que o governo interferiu na economia, favorecendo as indústrias. Getúlio, durante o tempo que esteve no governo, utilizou-se do populismo, por meio do qual o Estado supria os anseios populares e, ao mesmo tempo, criava mecanismos para os controlarem. As instituições de ensino estavam sob esse controle.

Novas exigências educacionais surgem nesse período, pois a indústria, diferentemente da produção de açúcar e do café, exigia maior qualificação e diversificação da mão de obra. As escolas técnicas profissionalizantes são criadas e o Estado assume o treinamento para os menos favorecidos.

As primeiras universidades são fundadas, a partir da fusão de instituições de ensino superior. O art. 150 da Constituição de 1934 estabelece a necessidade da elaboração de um Plano Nacional da Educação com o objetivo de coordenar e supervisionar as atividades de ensino em todos os níveis. Já o art. 156 regulamenta as formas de financiamento da rede oficial de ensino, fixando cotas para a Federação, os Estados e os Municípios. O ensino primário torna-se obrigatório e gratuito e o ensino religioso facultativo. A nova Constituição de 1937 acrescenta dois novos importantes parágrafos para o sistema de ensino: o ensino profissionalizante é introduzido para as classes menos privilegiadas; sendo obrigação das indústrias e dos sindicatos a criação das escolas de aprendizagem (Art. 129). Já o Art. 131 trata da obrigatoriedade das “disciplinas de educação moral e política”. (FREITAG, 1980, p. 50-51).

O movimento da Escola Nova vindo da Europa e da América do Norte influenciou o pensamento educacional no Brasil. O país estava em transição de uma sociedade agrária para a industrial, exigindo uma nova organização escolar. A Escola Nova visava “[...] o restabelecimento daquele sentido do humano, ameaçado tanto pelas exigências econômicas como pelas exigências políticas.” (HUBERT, 1967, p. 123 apud RIBEIRO, 2003, p. 93).

Nesse sentido, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi publicado em 1932, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por 26 educadores. O documento defende a escola básica única, obrigatória, gratuita e leiga como dever do Estado, a ser implantada em programa de abrangência nacional. O Manifesto critica o sistema dual, que destina uma escola para os ricos e outra para os pobres. Ele foi importante para a história da educação representando a conscientização da defasagem entre a educação e as exigências do desenvolvimento. Participaram, entre outros, desse movimento pela renovação educacional

brasileira: Anísio Teixeira (1900-1971), filósofo, Fernando de Azevedo (1894-1974), sociólogo, juntamente com Lourenço Filho (1897-1970), educador.

Segundo Paiva (2003), o Manifesto influenciou a Assembleia Constituinte e a Constituição de 34 opinando sobre os problemas educacionais:

Protestavam os educadores contra o empirismo grosseiro dominante na resolução de problemas educativos, com o que reafirmavam a possibilidade de serem encontradas soluções científicas para as questões educacionais e a qualificação do terreno educacional como área técnica; pregavam a regionalização do ensino e a adaptação do ensino às profissões e indústrias dominantes no meio, podendo ser visto, portanto, como o primeiro apelo em favor do planejamento educacional. (PAIVA, 2003, p. 134).

Os pensadores católicos se opuseram aos escolanovistas e à política da escola laica. Conservadores ligados à antiga oligarquia visavam à reintrodução do ensino religioso nas escolas. Eles consideravam verdadeira educação somente a ligada aos aspectos da moral cristã, mas também procuravam influenciar na política educacional e acusavam os escolanovistas de comunistas. Ribeiro (2003, p. 84) diz que, “[...] esses educadores, de ambos os grupos, entretanto, eram unânimes em combater o princípio de monopólio do ensino pelo Estado, colocando-se, assim, diziam eles, contra as ideologias tanto de esquerda - comunismo - como de direita - fascismo”.

As ideias novas se propagaram nesta fase e estavam presentes:

1) na exposição de motivos da Reforma Francisco Campos; 2) nas reformas estaduais que continuam sendo empreendidas dentro das mesmas limitações das realizadas anteriormente (Anísio Teixeira-DF, Moreira de Souza-CE, Aníbal Bruno-PE, Lourenço Filho-SP, Fernando de Azevedo e Almeida Jr.-SP); 3) na criação das universidades como a de São Paulo (1934), com a participação de Fernando de Azevedo, incluindo a faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e a do Distrito Federal – situado no Rio de Janeiro, então capital da República – (1935), com uma composição de escolas distintas das tradicionais, uma vez que constituía de faculdades de ciências naturais, ciências sociais, letras e educação; 4) nos textos constitucionais. (RIBEIRO, 2003, p. 88).

No contexto internacional, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) fundada em 1945, tinha como preocupação a redução da taxa de analfabetismo no mundo, a desigualdade entre os países, e, sobretudo, alertava sobre a importância do papel da educação para os países em atraso desenvolverem-se.

As reformas chamadas de Leis Orgânicas do Ensino Secundário de iniciativa do ministro Gustavo Capanema foram regulamentadas por decretos-leis, assinados entre 1942 e

1946. Em seus textos, o ensino secundário foi reestruturado, compreendendo o ginásial de quatro anos e o colegial de três, sendo dividido em curso clássico e científico. O ensino técnico profissional foi organizado na área econômica contendo dois ciclos: o fundamental, geralmente de quatro anos e o técnico, de três a quatro. A área industrial, além do básico de quatro anos, existia, no mesmo ciclo, o de mestria, com a duração de dois anos. O 2º ciclo possuía, além dos cursos técnicos de três e quatro anos, o curso de formação de professores com duração de um ano. O ensino primário fundamental estruturado em primário elementar, de quatro anos e o complementar de um ano, destinados às crianças dos sete aos doze anos. (ROMANELLI, 2009).

Nesse período, ocorreram outras medidas em favor da educação de adultos. Paiva (2003) destaca que no ano de 1938, foi criada uma Comissão Nacional do Ensino Primário com o objetivo de criar e propor as bases da política referentes ao ensino primário e também “[...] estabelecer um plano de combate ao analfabetismo.” (PAIVA, 2003, p. 148). Nesse mesmo ano, o governo central colaborou financeiramente com os Estados, no qual se encontravam grande contingente de imigrantes, para a fundação de escolas elementares. Esses recursos proporcionaram o fechamento de 774 escolas desnacionalizantes e foram abertas 885 escolas públicas.

O interesse do governo pelo ensino pode ser percebido no período pelas iniciativas em favor de uma política nacional de educação. Para conhecer melhor a situação educacional do país o governo em 1938 criou o “Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) através do decreto nº 580, do mês de janeiro, com o objetivo de promover estudos e centralizar informações acerca da educação nacional.” (PAIVA, 2003, p. 148).

O INEP realizou seus primeiros estudos e pesquisas, os quais revelaram a precária situação do ensino primário. Esses resultados levaram o governo a convocar a 1ª Conferência Nacional de Educação, realizada no ano de 1941. O Fundo Nacional do Ensino Primário – FNEP - instituído pelo decreto nº 4.958, de 14 de novembro de 1942, foi uma medida do governo que resultou dessa Conferência. Com a criação desse órgão o governo federal passou a interferir no ensino elementar cooperando, por meio de renda proveniente de tributos federais, para a melhoria do sistema escolar primário. (PAIVA, 2003).

A educação de jovens e adultos, após a criação do FNEP, é reconhecida e passa a receber tratamento particular. Com recursos específicos ela será, de agora em diante, percebida de uma maneira especial. Os autores Haddad e Di Pierro (2000) esclarecem quanto à porcentagem para aplicação dos recursos destinados ao ensino dos adultos:

Através de seus recursos, o fundo deveria realizar um programa progressivo de ampliação da educação primária que incluísse o Ensino Supletivo para adolescentes e adultos. Em 1945 o fundo foi regulamentado, estabelecendo que 25% dos recursos de cada auxílio deveriam ser aplicados num plano geral de Ensino Supletivo destinado a adolescentes e adultos analfabetos. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 110-111).

A partir da regulamentação do FNEP inicia-se o período no qual o governo Central auxilia os Estados na difusão do ensino elementar, a União arcando com as despesas “[...] relativas às construções escolares e à qualificação do pessoal técnico e os Estados com a manutenção dos sistemas.” (PAIVA, 2003, p. 153). Efetiva-se a universalização do ensino elementar, entretanto, a educação de adultos passa a ser percebida como instrumento para que os objetivos políticos-ideológicos sejam alcançados.

1.3 A fase de 1945 a 1964

Com o término do governo com traços ditatoriais de Getúlio Vargas, o governo voltou a ser eleito pelo povo. O General Eurico Gaspar Dutra do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Social Democrático (PSD), venceu a eleição disputada com o Brigadeiro Eduardo Gomes, da União Democrática Brasileira (UDN). Dutra havia participado do governo Vargas e agora seria apoiado pelos getulistas, aqueles que tinham suas bases políticas em Getúlio Vargas. Dutra governou nas ideias econômicas do liberalismo, não fazendo uso do dirigismo estatal.

O governo que se seguiu ao de Getúlio Vargas tentou voltar ao antigo papel do Estado no desenvolvimento da indústria. Porém, tal situação não poderia ser retomada, pois, havia caído sensivelmente as matérias-primas que o país produzia e as divisas acumuladas durante a II Guerra Mundial se “[...] escoaram rapidamente com a política de desperdício e de falta de proteção cambial e tarifária do Governo.” (ROMANELLI, 2009, p. 52). Ao proporcionar o desenvolvimento, o Estado foi longe demais e a burguesia industrial alcançou uma posição da qual era impossível afastá-la. “O populismo de Vargas implantara-se de forma que já não podia ser erradicado.” (ROMANELLI, 2009, p. 52). Dutra só foi eleito pelo apoio recebido de Vargas. Mas, uma vez no poder, aliou-se a outros interesses em jogo, possibilitando, com isso, o retorno de Vargas que fora apoiado pelas camadas populares.

Vargas venceu as eleições de 1950 e voltou à vida política “[...] propondo uma luta contra o imperialismo e a defesa dos interesses econômicos nacionais.” (WEREBE, 1997, p. 61). Quando retomou a política populista, paternalista e demagógica, Vargas tentou

restabelecer seu prestígio junto às classes populares. Permaneceu por três anos na presidência, em meio a uma intensa agitação política:

Getúlio Vargas voltou ao governo em plena campanha de petróleo. O governo Dutra pretendia fazer passar no Congresso um projeto regulamentando a exploração do petróleo que descontentava a maioria das camadas sociais politizadas, porque abria mão do monopólio estatal que o Estado Novo havia reivindicado. A campanha do petróleo arregimentou todas as camadas urbanas, do operariado à burguesia, e foi, talvez, o único movimento do qual participou intensamente e de forma ampla e espontânea o povo brasileiro. E Getúlio Vargas era, na época, o próprio símbolo do nacionalismo. Em 1953, dois anos de sua posse, a Petrobrás tornou-se Lei e o Estado passou, desde então, a ter o monopólio da pesquisa e exploração do petróleo brasileiro. (ROMANELLI, 2009, p. 52).

Depois desta campanha, Vargas viu-se pressionado a deixar o seu segundo governo, envolvido em tramas sinistras. “Sentindo-se isolado e pressionado por forças ocultas, segundo os termos de sua carta testamento, Getúlio suicidou-se em 24 de agosto de 1954.” (WEREBE, 1997, p. 61). Nesse sentido, Vargas teve um dos governos mais agitados na história do país.

Nos dezesseis meses que se seguiram até a posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira, o Brasil teve três presidentes: Café Filho era Vice e logo foi afastado, Carlos Luz era Presidente da Câmara e também não continuou, Nereu Ramos, Presidente do Senado, passou o governo para Juscelino que, para assumir, teve apoio do Exército. (FRANCISCO FILHO, 2004, p. 101).

Juscelino governou de 1956 a 1961, seu vice era João Goulart. O seu programa de governo era fazer o Brasil progredir “50 anos em 5”. Juscelino foi eleito pela coalizão dos partidos: PSD e PTB, ambos criados por Vargas. O clima era de otimismo, a criação de Brasília, a nova capital do país, marcou as grandes realizações. Esse período foi caracterizado pelo desenvolvimento econômico, as indústrias multinacionais instalaram-se definitivamente em nosso território. Mas, o capital estrangeiro precisou entrar no país para que esse desenvolvimento se efetivasse.

[...] no transcorrer do governo de Juscelino, há tentativa de conciliar o modelo político-nacional-desenvolvimentista com o modelo econômico substituição de importações em sua segunda fase, agora contando basicamente com a participação do capital estrangeiro. Dessa maneira, o modelo político transforma-se apenas num aparato, isto é, em aparência sem conteúdo correspondente, para ser ostentada em atos públicos. O conteúdo não correspondente se expressa nas características embrionárias de um novo modelo econômico que vai sendo adotado. (RIBEIRO, 2011, p. 119).

As mudanças no modelo econômico começavam a ocorrer nesse governo. O desenvolvimento, até então, marcado pelo nacionalismo, se contradiz com o processo de internacionalização da economia, quando as multinacionais se instalavam no país.

Mas, a outra face da entrada do capital estrangeiro se mostrou nos âmbitos político e econômico. O crescimento regional aconteceu de modo desigual, as cidades começavam a superlotar e a concentração de renda nas mãos de uma minoria fez a pobreza agravar-se.

Os anos de 1956 a 1961 representaram um período de desenvolvimento econômico, cresceram as ofertas de emprego. Mas, os lucros estavam concentrados em uma minoria de setores internos e muito mais nos externos. Segundo Ribeiro (2011, p. 122), para que se compreendam os acontecimentos educacionais, essas características do contexto desse período precisam ser destacadas: “[...] a diversificação das atividades econômicas criando novos empregos em quantidade e qualidade [...]”; a mão de obra continua sendo explorada; a modificação no contingente dessa mão de obra (operariado urbano) que agora “[...] conquista alguma condição de manifestação de seus interesses; e a ampliação do setor médio, agora integrado no processo de desenvolvimento.” (RIBEIRO, 2011, p. 122). Destacou-se, na sociedade brasileira, o novo grupo que se formara desde 1951, composto por “[...] dirigentes brasileiros de empresas estrangeiras, engenheiros, advogados, relações públicas, cujos interesses estão intimamente relacionados aos dos grupos estrangeiros que detêm tais empresas.” (RIBEIRO, 2011, p. 122).

Vieira (2006), ao discutir sobre a educação de jovens e adultos no início dos anos 60, se refere às transformações ocorridas na sociedade nessa fase, trazendo o contexto social no governo de Juscelino. Segundo a autora, a grande quantidade e variedade de bens que a indústria produzia favoreceram a emergência de uma sociedade de consumo, os hábitos, valores e comportamentos no cotidiano das populações transformaram-se. As cidades cresceram rapidamente, aumentou a participação da mulher no mercado de trabalho, “[...] ensaiando-se alterações nos papéis sociais estabelecidos tradicionalmente.” (VIEIRA, 2006, p. 106). A economia brasileira cresceu aceleradamente neste clima de prosperidade e confiança, disseminando euforia nos mercados e otimismo social.

O governo seguinte foi de Jânio Quadros, eleito pela UDN e apoiado por vários setores da oposição. Ele “[...] não possuía a maioria parlamentar no Congresso e tomou algumas decisões que desagradaram vários setores.” (FRANCISCO FILHO, 2004, p. 101). Seu vice-presidente era João Belchior Marques Goulart, ou simplesmente, Jango, considerado pelos setores tradicionais de ser simpático ao socialismo. Depois de sete meses de governo, Jânio renuncia em 25 de agosto de 1961, sem que seu programa de governo fosse aprovado.

Quando assume Goulart, herdeiro político de Vargas, o período é de crise e o populismo encontrava-se desgastado. “O governo populista de Goulart veio aumentar as inquietações de vários setores da sociedade brasileira, em particular da burguesia conservadora. De certa forma forneceu elementos para os que preconizavam uma intervenção militar que pusesse fim a seu governo.” (WEREBE, 1997, p. 75). A contradição entre a ideologia política e o modelo econômico é a causa principal da crise, pois, se o nacionalismo populista procurava a independência e a identidade do povo brasileiro, por outro lado a internacionalização submetia o país ao controle estrangeiro. Em 31 de março de 1964, o governo de Jango foi deposto pelos militares, em nome da democracia.

1.3.1 Retomada da Educação de Jovens e Adultos pelo MEC

Considerando a relevância desse contexto para se tratar da educação no período, passaremos, a seguir, aos principais tópicos da educação elementar e, em especial, da educação de jovens e adultos, tendo os aspectos sociais e políticos como fundamento.

A 4ª Constituição Republicana, promulgada em 18 de setembro de 1946, ao retorno da normalidade democrática, apresenta características liberais e democráticas. No entanto, é mais restrita em relação ao texto de 1934, quanto à gratuidade. O ensino primário oficial é gratuito para todos: o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem a falta ou insuficiência de recursos (Art. 168, II); o religioso de matrícula facultativa e de acordo com a confissão do aluno (Art. 168, V); para as empresas com o número de funcionários superior a 100 é de responsabilidade a educação dos empregados menores e dos filhos dos empregados (Art. 168, III e IV); é de competência da União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional (Art. 5, XV, d). (RIBEIRO, 2011).

Ainda sobre o Art. 5 (XV, d), Freitag (1980) trata da necessidade de elaboração de novas leis e diretrizes para o ensino no Brasil, pois, aquelas consideradas ultrapassadas do governo de Vargas deveriam ser substituídas. Não poderiam continuar intactas a reorganização da economia no contexto internacional e as funções dadas à escola pelo Estado Novo. Mas, a legislação educacional passaria por uma série de indefinições, antes que o texto definitivo da Lei de Diretrizes e Bases seja sancionado em 1961.

Em 1947, foi instalado o Serviço de Educação de Adultos (SEA) como serviço especial do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde, que tinha por finalidade a reorientação e coordenação geral dos trabalhos dos planos anuais do ensino supletivo para adolescentes e

adultos analfabetos. Uma série de atividades foi desenvolvida a partir da criação desse órgão, integrando os serviços já existentes na área, produzindo e distribuindo material didático, mobilizando a opinião pública, bem como os governos estaduais e municipais e a iniciativa particular. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 111).

Após a criação do Serviço de Educação de Adultos (SEA), do Ministério da Educação e da Saúde, foram lançadas campanhas ministeriais, congressos, seminários, conferências e movimentos acerca do tema educação de adultos. Trataremos dos principais eventos, campanhas e movimentos buscando apresentar os objetivos e os aspectos relevantes dessas iniciativas.

A concepção de educação popular e educação de jovens e adultos, segundo Gadotti (2008) apresenta definições diferenciadas durante os últimos anos, após estudos e experiências práticas dos movimentos sociais. A apresentação dessas concepções se fez necessária para que possamos entender melhor os eventos que serão tratados a seguir nesse capítulo:

A educação popular, como uma concepção geral da educação, via de regra, se opõe à educação de adultos impulsionada pela educação estatal e tem ocupado os espaços que a educação de adultos oficial não levou muito a sério. Um dos princípios originários da educação popular tem sido a criação de uma nova epistemologia baseada no profundo respeito pelo senso comum que trazem os setores populares em sua prática cotidiana, problematizando esse senso comum, tratando de descobrir teoria presente na prática popular, teoria ainda não conhecida pelo povo, problematizando-a, incorporando-lhe um raciocínio mais rigoroso, científico e unitário. (GADOTTI, 2008, p. 30).

Na década de 40 a educação de adultos era vista como uma extensão da escola formal. Na década de 50 ela é entendida como educação libertadora, conforme Paulo Freire, como conscientização e também como educação funcional, profissional e treinamento de mão de obra mais produtiva. Depois da segunda guerra, conforme as tendências mundiais, ela foi concebida como independente da educação elementar, “muitas vezes com objetivos políticos populistas.” (GADOTTI, 2008, p. 35). O conceito de educação de adultos evolui e na década de 90 é concebida como educação permanente, ou seja, a alfabetização não pode ser separada da pós-alfabetização.

1.3.2 Eventos que versam sobre a educação de jovens e adultos

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) baseado nos altos índices de analfabetismo declarados pelo IBGE no Censo de 1940, 55% nos grupos de 18 anos ou mais, lançou apelo às autoridades do ensino no país para que organizem uma campanha em prol da educação de adolescentes e adultos analfabetos. A proposta era ampliar os serviços supletivos existentes, por meio de medidas práticas. A recomendação previa o aproveitamento do sistema de ensino já existente e o alargamento da rede de ensino supletivo; a criação de classes de alfabetização regidas por voluntários; a organização de Centros de Cultura Popular junto às bibliotecas municipais; a criação de cursos de continuação para adultos e a instituição das missões culturais. Nesse cenário, em 15 de janeiro de 1947, foi aprovado o plano da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), colocado em prática imediatamente. (PAIVA, 2003).

Devemos educar os adultos, antes de tudo, para que esse marginalismo desapareça, e o país possa ser mais coeso e mais solidário, devemos educá-los para que cada homem ou mulher melhor possa ajustar-se à vida social e às preocupações de bem-estar e progresso social. E devemos educá-los porque essa é a obra de defesa nacional, porque concorrerá para que todos melhor saibam defender a saúde, trabalhar mais eficientemente, viver melhor em seu próprio lar e na sociedade em geral. (LOURENÇO FILHO, 1950, p. 193-199 apud PAIVA, 2003, p. 207).

Como justificativa para a campanha, utilizou-se do argumento de que o analfabetismo impedia a produção do país. O analfabeto era considerado marginal e incapaz nesse contexto. Conforme o pronunciamento de Lourenço Filho, presidente da CEAA de 1947 a 1950, a campanha iria combater esse marginalismo. “Citando Roquete Pinto, afirmava Lourenço Filho que o Brasil havia chegado ao máximo de progresso compatível com a educação de seu povo; pois, se queremos produção devemos contar com trabalhadores mais capazes.” (PAIVA, 2003, p. 208). Na visão de Roquete Pinto, diretor do Departamento Nacional de Educação (DNE), os altos índices de analfabetismo poderiam dar a ideia da pequena capacidade de organização do país, e a solução para enfrentar o problema só poderia ser a instrução.

A CEAA nasceu da regulamentação do FNEP e seu lançamento se fez em meio ao desejo de atender os apelos da Unesco em favor da educação popular. No plano interno, ela acenava com a possibilidade de preparar mão de obra alfabetizada nas cidades, de penetrar no campo e de integrar os imigrantes e seus descendentes nos Estados do Sul, além de se constituir num instrumento para melhorar a situação do Brasil nas estatísticas mundiais de analfabetismo. (PAIVA, 2003, p. 208).

A campanha visava manutenção das estruturas socioeconômicas e solidificar o poder político da democracia liberal do governo Vargas, iniciado após o término do Estado Novo. A população, por meio do voto, poderia participar politicamente da sociedade e a CEAA seria o caminho para essa conquista. Coordenada pelo Departamento Nacional de Educação - DNE - foi a primeira grande campanha nacional de combate ao analfabetismo. A União e os estados estavam responsáveis pela divulgação dos objetivos da campanha, devendo motivar a contribuição de voluntários para participarem das atividades da Campanha. Ela atingiu várias unidades da federação e novas escolas de educação de adultos foram fixadas pelo país. (PAIVA, 2003).

Segundo Paiva (2003), a campanha preocupou-se em elaborar um material didático para adultos e buscando desenvolver uma metodologia adequada para essa faixa etária. No entanto, manteve preocupações com os aspectos e consequências políticas do programa.

O Sistema de Rádio-educativo Nacional (SIRENA), de abril de 1957, pertencia à CEAA e pretendia incentivar a criação dos Sistemas de Rádio-educativos, nas diversas regiões. O Sistema teve um papel importante para a rádio-educação, criada posteriormente no país. Entretanto, os resultados da campanha eram precários e os recursos foram diminuindo em virtude destes resultados.

Posteriormente, a campanha desenvolveu suas atividades especificamente para o meio rural, marcando uma segunda fase, com um novo programa voltado aos aspectos qualitativos, buscando, além da alfabetização, o desenvolvimento e a organização da vida das comunidades do campo. No entanto, tiveram a preocupação de manter as forças políticas locais. De acordo com o autor:

Os trabalhos desenvolvidos na primeira fase, denominada de realização extensiva, e a atuação em profundidade, da segunda fase, possibilitaram, conjugados, a mobilização de recursos educacionais do país, com vistas à promoção socioeconômica dos segmentos marginalizados da população. (BEISIEGEL, 1974, p.103).

Foram criados os Centros de Iniciação Profissional a partir de 1951. Promovidos pela Campanha, eles se multiplicaram, sobretudo, no meio urbano. Desmembrando-se da CEAA, surgiu a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), dedicada à educação no campo e com base em um programa específico de desenvolvimento rural. (PAIVA, 2003). Segundo Paiva (2003), o funcionamento da campanha é reconhecido:

O declínio da Campanha chega ao auge em 1958 quando é convocado o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, onde se reconhece de público o fracasso do programa do ponto de vista propriamente educativo. Nesse momento, observa-se que a CEAA havia se mantido fiel ao seu fundamento político, formando novos contingentes eleitorais, e por outro lado havia efetivamente contribuído para a diminuição dos índices de analfabetismo no Brasil. Sua atuação, entretanto, excetuada uma pequena parcela, carecia de profundidade, reduzindo-se à mera alfabetização; apontavam-na como “fábrica de eleitores”. (PAIVA, 2003, p. 220).

No entanto, a campanha sobreviveu até o ano de 1963, em situação precária. A qualidade do ensino diminuiu, os voluntários deixaram de participar e as Comissões Municipais demonstraram desinteresse pela CEAA. Ficou constatado, então, que as campanhas em massa não eram a solução mais adequada para a educação de adultos.

O I Congresso Nacional de Educação de Adultos

Conforme afirmava o diretor do Departamento Nacional de Educação (DNE), “[...] nossa grave crise atual, política, econômica, moral provém, antes de tudo, de nossa pequena densidade cultural, da mentalidade média dominante no país, com seus 55% de analfabetos nas idades de 18 e mais.” (LOURENÇO FILHO, 1947, p. 194 apud PAIVA, 2003, p. 215). Assim, responsabilizava-se o povo com pouca cultura e sem alfabetização pelos problemas que o país enfrentava, e defendia-se a CEAA no I Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado em fevereiro de 1947.

Além da apresentação da CEAA houve troca de experiências e ideias, apresentação de trabalhos desenvolvidos com o tema educação de adultos e das realizações oficiais dos órgãos do Estado e da iniciativa privada. As atividades da CEAA foram iniciadas após o Congresso, que apresentou sugestão para que fosse elaborada uma Lei Orgânica de Educação dos Adultos visando o ensino supletivo, cursos de continuação e aperfeiçoamento e a criação de Universidades Populares. De acordo com Paiva (2003), a questão da criação de Universidades

Populares não chegou a aparecer nos Anais do Congresso; sendo que os principais idealizadores das Universidades Populares eram os grupos comprometidos com ideais socialistas.

O Seminário Interamericano de Educação de Adultos

Este seminário recebeu profissionais da educação de países, entre os quais estava o México, Venezuela e Guatemala que estavam desenvolvendo campanhas voltadas para a educação de adultos. Segundo Deane Monteiro Vieira Costa (2012):

No Brasil, em 1949, aconteceu o Seminário Interamericano de Alfabetização e Educação de Adultos. A direção-geral desse evento foi composta pelos professores Lourenço Filho, Frederick J. Rex (representante da Unesco), Guillermo Jannetti (membro do Conselho Executivo da Unesco), Carmela Tejada (especialista em Educação), Francisco Jarussi (responsável pelo Setor de Planejamento e controle do Serviço de Educação de Adultos no Brasil) e Rubens Falcão (chefe de Inspeção Especializada de Educação de Adultos do Estado do Rio de Janeiro). (COSTA, 2012, p. 51).

O seminário proporcionou a troca de experiências, mas agora com um caráter mais técnico. As conclusões do encontro deveriam levar a um sistema de trabalho que pudesse ser desenvolvido na América Latina, respeitando as especificidades locais. A CEAA foi apresentada no Seminário obtendo sucesso quanto aos aspectos da participação de voluntários e quanto aos recursos financeiros. No Seminário, a insuficiência do ensino primário foi discutida como responsável pelos altos índices de analfabetismo no continente latino-americano. (PAIVA, 2003).

Entre as recomendações do Seminário, estava a orientação para a profundidade das campanhas, ou seja, por meio das ações governamentais e da participação da população deveriam sair da fase da ação extensiva, devendo ser desenvolvidas, preferencialmente, no interior dos países. Resultou também do Seminário, um Manual que iria interferir nos programas brasileiros de educação de adultos, em especial quanto à ação de profundidade, sendo efetivada por meio da Missão Rural de Educação de Adultos.

A Campanha Nacional de Educação Rural

O processo de industrialização colaborava para o êxodo rural. Em busca de melhores salários e de uma vida melhor o homem do campo migrava para as cidades, aumentando assim, o contingente do operariado urbano. As campanhas de alfabetização deveriam

colaborar para a fixação do trabalhador rural nos campos e propiciar a educação de base, visando o desenvolvimento das comunidades rurais. Pois, no contexto político, “[...] durante o Estado Novo, Vargas havia explicitado a sua orientação ruralista como meio de conter a migração rural-urbana” (PAIVA, 2003, p.204). No entanto os dados apresentados pela autora evidenciam o contrário:

Nos anos 40 e 50 registrou-se uma acelerada industrialização e uma progressiva urbanização. A população urbana, que representava 31,2% em 1940, passou a 36,2% em 1950. Na região Sudeste, onde o desenvolvimento econômico foi maior, a porcentagem da população urbana passou de 39,4 em 1940 a 47,5% dez anos depois. (WEREBE, 1997, p. 61).

Criou-se, em 1952, a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) em favor do ensino rural. Eram seus principais pontos de apoio: as Missões Rurais e os Centros de Treinamento, que entre os cursos destinados aos filhos dos agricultores, também realizava a capacitação do pessoal que trabalhava na Campanha. Os objetivos eram contribuir para a evolução dos moradores rurais; incentivar a ajuda mútua na vida em comunidade; “[...] despertar a ideia de valores humanos e o sentido de suficiência e responsabilidade para que não se acentuassem as diferenças entre a cidade e o campo [...]”. (PAIVA, 2003, p. 225).

A experiência de educação de adultos, de 1950, do município de Itaperuna, no estado do Rio de Janeiro, antecedeu ao início da Campanha. Atendendo às recomendações do Seminário Interamericano, essa Missão Rural foi implementada visando o desenvolvimento da comunidade e a organização da educação de base. As atividades na Comunidade de Ação Educativa só deveriam ser encerradas quando os resultados fossem demonstrados, sejam eles positivos ou negativos. Porém, esses resultados não foram conclusivos, no entanto, ela marca o desenvolvimento de outros programas posteriores. (PAIVA, 2003, p.226).

A CNER atuou em muitos estados, entretanto, as consequências das atividades não eram possíveis de ser mensuradas. Ficava demonstrado que o desenvolvimento das comunidades não dependia apenas do fator educativo, pois as comunidades não poderiam manter o trabalho desenvolvido pela Campanha, caso ela se retirasse. Mesmo procurando interferir no processo evolutivo das comunidades e não na legitimação do poder existente, as Missões Rurais encontraram resistência do poder político das localidades, não podendo ser instaladas em diversos locais. Com essa atuação distante de seus objetivos, a campanha teve as atividades reduzidas até a sua completa extinção, em 1963, assim como as demais campanhas existentes.

O II Congresso Nacional de Educação de Adultos

A convocação para o II Congresso Nacional de Educação de Adultos resultara da conclusão de que a educação de adultos deveria atender as diretrizes do governo, pois as condições sociais, econômicas e culturais do país haviam mudado. Sobre este Congresso Maria Clarisse Vieira (2006), afirma:

No Brasil, em meados dos anos 1950, as campanhas nacionais de alfabetização e de educação rural começaram a ser fragilizadas. Entretanto, no final desse período e particularmente no início dos anos 60, observou-se a emergência de inúmeras experiências de educação e cultura popular que trouxeram novas luzes para a reflexão pedagógica. Um evento importante nessa época foi o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado no Rio de Janeiro em 1958, valendo-se da iniciativa governamental. O encontro buscou avaliar as ações realizadas na área e propor soluções adequadas para a educação de adultos em seus múltiplos aspectos. Contando com a participação ativa de Paulo Freire, o II Congresso foi além de fatores meramente pedagógicos, incorporando fatores sociais e políticos que envolviam o ato educativo. Com efeito, representou um marco significativo na área, emergindo concepções que tiveram grande importância no pensamento educacional brasileiro. (VIEIRA, 2006, p. 110).

O Congresso elaborou uma Carta de Princípios, relatando suas conclusões para que estas pudessem servir de diretriz ao governo quanto à Educação de Jovens e Adultos. Mas, foi redigida por uma minoria de representantes conservadores presentes entre os congressistas, ocasionando contradição entre as conclusões dos grupos e a Carta. Entre as preocupações dos diversos grupos presentes e das várias posições ideológicas defendidas por eles no evento, predominou a posição do grupo favorável “[...] à participação popular nas decisões políticas, através da ampliação das bases eleitorais e à aceitação de que os problemas brasileiros se resolveriam através do aceleração do processo de desenvolvimento e da mudança social que deveria acompanhá-lo.” (PAIVA, 2003, p.239). A preocupação dos congressistas com a restrição do voto ao analfabeto esteve em destaque nas conclusões do Congresso, pois demonstrava que a democracia não prevalecia amplamente na sociedade brasileira, assim, Paiva (2003) nos esclarece:

Por isso os participantes propunham ao governo, como orientação política para a educação dos adultos, que fossem criadas oportunidades para que cada brasileiro pudesse exercer o direito de voto, transformando-o realmente num cidadão, e que se buscasse elevar o nível cultural do povo para valorizar a expressão de sua vontade, simbolizada no voto. (PAIVA, 2003, p. 239).

Porém, a Carta demonstrava mais preocupação com a preservação pela educação dos valores morais e espirituais, reconheceu os esforços da CEAA e ainda colocou pouca ênfase à participação política da população. Contudo, o Congresso deu início a um período novo para a educação de jovens e adultos quanto às metodologias específicas e à participação da população na vida política do país (PAIVA, 2003).

O evento marcou o fim da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, do DNE. Os participantes reconheceram que a Campanha havia falhado como meio de combater o analfabetismo, sendo criticada pelos congressistas por transmitir uma simples técnica de assinar o nome.

A Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo

A CNEA foi coordenada por João Roberto Moreira, que iniciou suas atividades com um projeto piloto, na cidade de Leopoldina (MG), pretendendo que o método empregado fosse fixado e custos e investimentos mensurados. Posteriormente, a CNEA foi implementada nos demais estados. Os professores recebiam o salário, conforme a frequência e aprovação dos alunos, para atuarem na educação de adolescentes e adultos. Os alunos que pertenciam à faixa etária em idade escolar, recebiam material didático, merenda, roupas e calçados. O treinamento dos professores foi realizado em parceria com o INEP e a CNER no Centro de Treinamento de Professores Rurais. As atividades desenvolvidas pela campanha serviram de exemplo para outros programas posteriores, mas, também marcaram a renovação pedagógica do período juntamente com o II Congresso Nacional de Educação de Adultos. Entretanto, a partir de 1961 a campanha passou por dificuldades financeiras e este problema interferiu nas atividades desenvolvidas, encaminhando-a para sua decadência. (PAIVA, 2003).

A Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, criada em 1958, visava:

[...] combater o analfabetismo dos adolescentes e adultos, enfatizando o papel da escolaridade primária como o meio mais seguro de se combater esse analfabetismo. Propunha-se a evitar que anualmente novos contingentes de crianças não atingidas pela rede escolar ou dela sendo excluídos prematuramente, viessem a engrossar as fileiras dos analfabetos. Pode-se considerar que se tratava de uma visão esclarecida do problema, sobretudo na época. Mas desde 1961 a atividade da CNEA começou a declinar por falta de recursos, tendo sido extinta dois anos depois. (WEREBE, 1997, p. 228).

O Decreto nº 51.867, de 26 de março de 1963, extinguiu as campanhas de alfabetização de adultos, pois, com a descentralização determinada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 4024/61, a ação do governo federal “[...] deveria se fazer sentir apenas na cooperação financeira, na assistência técnica, na pesquisa pedagógica e na convocação de congressos e seminários, além dos objetivos gerais quantitativos e qualitativos a serem alcançados.” (PAIVA, 2003, p.257).

No entanto, os movimentos de educação popular ocorriam pelo país na década de 1960 apresentando propostas diferentes das existentes nas campanhas de alfabetização.

Movimentos de educação popular

Os movimentos de educação popular buscavam a valorização da cultura nacional e da cultura do povo, apresentavam compromisso com as classes urbana e rural e o ato educativo desenvolvido era indissociável do ato político (FÁVERO, 2006). Esses movimentos diferenciavam-se, também, nas suas atuações, por meio de peças de teatro, cursos, exibição de filmes e documentários, exposições, publicações entre outras formas de expressão.

Buscavam metodologias adequadas visando preparar o povo para a participação política, para a difusão da cultura popular e para a conscientização das condições sociais, econômicas e políticas do país. Portanto, o analfabeto passou a ser visto pelos diversos grupos de estudantes, políticos e intelectuais como aquele ser que podia participar, produzir, conquistar sua autonomia e liberdade, bem como transformar a sociedade e a si mesmo.

FÁVERO (2006) destaca os seguintes movimentos deste período:

- . Maio 1960: Movimento de Cultura Popular (MCP), criado inicialmente em Recife, depois estendido a várias outras cidades do interior de Pernambuco, quando Arraes era respectivamente prefeito da Capital, depois governador do estado, sob a liderança de Germano Coelho.
- . Fev. 1961: Campanha De pé no chão também se aprende a ler, criada em Natal, na gestão de Djalma Maranhão na Prefeitura Municipal e Moacyr de Góes na Secretaria da Educação.
- . Mar. 1961: Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com apoio da Presidência da República, quando Jânio Quadros foi eleito presidente.
- . Mar. 1961: Centro Popular de Cultura (CPC), criado por Carlos Estevam Martins, Oduvaldo Viana Filho e Leon Hirzman na União Nacional dos Estudantes (UNE) e difundido por todo Brasil pelas UNEs volante de 1962 e 1963, na gestão de Aldo Arantes.
- . Jan. 1962: Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR), criada por profissionais recém-formados e oriundos da Juventude Universitária Católica (JUC) e por estudantes universitários.

- . Jan. 1962: Primeira experiência de alfabetização e conscientização de adultos, feita por Paulo Freire no MCP (Centro Dona Olegarinha) e, a seguir, criação do Sistema de Alfabetização e Conscientização no Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (a partir de fev. 1962).
- . Set. 1962: Campanha de Alfabetização da UNE, a partir de experiência iniciada no então estado da Guanabara (atualmente município do Rio de Janeiro) em out. 1961, depois Movimento Popular de Alfabetização.
- . Jan. 1963: Experiências de alfabetização do sistema Paulo Freire pela CEPLAR, na Paraíba, e em Angicos, Rio Grande do Norte e logo depois em Brasília (jul. 1963).
- . Dez. 1963: Instituto de Cultura Popular (ICP), no Rio Grande do Sul.
- . Jan. 1964: Programa Nacional de Alfabetização (PNA), que aplicaria o Sistema de Alfabetização Paulo Freire em todo o Brasil, com início na Baixada Fluminense, do antigo estado do Rio de Janeiro, cuja Capital era Niterói. (FÁVERO, 2006, p. 50-51).

O Movimento de Cultura Popular (MCP) buscava combater o analfabetismo, elevar o nível cultural e aproximar os jovens e os intelectuais do povo, cujo pensamento era influenciado pelos pensamentos socialistas e cristãos. As atividades visavam à conscientização das massas, que seria alcançada por meio da educação de base. A arte era o ponto de partida para chegar “à análise e à crítica da realidade social”. Já o diálogo entre os jovens, os intelectuais e povo era condição para a aprendizagem mútua. O MCP influenciou o movimento educativo deste período e a criação dos Centros Populares de Cultura (CPCs), (PAIVA, 2003).

O primeiro Centro Popular de Cultura surgiu no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, em Santo André, e se expandiu por todo o país. Eles se organizavam conforme as necessidades locais, sem que se obedecessem aos esquemas formais e ao modelo do CPC da UNE. Promoveram cursos variados de teatro, cinema, artes plásticas, filosofia, entre outras atividades. A questão da alfabetização somente foi pensada no final de 1963, pelo CPC da UNE, que pretendia construir uma Universidade de Cultura Popular. Entretanto, o CPC de Belo Horizonte elaborou seu próprio material, enfatizando em suas ações, a alfabetização. Esses aspectos apresentados demonstram algumas divergências nas ações dos CPCs. Quando foi extinto, o CPC da UNE passava por revisão na política cultural e nos conceitos de cultura popular (PAIVA, 2003).

Visando desenvolver programas de cultura popular e de alfabetização de adultos o Movimento de Educação de Base (MEB) ofereceu ensino para as massas por meio de emissões de rádio. Envolveu, inicialmente, os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste; porém, após o decreto nº 52.267 de 1963, do Governo Federal, o MEB ampliou o seu campo de atuação para as “[...] áreas subdesenvolvidas do país.” (WEREBE, 1997, p.222).

Devido ao número alarmante de analfabetos na cidade de Natal, a Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” teve como objetivo, em sua curta duração, criar escolas para suprir a falta de vagas nas escolas existentes e atender à demanda por educação da população mais pobre. No entanto, sem recursos disponíveis para construir novos prédios, as escolas foram construídas cobertas de palhas de coqueiro em cima de chão de barro batido, ou seja, eram acampamentos escolares. O trabalho foi desenvolvido por educadores de esquerda e por católicos, obtendo resultados positivos e reconhecimento nos meios educacionais do país (WEREBE, 1997).

Os movimentos de educação e cultura popular proporcionaram novas reflexões sobre a educação popular e uma busca por novos métodos tornou preocupação dos grupos interessados pelo problema.

O I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular

O I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular foi realizado em Recife, entre os dias 15 e 21 de setembro de 1963. Promover a troca de experiências entre os movimentos de alfabetização de adultos e cultura popular foi o objetivo do evento. A convocação dirigida a todos os movimentos do país foi feita por meio do rádio e de jornais, pois não se sabia ao certo a quantidade de movimentos existentes e nem a qualidade das atividades por eles desenvolvidas. A partir do levantamento foi possível perceber a existência de 77 movimentos, 158 delegados credenciados, 69 observadores e 22 convidados.

Nos movimentos, a alfabetização passou a ter o papel de conscientização política e a proibição ao voto do analfabeto era criticada por não possibilitar a participação nas decisões políticas. Nas conclusões do Encontro destacava-se a prioridade à alfabetização dos adultos, a importância da atuação na zona rural, a eliminação do paternalismo, a busca pelo entendimento entre o povo e o alfabetizado e, por fim, a ideia de uma coordenação nacional dos movimentos. Essa coordenação poderia unificar as ações dos movimentos e facilitar a obtenção de verbas, mas seria necessário outro evento para a formação dessa coordenação nacional. (PAIVA, 2003).

A Comissão Coordenadora do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular ficou responsável por organizar e convocar os representantes dos movimentos de cada um dos estados para o Seminário Nacional de Cultura Popular.

O Seminário Nacional de Cultura Popular

Em janeiro de 1964 aconteceu o Seminário Nacional de Cultura Popular, que “[...] teve por objetivos o aprofundamento dos estudos realizados no Encontro e a composição da coordenação nacional de todos os movimentos de cultura popular existentes no Brasil.” (FÁVERO, 1983, p. 244).

De acordo com Paiva (2003), deste seminário resultou a criação da Comissão Nacional de Cultura Popular. Esta ficaria responsável pela apreciação de projetos e liberação de verbas, mas com a criação do Programa Nacional de Alfabetização (PNA) as atividades de educação de adultos foram recentralizadas pelo MEC e a Comissão Nacional nem chegou a ser conhecida por este Ministério.

1.3.3 Difusão das novas ideias pedagógicas

A partir do II Congresso Nacional de Educação de Adultos, em 1958, os técnicos e os educadores interessados na educação de adultos sentiram-se estimulados a buscar novas metodologias e a teorizarem sobre o assunto. No Brasil, as ideias pedagógicas estavam ligadas à Escola Nova. O período se destaca pela busca de novas formas de práticas educativas para a alfabetização dos adultos. A preocupação com a promoção da cultura popular esteve presente nos diversos grupos que se dedicaram ao problema. “Entretanto, as maiores contribuições metodológicas foram dadas pelos grupos cristãos.” (PAIVA, 2003, p. 278). Eles influenciaram o Movimento de Cultura Popular de Pernambuco; pois foram responsáveis pelo aperfeiçoamento da metodologia do MEB e influenciaram, também, o sistema Paulo Freire.

O novo pensamento social cristão foi a base para o método Paulo Freire e para os Movimentos de Cultura Popular. Os métodos buscavam propiciar a conscientização política e a promoção do homem, e interferiram na formação da nova geração de educadores. Entre eles, o método Paulo Freire foi amplamente difundido, influenciando os profissionais da educação e reintroduzindo a reflexão sobre o social na área da educação:

Paulo Freire nasceu no Recife, em 19 de setembro de 1921 e faleceu em São Paulo, em 02 de maio de 1997. Diplomou-se em Direito, mas não chegou a praticar a advocacia. [...] As dificuldades de comunicação com os trabalhadores e a procura de uma melhor compreensão da linguagem popular encaminharam-no para práticas de educação fundadas nas realidades da vida dos setores desfavorecidos do Recife. (BEISIEGEL, 2010, p. 6-8).

Paulo Freire foi um dos intelectuais participantes do Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife. Enquanto ocupava o cargo de “[...] diretor da Divisão de Pesquisas do MCP criou os círculos de cultura e os centros de cultura do movimento.” (BEISIEGEL, 2010, p. 6-8). Nos círculos de cultura, um grupo de adultos das camadas populares sugeria um tema para ser discutido pelos próprios participantes. A partir dos resultados obtidos nesses círculos, o educador conclui que os procedimentos desenvolvidos poderiam ser empregados no processo de alfabetização dos adultos. Essa ideia foi colocada em prática no Centro de Cultura Dona Olegarinha, iniciando o novo método de alfabetização, com cinco adultos analfabetos, em janeiro de 1962.

Paulo Freire coordena a Campanha de Alfabetização de Adultos, no início de 1963, no Rio Grande do Norte, ficando esta conhecida por alfabetizar em 40 horas. A metodologia foi adotada por outras campanhas e movimentos de alfabetização, esta adoção e o estudo de possibilidades de utilização do método “[...] do educador em âmbito nacional começam a sensibilizar o Ministério da Educação.” (BEISIEGEL, 2010, p. 6-8). Incorporado ao Ministério da Educação, Paulo Freire coordenou a Comissão Nacional de Cultura Popular e seu método foi escolhido para o Programa Nacional de Alfabetização (PNA).

A Comissão Nacional de Alfabetização funcionou entre outubro de 1963 e março de 1964 e o objetivo era elaborar o PNA. O Plano foi criado pelo decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964 e seria executado pelo Ministério da Educação. O Plano foi iniciado por meio de dois projetos pilotos, na região Sul e na região Nordeste, que foram coordenados pela Comissão. As etapas preparatórias para o lançamento oficial do programa estavam sendo realizadas, com a previsão de implantar 300 círculos de cultura.

Porém, o governo de João Goulart é deposto pelo golpe militar de 1964. As atividades do PNA são suspensas e o programa extinto pelo decreto nº 53.886, de 14 de abril de 1964. Após o golpe militar, o educador foi indiciado e preso por 75 dias, o que o levou a buscar asilo na Embaixada da Bolívia, deslocando-se para este país. Depois, se juntou aos refugiados políticos abrigados no Chile, onde lecionou e escreveu numerosos artigos. Transferido para os Estados Unidos, em abril de 1969, lecionou em Harvard, publicando estudos sobre a educação política. Paulo Freire volta ao Brasil em junho de 1980, sendo contratado como professor pela PUC-SP e também, logo a seguir, pela UNICAMP. (BEISIEGEL, 2010).

Os Movimentos de Educação e Cultura Popular são desativados com o golpe militar de 1964, pois, foram considerados subversivos e seus líderes penalizados. O único movimento

que permanece é o MEB, porém suas atividades foram diminuídas e sofreu adaptações no material didático e nos objetivos para sobreviver ao período militar.

1.4 O Período Militar - 1964 a 1985

O golpe militar de 31 de março de 1964 iniciou o período da nossa história em que os brasileiros são reprimidos e perdem o poder de crítica e liberdade democrática. A ditadura, que durou 21 anos, estabeleceu no país um período de sucessivos presidentes militares, fortalecendo o executivo e enfraquecendo o legislativo. O governo autoritário utilizou os Atos Institucionais (AIs) para governar, obtendo assim o poder de cassar os direitos políticos, ordenar prisões políticas, proibir o direito de greve e instaurar inquéritos policiais militares. A partir de 1968, essas medidas foram intensificadas e qualquer oposição ao regime militar sofria represálias por meio de torturas e mortes.

O nacional-desenvolvimentismo dos governos anteriores foi finalizado com o golpe e a abertura ao capital estrangeiro foi a opção escolhida pelos militares. Essa medida de recuperação econômica concentra a renda favorecendo uma camada pequena da população, enquanto os trabalhadores enfrentavam o arrocho salarial. Por um lado, o crescimento acelerado da economia, apoiado pelo capital estrangeiro, iria transformar o Brasil em um país rico. Mas, por outro lado, o êxodo rural lotou as grandes cidades, que não conseguiam acolher decentemente a população, surgindo sérios problemas ocasionados pelo empobrecimento e miséria.

Os Atos Institucionais demonstravam que o autoritarismo imperaria nesse e nos próximos governos do regime militar, marcando uma fase negra na história do Brasil. Dentre os políticos que tiveram seus direitos cassados pelo primeiro Ato Institucional estão “[...] os três ex-presidentes João Goulart, Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek, 55 membros do Congresso e muitos outros. Dez mil funcionários públicos foram demitidos, inclusive militares.” (WEREBE, 1997, p.76). No campo político os Atos Institucionais modificam o cenário:

O AI-2, de 27 de abril de 1964, acaba com as eleições diretas para presidente e governador, acaba com os partidos políticos de até então e impõe o “bipartidarismo”, com a instituição de um partido de apoio ao governo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e um outro, de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). As aspas do “bipartidarismo” fazem-se necessárias, dado os evidentes limites (muitíssimo estreitos no início, como a própria história demonstrou) de um partido de oposição decretado por um poder ditatorial. (RIBEIRO, 2011, p.140).

O período marcou a centralização das decisões do governo, a repressão por qualquer manifestação contrária ao poder executivo e a imposição da ideologia militar que passou a vigiar todos os meios de comunicação.

Também no campo da educação e cultura, o período provocou perdas irreparáveis quando foram exilados artistas, intelectuais e cientistas. As demissões e aposentadorias ocorridas nas Universidades, de forma arbitrária, aumentaram os prejuízos para o país. Os estabelecimentos de ensino passaram a ser controlados, para que se evitasse qualquer tipo de ação subversiva. Tornaram-se obrigatórias, nas instituições de ensino, as disciplinas de Educação Moral e Cívica no final do grau médio o termo passa para Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e nos cursos superiores, Estudos de Problemas Brasileiros - EPB.

A educação de adultos, no período anterior, recebera atenção por parte do governo e dos técnicos educacionais, preocupando-se com a metodologia para a faixa etária específica e apoiando os diversos movimentos de educação e cultura popular. Já nos primeiros anos do regime militar, ela não ocupava lugar entre as prioridades, e os movimentos são reprimidos, restando apenas alguns poucos, como foi o caso do Movimento de Educação de Base. O preconceito contra o analfabeto retornou, atingindo os vários setores da sociedade. De acordo com Paiva (2003), em 1966, para o Ministro da Educação Muniz Aragão, o analfabetismo era “[...] uma chaga, mancha vergonhosa a desfigurar as faces da sociedade brasileira que se apresenta, no conceito dos povos, como constituída em grande parte, por cidadãos incultos e ignorantes.” (ARAGÃO, 1966, p. 15 apud PAIVA, 2003, p.293).

A taxa de analfabetismo melhora na década de 60, mas o índice é preocupante:

Quadro 2: Analfabetismo na população de 15 anos e mais

Analfabetismo				
	1940	1950	1960	1970
Não sabem ler e escrever	13.269.381	15.272.632	15.815.903	18.146.977
% analfabetos	56,0	50,5	39,4	33,6

Fonte: (REIS FILHO, 1974, p.2 apud RIBEIRO, 2011, p. 105-124).

Verifica-se, pelo quadro, que o índice de analfabetismo diminui percentualmente a cada década. Consideravelmente na década de 60, há uma queda significativa, período em que as campanhas de alfabetização realizavam atividades por todo o país. Para Ribeiro (2011, p. 124) esta queda é considerada relativa, pois, em primeiro lugar “[...] os analfabetos

aumentaram em 2.331.074 pessoas e, em segundo, porque a intensidade e regularidade no combate a esse problema não acontecem: a melhora de 11,1% (1950-1960) não se mantém. De 1960-1970 é de 5,8%”.

Diante de tais dados e dos apelos da UNESCO para que os países cumprissem seus compromissos internacionais, lembrando que o combate ao analfabetismo estava entre as preocupações do órgão, o problema somente será retomado no país dois anos após o golpe. Os acordos MEC - Usaid (United States Agency for International Development) realizados entre 1964 e 1968, somente serão conhecidos no ano de 1966, todos com o objetivo de desenvolver uma reforma no sistema educacional brasileiro. Através desses acordos, o Brasil passa a receber assistência técnica e apoio financeiro para efetivação dessas reformas, propostas nas leis impostas pelos militares. De acordo com Fazenda (1985), desta forma a Usaid chega a todo o sistema de ensino, controla as publicações e a divulgação dos livros didáticos. Surgem protestos e movimentos estudantis contrários a esta política do governo que, segundo os movimentos, entregaram a educação brasileira aos estrangeiros.

A Cruzada de Ação Básica Cristã (Cruzada ABC) assinou convênio com o MEC no ano de 1967, assegurando adequar os objetivos do programa às políticas governamentais para a educação de adultos. Porém, a campanha começou a sofrer duras críticas, enfrentando dificuldades financeiras a partir de 1968, fato demonstrado nos estudos de Paiva (2003):

[...] seu material didático, sua atuação comunitária, sua escassa rentabilidade, seu alto custo-aluno, sua concepção de analfabeto como incapaz, sua orientação estrangeira; e tais críticas, associadas às acusações de falta de probidade no emprego dos recursos, refletiram-se nas suas possibilidades de conseguir novos empréstimos e novas doações. (PAIVA, 2003, p. 304).

A Cruzada ABC recebeu diversas doações visando extinguir com o analfabetismo e o objetivo agora era atender dois milhões de adultos na alfabetização básica, num período de cinco anos. De acordo com Paiva (2003), a Cruzada era criticada pela atuação assistencialista. Havia distribuição de alimentos quinzenalmente e esta ação era vista de forma diferente entre os líderes das comunidades: para alguns, se tratava de uma recompensa aos esforços dos alunos e para outros, era um meio para garantir a frequência e que tal atitude paternalista não incentivava o trabalho e, conseqüentemente, a ação não ocasionaria valores para o futuro das pessoas. Com a perda do apoio dos governos federal e estadual e por sua escassa rentabilidade, a campanha é extinta entre os anos de 1970 e 1971.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi criado para suprir a ausência das Campanhas de Alfabetização extintas no início deste regime. Apresentando caráter

ideológico político-militar o Movimento tem a mais longa duração entre as Campanhas de alfabetização já desenvolvidas. Este assunto, objeto de nosso estudo, será tratado no próximo capítulo buscando a compreender a existência duradoura do Mobral e sua estrutura e funcionamento.

2 MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO - MOBRAL

O presente capítulo tem por objetivo descrever e analisar o MOBRAL, sua criação, concepções, desenvolvimento, seus principais programas e estratégias de sobrevivência. Analisar os aspectos metodológicos utilizados nos principais programas do Movimento, os objetivos, acompanhamento, desenvolvimento e avaliação. A institucionalização do Mobral, enquanto política pública está presente na fundamentação legal realizada pelo nosso estudo.

2.1 Mobral – criação, concepções, estrutura e funcionamento

O Grupo Interministerial (GI) foi criado em 05 de outubro de 1967, para realizar estudos e levantar recursos financeiros que possibilitassem a execução do Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adultos. O responsável pelo Grupo Interministerial era Rondon Pacheco, ministro da Casa Civil. O GI foi coordenado pelo representante do Ministério do Planejamento Arlindo Lopes Corrêa, membro do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. O envolvimento de diversos ministérios nesse estudo demonstrou a “[...] vontade política do governo em retomar a questão da alfabetização.” (OLIVEIRA, 1989, p.110). Nos estudos apresentados pelo Grupo, constavam considerações tais como: deveria haver uma fase de motivação da população; o recrutamento aconteceria antes de se implantar as classes de alfabetização; limitar a faixa etária entre 15 a 30 anos; o programa deveria começar pelas capitais; valorizar a colaboração das comunidades; criar vínculo entre a alfabetização dos adultos e as prioridades econômicas, sociais e as necessidades de mão de obra.

Logo após o encerramento das atividades do GI, em 27 de novembro de 1967, a Lei nº 5.379, de 15 de dezembro do mesmo ano (ANEXO 1), criou a fundação Mobral. O Ministério da Educação estaria responsável pela alfabetização funcional e educação continuada de adultos e ao Diretor do Departamento Nacional de Educação (DNE) caberia a presidência da

Fundação. O Mobral estaria a cargo da alfabetização dos adultos, por meio do financiamento de 1/3 dos cursos, da cooperação com movimentos de iniciativa privada, da orientação técnica e, por fim, os municípios com maior probabilidade de se desenvolver socioeconomicamente seriam os privilegiados com o programa (PAIVA, 2003). Apresentamos a seguir outros aspectos do programa destacados pela autora:

O programa previa uma descentralização da ação sistemática através de convênios com entidades públicas e privadas e integração da alfabetização em programas mais amplos de educação para a saúde, o trabalho, o lar, a religião, o civismo e a recreação, além da instalação de centros de integração social e cívica. O plano a ser executado pretendia atingir a 11.400.000 analfabetos entre 1968 e 1971, para que se pudesse pensar na extinção do analfabetismo até 1975. (PAIVA, 2003, p. 321).

O decreto nº 62.484, de 29 de março de 1968 (ANEXO 2) aprovou o Estatuto da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Inicialmente, vinculado ao DNE, o programa realiza uma experiência de alfabetização e educação continuada, pela televisão. Buscando atender a requisitos técnicos, realizam-se contatos com a UNESCO e, ainda nesse ano, um perito internacional vincula-se ao Mobral para acompanhar a experiência que seria executada na Cia. Vale do Rio Doce. Na primeira etapa da experiência de Quatis, o perito criticou as deficiências técnicas e organizacionais do programa, criando um clima de mal estar nas relações entre o governo brasileiro e a UNESCO. Os serviços do perito não foram renovados e este fato acabou por interferir na nova orientação, que mudaria os rumos do programa. (PAIVA, 2003).

O decreto nº 665 de 02 de julho de 1969 (ANEXO 3), alterou o art. 8º da lei 5.379/67, e o presidente da Fundação passou a ser nomeado pelo Presidente da República, mediante proposta do Ministro da Educação e Cultura, com mandato de três anos. Em 08 de setembro de 1970, sob a presidência de Mário Henrique Simonsen, agora como entidade executora, o Mobral lançou uma campanha em massa. O cargo de Secretário Executivo foi ocupado por Padre Filipe Spotorno, permanecendo de junho de 1970 a abril de 1972, quando Arlindo Lopes Corrêa foi designado para substituí-lo. “O Pe. Filipe Spotorno foi afastado do Mobral por questões pessoais com Simonsen e que parecem estar ligadas à utilização dos recursos do movimento no período.” (PAIVA, 2003, p. 496).

O país, enquanto membro da UNESCO deveria livrar-se do analfabetismo, pois a recomendação desse órgão priorizava a alfabetização para se chegar ao desenvolvimento. O Mobral poderia ajudar o Brasil a sair dessa situação acabando com o analfabetismo,

considerado pelo Presidente Médici como vergonha nacional. O Mobral também asseguraria a manutenção da estrutura social, fornecendo trabalhadores alfabetizados às empresas. O presidente da Fundação, Simonsen, propõe para iniciar o Movimento:

[...] a transferência voluntária para o Mobral de 2% do Imposto de Renda devido pelas empresas: essa solução foi aceita, embora o Ministério da Fazenda reduzisse aquele percentual a 1%, e oficializada pelo Decreto-Lei nº 1.124 de 08 de setembro de 1970. Tal fonte de recursos foi complementada com a destinação de 24% da renda líquida da Loteria Esportiva, podendo o programa contar, já em 1971, segundo cálculo do ministro Passarinho, com uma fantástica soma que atingia entre 20 e 25 milhões de dólares. (PAIVA, 2003, p.347).

O Secretário Executivo do Mobral, assessorado pelas equipes técnicas, decidia sobre assuntos referentes às áreas: pedagógica, administrativa, financeira e de serviços gerais, garantindo a política da Fundação. Quanto aos objetivos e estratégias, estavam o Presidente e os dois Conselheiros, um Administrativo e o outro de Curadores, como previsto no Estatuto. Em âmbito federal, a composição do Mobral Central, estaria então, assim constituída. Portanto, a centralização de direção do processo educativo, tornou-se uma característica do funcionamento da campanha.

A formação das Coordenações Estaduais/Territoriais foi a ação seguinte, após a estruturação do Mobral Central. Reunindo-se com os Secretários de Educação dos Estados, a direção do Mobral expôs os objetivos e a modalidade operacional do Movimento e solicitou nomes para assumirem as Coordenações Estaduais. Esses nomes deveriam apresentar experiência com a educação de adultos e/ou ação comunitária. Constatou-se que esses critérios foram seguidos, e, por apresentarem esse perfil, o sucesso do programa junto à população foi observado nos primeiros anos de atuação. (OLIVEIRA, 1989, p. 174).

Na fase inicial, as Coordenações Estaduais (COESTs) tiveram uma importante participação na campanha, situadas no nível intermediário entre o Mobral Central e as Comissões Municipais, tinham a tarefa de firmar convênios com as Prefeituras e orientar quanto às estratégias e técnicas específicas do programa. Concentravam-se em fazer com que os objetivos de implantação do Movimento se cumprissem de maneira rápida, reduzindo a burocracia nos diversos municípios.

A fase de implantação das atividades do Mobral, nos diversos municípios, contou com o apoio das Comissões Municipais (COMUNs), selecionando os recursos humanos, recrutando alunos, providenciando e organizando o espaço físico para as aulas. A composição

das Comissões Municipais deveria ser formada por setores ligados ao poder, conforme nos demonstra os autores:

Eram formadas pelos chamados representantes das comunidades, os setores sociais da municipalidade mais identificados com a estrutura do governo autoritário: as associações voluntárias de serviços, empresários e parte dos membros do clero. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 115).

A descentralização da parte operacional do programa marcava uma característica da organização como campanha em massa. De acordo com Oliveira (1989), os Coordenadores Estaduais/Territoriais organizaram as Comissões Municipais que deveriam ser formadas por líderes das comunidades. Os números evidenciam a crescente adesão ao Mobral por parte das prefeituras:

No ano de 1970, foram formadas Comissões Municipais em 611 municípios. Esse número pulou para 2.973, já no ano seguinte. Trata-se de uma expansão muito rápida, sinal da boa receptividade que teve o MOBREAL em todo o país. (OLIVEIRA, 1989, p. 174).

A divulgação do Mobral contou com intensa campanha publicitária, mesmo que improvisada e artesanal. Simultaneamente, contatos com prefeitos e governadores foram realizados, com a intenção de sensibilizar e obter um maior número de pessoas envolvidas. Segundo Oliveira (1989), os meios de comunicação divulgaram também a assinatura dos primeiros convênios, no ano de 1970, que contavam com a presença de autoridades do Estado. Esse evento marcou o lançamento do Mobral, e a cada ano, em 08 de setembro, comemorava-se o aniversário do Mobral.

O Programa de Alfabetização Funcional (PAF), programa inicial do Mobral, é lançado em 1970 para atender à população marginalizada pelo sistema regular de ensino. As ações foram voltadas para atingir os adultos analfabetos, na faixa etária de 15 a 35 anos, da zona urbana. Procurou-se formar as classes próximas às residências dos alunos, em locais de fácil acesso e os professores deveriam ser integrantes da comunidade e, necessariamente, possuir a formação do Magistério. O primeiro desdobramento do Programa de Alfabetização Funcional do Mobral foi o Programa de Educação Integrada (PEI), cujo objetivo era atender os neoalfabetizados que aspiravam por novas oportunidades de continuar os estudos. Devido sua importância, esses dois programas serão discutidos ainda neste capítulo.

A logística do Movimento, quanto à distribuição do material didático e ao pagamento dos professores, estaria entregue às editoras que confeccionavam esse material e ao Banco do Brasil (CORRÊA, 1979). Mas, um aspecto não foi considerado pelo Mobral: a

contextualização do material didático. Os autores afirmam que as equipes responsáveis “[...] produziram um material de caráter nacional, apesar da conhecida diversidade de perfis linguísticos, ambientais e socioculturais das regiões brasileiras.” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 115).

O Mobral reconhece a improvisação de seu funcionamento, na fase inicial, que também foi caracterizada pela agressividade gerencial dos Coordenadores Estaduais e pelo envolvimento comunitário. No entanto, o Presidente da Fundação afirma que os resultados apresentados pelo programa são considerados satisfatórios, na fase de expansão ou fase heroica do programa:

[...] ainda em 1970, 613 municípios assinaram convênios com o Mobral, atingindo cerca de 507 mil alunos, dos quais 172 mil foram alfabetizados (produtividade de 33,9%); no ano seguinte, 1971, um total de 3.405 municípios estavam incorporados ao Movimento, somando 2 milhões e 590 mil alunos, sendo efetivamente alfabetizados aproximadamente 1 milhão e 81 mil, elevando-se a produtividade para 41,8%. (CORRÊA, 1979, p. 89).

A estrutura e funcionamento do Programa nos modelos de campanha em massa geraram desgastes no setor financeiro e de apoio do Mobral Central, que não estavam preparados para acompanhar a velocidade com que o Movimento se expandia. Os Coordenadores Estaduais, na intenção de cumprir os objetivos, foram tornando-se excessivamente autônomos, ocasionando uma descaracterização da fase inicial. A criação das Coordenações Regionais, no ano de 1971, resultou da preocupação em conter as modificações da organização em nível nacional. Já em 1972, iniciou-se a fase técnica do Mobral, nesse ano foi concebido o Subsistema de Supervisão Global (SUSUG):

[...] optou-se por um sistema global de supervisão, já que a ação altamente descentralizada exigia uma orientação integrada quanto às diversas áreas de trabalho e uma resposta imediata a todas as necessidades do momento. (CORRÊA, 1979, p. 199).

A partir de 1973, foram firmados convênios com instituições de ensino profissionalizantes, órgãos governamentais, instituições privadas confessionais, Secretarias de Educação Estaduais e com as Comissões Municipais. Na fase de expansão do Mobral surgiram o programa Cultural e outros de ação comunitária. Segundo o autor, “No governo Geisel, o apoio dado à Instituição permitiu sua expansão segura e gradual [...]”. (CORRÊA, 1979, p. 21).

A alfabetização funcional recomendada pela UNESCO, na década de 70, destinava-se a programas de alfabetização realizados nos locais e horários de trabalho, e que houvesse conexão ao uso imediato dos conhecimentos adquiridos. A funcionalidade da alfabetização, assim proposta, surgiu após os problemas enfrentados pelas campanhas alfabetizadoras e o fracasso indiscutível dessas tentativas de alfabetização de massas. As pesquisas apoiadas pela UNESCO concluíram que o índice de regressão ao analfabetismo alcançava 90%, e que os recursos seriam empregados somente onde seria funcional para o sujeito o domínio da leitura e escrita. A UNESCO deteve-se à funcionalidade econômica da alfabetização, pois não competia a este órgão a discussão da estrutura sociopolítica dos países que a compunham. (PAIVA, 2003).

No entanto, para o Mobral, a concepção de alfabetização funcional é diferente da proposta apresentada pela UNESCO. Conforme o discurso de Corrêa (1979), o Mobral optou em realizar um programa em massa e o conceito de alfabetização funcional ainda novo, surgido a partir da Conferência de Teerã em 1965, em fase experimental, foi dirigido a pequenos grupos. A alfabetização funcional, recomendada pelo órgão internacional, utilizou estratégia seletiva na escolha do grupo, mas o Mobral visava atingir às massas, não permitindo seleção de grupos. Por fim, argumentava que alfabetização funcional direcionada à capacitação do homem em termos de promoção econômica não atendia ao Mobral, que tinha a concepção de homem nas múltiplas dimensões de sua existência, e que a econômica talvez não fosse a fundamental.

O conceito de alfabetização funcional apropriado para o Mobral, inicialmente, estava relacionado ao binômio homem-desenvolvimento, refletindo a visão da década de 70, que via na educação condição essencial para o desenvolvimento global das pessoas. No ano de 1973, o conceito complementava-se e a alfabetização funcional agora defendida pelo Mobral tinha como objetivo a aplicação prática e imediata das técnicas de leitura, escrita e de cálculos pelos adolescentes e adultos visando à melhoria de sua condição de vida. E ainda, pretendendo que o homem pudesse tornar-se transformador e beneficiário do processo de desenvolvimento. A funcionalidade irá induzir à função, ao papel no tempo e espaço do homem. Por isso, o Mobral, buscando concretizar este conceito de funcionalidade, amplia a oferta de cursos e o Programa de Alfabetização Funcional seria um momento do processo educativo, não necessariamente o primeiro. (CORRÊA, 1979).

Nesse sentido, os Programas Cultural e Profissional foram criados buscando contribuir para que o processo educativo do Mobral fosse cada vez mais funcional. Então, o conceito de funcionalidade foi novamente redefinido pelo Programa, em 1975, estaria alfabetizado

funcionalmente quem passasse pelos Programas do Mobral de: Alfabetização Funcional, Educação Integrada, Mobral Cultural, Profissionalização, Ação Comunitária e Autodidatismo. “O alfabetizado funcionalmente é, pois, aquele a quem foi dado o domínio das técnicas de leitura, escrita e cálculo, mas capacitando-o cada vez mais a criar, comunicar, participar, transformar e realizar”. (CORRÊA, 1979, p. 69).

Em contraposição aos argumentos apresentados pelo Mobral, a autora nos esclarece sobre a funcionalidade nas práticas educativas, segundo o Movimento:

Desta forma a funcionalidade consiste também em prepará-lo para desempenhar uma função na sociedade. Mas esta função não deve ser exercida com o pleno exercício das capacidades humanas antes mencionadas, porque a capacidade de crítica nunca é admitida como possibilidade de questionar o contexto social. A referência de percepção de causalidade que se encontra em seus documentos é no sentido de mostrar a relação entre o bem-estar dos grupos à medida em que participem na produção e consumo ou então como meio de verificar se há aplicação do que vem aprendendo em sala de aula. E o que é colocado em sala de aula visa modificar as experiências individuais, a realidade, em função de um determinado estar sendo, colocando a ênfase na aquisição das habilidades de ler e escrever e na motivação de ingressar no grupo dos que participam do desenvolvimento econômico, tornando-se desta forma construtor e beneficiário deste desenvolvimento, como se nota nos objetivos e na avaliação do Programa de Alfabetização Funcional. (JANNUZZI, 1983, p. 51).

A autora também afirma que, na perspectiva de alguns materiais didáticos do Mobral, o analfabeto é visto como uma pessoa de baixo nível socioeconômico, porém possuidor de uma bagagem cultural ampla e diversificada; possuidor de características como “[...] timidez, fatalismo, falta de confiança, imediatismo que devem ser respeitadas e ajudadas a serem superadas pelo alfabetizador.” (JANNUZZI, 1983, p. 50).

Outro aspecto, agora destacado por Paiva (2003), quanto ao analfabeto, segundo os materiais didáticos do Mobral, trata-se da responsabilidade pessoal pelo êxito ou fracasso, contribuindo para a aceitação sem revolta, do destino que ocupa na estrutura social.

Segundo Paiva (2003), foram deslocados do Centro Nacional de Recursos Humanos (CNRH) para o Mobral: Teresinha Saraiva e Arlindo Lopes Corrêa dando início a um novo período no desenvolvimento do Programa. Ela defendia a posição dos tecnocratas, que entre outros questionamentos, duvidavam dos resultados da alfabetização oferecida pelo Mobral, dos critérios de avaliação da aprendizagem e, especialmente, que os alunos frequentadores dos outros programas seriam oriundos do Programa da Alfabetização Funcional, enquanto Arlindo Lopes Corrêa justificava a campanha em massa, usando os seus conhecimentos de

economia da educação. A posição desse foi vitoriosa e Teresinha Saraiva é afastada do Programa em 1974, e Corrêa é escolhido para assumir a presidência do Mobral no mesmo ano, enfrentando as polêmicas em torno do Movimento.

Arlindo Lopes Corrêa, Presidente do Mobral até o ano 1981, ao explicar o surgimento do Mobral, utiliza a comparação com a Teoria da Evolução de Darwin, demonstrando suas habilidades com os jargões da tecnocracia:

Assim, a entrada em operação do Mobral pode situar-se em analogia ao aparecimento da humilde bactéria anaeróbica, marco do surgimento da vida sobre a Terra e que, graças a um processo evolutivo empolgante, deu origem às suas formas mais complexas. (CORRÊA, 1979, p. 21).

O Movimento encontrou outro problema: a escassez de recursos. Afirmativa confirmada pelo Mobral: “Desde o final de 1974, até o início de 1977, período no qual seus recursos financeiros sofreram uma queda abrupta em termos reais [...]”. (CORRÊA, 1979, p. 23). Mas, o Mobral sobreviveu à racionalização do orçamento e ainda amplia os programas demonstrando a capacidade de controlar as finanças internas.

Sucessivas incorporações e extinções de gerências, cargos, subsistemas, e coordenações ocorriam comumente na trajetória do Movimento estruturado, após a fase inicial, numa perspectiva sistêmica. De acordo com os técnicos do Movimento: “Não somente a criação de novas frentes mostrou-se de fácil assimilação pela estruturação sistêmica, mas também a inibição eventual de alguma já existente.” (CORRÊA, 1979, p. 117).

Os resultados apresentados pelo Mobral ressaltavam o êxito do Programa de Alfabetização Funcional: alfabetizou 11,3 milhões de pessoas e reduziu o índice de alfabetização de 33,6% em 1970 para 14,2% em 1977, correspondendo a 9,5 milhões de adultos analfabetos. No entanto, os dados são contestados após a publicação dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD):

A publicação, em 1979, dos resultados da PNAD 1977 levou confusão aos arraiais do Mobral. A alta cúpula do Movimento contestou imediatamente as estatísticas divulgadas pelo IBGE. [...] a PNAD de 1977 contrapunha um percentual e um número absoluto muito mais elevado – 23,7% e 15,6 milhões respectivamente. (FERRARO, 2009, p. 111-112).

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Mobral foi instaurada em 1975, para investigar o desvio dos objetivos iniciais do projeto, devido à criação, no Movimento, de inúmeros programas de continuidade à alfabetização. A CPI surgiu a partir de denúncias do

atendimento de crianças nas classes do Mobral. Do ponto de vista da equipe técnica do Movimento, a acusação resultou na consagração do programa pelo Relatório Final, em que a alfabetização de alunos menores de 15 foi considerada um gesto patriótico. (CORRÊA, 1979).

A fase de revitalização do Mobral, a partir de 1977, caracterizou-se pela diversificação, com o objetivo de atender à clientela do Programa. Iniciou-se a ênfase na utilização de recursos tecnológicos, e diagnósticos mais detalhados e precisos da situação são necessários para a elaboração de estratégias de desenvolvimento do Programa. Também o Mobral Central definiu a estratégia de ação diversificada organizando os Estados por blocos, conforme a concentração de adultos analfabetos. Proporcionando concentração de recursos e um atendimento específico para os programas, assim, o Movimento reagia às situações buscando sobreviver.

Após responder à CPI, as críticas se voltaram contra o Programa, que foi acusado quanto aos números apresentados nos seus resultados e à diversificação das atividades dos programas. E depois do resultado da PNAD referente ao ano 1977, o investimento no Movimento passa a ser questionado, isso aliado ao mau uso dos recursos, contribuiu para tornar a sua imagem negativa junto à opinião pública. Em meados de 1980, uma “Exposição de Motivos” referentes à reformulação do Mobral foi enviada pelo ministro da Educação e Cultura ao Presidente da República. A proposta era que a estrutura do Mobral fosse utilizada para atender à população carente das periferias urbanas e das zonas rurais, compreendendo a população infantil, adolescente e adulta não atendida pelo ensino regular. Esta proposta significava o enquadramento do Mobral pelo MEC. O Mobral reagiu e continuou agindo de maneira independente, e ainda tentou vincular-se ao Ministério do Planejamento. Mas, esta intenção não se concretizou; mesmo porque houve a troca do ministro civil por um militar na pasta da Educação. Este possuía acesso, bem como o Presidente do Mobral, à área militar, proporcionando meios para realizar o enquadramento sugerido pelo MEC. (PAIVA, 2003).

A oferta da educação pré-escolar tornou-se a possibilidade de sobrevivência do Mobral no início da década de 80, visando obter recursos financeiros junto ao governo do Estado. A autonomia e poder adquiridos pelo Programa foram fatores fundamentais que permitiram a elaboração dessas estratégias. Porém, conforme a autora:

A fórmula encontrada para a sobrevivência do Mobral é também a fórmula através da qual ele é condenado à morte: pela descaracterização - e consequente desvalorização de sua ação anterior - e pela progressiva absorção do Movimento pelo MEC. (PAIVA, 2003, p. 403).

Arlindo Lopes Corrêa foi destituído do cargo, em 1981, assumindo o engenheiro Cândido Augusto Joaquim. Teresinha Saraiva retorna ao cargo de secretária-executiva do Mobral, agora a sua opinião torna-se compatível com a nova orientação do Movimento. Estas medidas foram possíveis porque “[...] as fontes de apoio militar ao programa chegaram à conclusão de que seus efeitos legitimadores podiam ser dispensados, caso realmente existissem.” (PAIVA, 2003, p.402).

Extinguir lenta e gradualmente o Movimento foi a solução encontrada para proporcionar a realocação do quadro pessoal envolvido com o programa; a reorientação das empresas distribuidoras e fazer com que a crítica da política desenvolvida na década anterior fosse abrandada. Sobre o êxito não alcançado pelo Mobral, a autora conclui:

[...] que o conjunto daquela política fracassou em consequência do seu abastecimento às necessidades de legitimação e de segurança do regime numa conjuntura determinada, sem considerar nem a experiência anterior nacional e internacional de reformas e organização de programas do gênero, nem as características do próprio setor educacional que fazem com que os efeitos de uma política se façam sentir a médio e não em curto prazo. (PAIVA, 2003, p. 404).

O Mobral é extinto em 1986, sendo sucedido pela Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos (EDUCAR). O Decreto nº 92.374, de 6 de fevereiro de 1986, estabeleceu o estatuto da EDUCAR e transferiu todos os bens do Mobral para ela. Esta fundação absorveu muitos participantes do quadro Mobral, permanecendo também com a descentralização das bases. A EDUCAR teve curta duração, não alcançando visibilidade no cenário educacional do país, sendo extinta em 1990, no governo de Fernando Collor de Mello.

2.2 Sistema de Educação Permanente do MOBREAL

A criação dos programas que formaram o Sistema de Educação Permanente do Mobral refletia a concepção desenvolvimentista do regime militar, na qual a educação de adultos era requisito para o desenvolvimento econômico do país. As ações do Mobral estavam voltadas para a educação e trabalho, mas também para o lazer e para o desenvolvimento comunitário; compondo o enfoque dos programas do Sistema de Educação Permanente, no ano de 1972. Compreendiam os cursos de Alfabetização Funcional, Educação Integrada, Desenvolvimento Comunitário e Programa Cultural.

A III Conferência Internacional de Educação de Adultos (Tóquio, 1972), através de suas recomendações finais veio confirmar que os caminhos que o Mobral vinha seguindo representavam tendências universais. Assim é que, entre outros pontos, a Conferência de Tóquio definia a educação de adultos como: instrumento de tomada de consciência, de socialização e de vastas transformações sociais; instrumento de realização do homem integral; instrumento de preparação à atividade produtiva e à participação na gestão; instrumento que permite combater a alienação econômica e cultural e elaborar uma cultura nacional libertadora e autêntica. (CORRÊA, 1979, p.78).

A implantação dos vários programas do Mobral atendia a esta tendência mundial para a educação de adultos. A concepção de educação permanente evolui para o Mobral que a partir de 1972, “[...] enquadra-se na dupla perspectiva do enriquecimento integral do homem e da participação no desenvolvimento socioeconômico e cultural de forma equilibrada e independente.” (CORRÊA, 1979, p. 78). Os programas apresentavam objetivos, formas, conteúdos, instrumentos e técnicas diversificadas, representando uma oportunidade a mais para ampliar o processo educativo.

O Presidente do Mobral justificou a improvisação no desenvolvimento e criação dos cursos: “O Sistema de Educação Permanente, ainda em estruturação, não atende igualmente, em termos de oferta, toda a sua clientela.” (CORRÊA, 1979, p. 81). O problema em encontrar pessoas especializadas para trabalhar nos programas dificultava as implantações e execuções. Por isso, estas pessoas eram treinadas ao mesmo tempo em que ocorriam as implantações dos programas no país. Segundo o autor, esse treinamento em serviço alcançou grande sucesso. (CORRÊA, 1979).

O Sistema de Educação Permanente do Mobral desenvolveu quatorze programas em seu período de duração (GUARATO, 2001). Trataremos a seguir dos principais programas:

2.2.1. Programa de Alfabetização Funcional

Implantado no ano de 1970, o programa durava cinco meses, com a carga horária de duas horas diárias. A partir de 1976, essa duração começa a diversificar conforme as especificidades locais e se alteram entre oito e dez meses. O agrupamento de classes, assim como a duração do PAF, sofreu alteração no decorrer da existência do Mobral: o atendimento poderia ser individual ou até a formação de classes com 25 alunos em média.

A metodologia do programa do PAF é baseada em trabalho em grupo, ajuda mútua e na inserção dos alunos na vida comunitária. Pois, para o programa, o desenvolvimento pessoal não se realizava sem o desenvolvimento comunitário. A metodologia específica do PAF

visava o desenvolvimento da escrita, da leitura e do cálculo e a formação do homem para a responsabilidade e liberdade. O método era fundamentado nas experiências significativas dos alunos, usava a palavra geradora ligada às necessidades básicas do homem para que houvesse interesse e envolvimento dos alunos. “O conjunto didático básico do PAF é constituído de livro de leitura, livro de exercícios de linguagem e livro de matemática para o aluno, do livro do professor, e ainda, de um conjunto de cartazes geradores.” (CORRÊA, 1979, p. 156). O Mobral elaborou alguns itens para orientar o alfabetizador na avaliação do aluno, que poderia ser considerado como alfabetizado ou não apto para prosseguir para um nível mais avançado de estudo.

Contrapondo essas afirmações do Movimento, JANNUZZI (1983, p. 62), diz que a metodologia do Mobral fundamentou-se no antidiálogo, ou seja, “[...] a linha de ação subjacente ao processo metodológico que não permite o diálogo [...]”. A autora complementa:

Este é o método adotado pelo MOBREAL, que orienta todos os procedimentos técnicos de análise e síntese não para o desvelamento radical da realidade, mas mostra uma realidade de antemão aceita como a única desejável. Há a busca de ação sobre ela, mas é uma ação brotada, impulsionada pelas decomposições e retotalizações da realidade, dentro do que o MOBREAL/CENTRAL considera o certo, o adequado. É o método que mantém a nossa tradição: educador de um lado, o que sabe tudo, e educando, do outro conduzido; elite que decide, povo que deve ser conduzido. É a continuação de nossa tradição antidialógica. (JANNUZZI, 1983, p. 62-63).

O pagamento do alfabetizador sofreu variações nas fases pelas quais o PAF passou, podendo a gratificação variar entre o pagamento por aluno-programa, aquele que frequentou o programa até o quarto mês; a gratificação fixa e uma acrescida da outra, no caso do Projeto de Recuperação dos Alunos e do PAFET “[...] que consiste no desenvolvimento de conteúdos de educação para o trabalho, ao longo do processo de alfabetização.” (CORRÊA, 1979, p. 165).

O acompanhamento das classes era realizado, inicialmente, pelos técnicos do Mobral Central e pelos elementos da Comissão Municipal. Depois pelos supervisores do Subsistema de Supervisão Global (SUSUG) em conjunto com a Comissão Municipal. A partir de 1974 os agentes pedagógicos começaram a enviar relatórios, mas estes não eram padronizados, o que dificultava o tratamento das informações. No ano de 1977, houve a padronização dos relatórios e o envio bimestral permitiu o acompanhamento sistemático do PAF, mas também a modificação dos aspectos julgados necessários nas Agências Pedagógicas. (CORRÊA, 1979).

No entanto, conforme Jannuzzi (1983), os procedimentos de acompanhamento e as atividades pedagógicas adotadas pelo Movimento deixavam evidente a centralização do

controle de uma proposta direcionada, não permitindo a discussão, mas a operacionalização por parte dos alfabetizadores e alfabetizandos:

Há, pois, subjacente a todos esses procedimentos uma linha de orientação que procura trazer o povo para os propósitos do MOBREAL/CENTRAL. Na realidade é este quem opta, quem escolhe as linhas a seguir, quem controla a linha de ação das comunidades, só livres de otimizarem os meios para atingi-las. (JANNUZZI, 1983, p. 62).

Nesse sentido, há uma verticalidade na metodologia dos Programas Mobral: as atividades já vinham determinadas pelo órgão central, a elaboração do material didático e as instruções do seu uso não contavam com a participação dos sujeitos do processo ensino-aprendizagem. Ao deixar de considerar o contexto local e suas especificidades o Mobral alfabetizava para a formação de mão de obra, sem a perspectiva de outras descobertas por parte dos alunos e professores.

2.2.2 Programa de Educação Integrada

Em 1971, veio da constatação informal e empírica, dos postos do Mobral, de que os egressos desejavam continuar seus estudos. Esses alunos pertenciam à faixa etária de 15 a 25 anos, representando grande parcela da população ativa. Para atender às pressões vindas das diversas regiões do país para que o Mobral oferecesse um curso que pudesse dar continuidade à alfabetização funcional, criou-se “O Programa de Educação Integrada (PEI) que foi o primeiro grande desdobramento da alfabetização funcional do Mobral.” (CORRÊA, 1979, p. 177). Os objetivos gerais do programa pretendiam propiciar o desenvolvimento pessoal por meio da autoconfiança, da valorização da individualidade e dos valores morais; estimular as expressões criativas e proporcionar o conhecimento para ser adquirido e aplicado na vida prática. O Programa pretendia em seu projeto considerar os conhecimentos e habilidades individuais para que a alfabetização tivesse uma função na vida dos sujeitos e assim pudesse acelerar o processo de aprendizagem.

O PEI passou por três fases: na fase de implantação, em 1971, o Programa era desenvolvido pelo Mobral em convênio com as Comissões Municipais; na fase de expansão, de 1972 a 1976, considerando o crescimento da clientela, o Mobral colocou a educação integrada à disposição das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e, na fase de revitalização, a partir de 1977, tendo em vista o desenvolvimento e a revitalização do Programa ele passou a ser responsabilidade do próprio Mobral. (CORRÊA, 1979).

No discurso do Mobral verificamos que não houve intenção por parte dos técnicos do Movimento em evitar a regressão e nem consideraram o fracasso das campanhas anteriores pelo mesmo motivo. De acordo com Paiva (2003, p.373), o Programa “Foi resultado do método característico do Mobral, o do ensaio e erro”.

Enquanto programa criado para dar continuidade e progressividade ao PAF constatava-se que a metodologia em que se apoiavam eram as mesmas, ou seja, baseada em técnicas de trabalho em grupo, em ajuda mútua e na inserção comunitária do aluno. Portanto, prevaleceu a sequência com os livros de textos, de glossários, de exercícios de matemática e do professor; acrescido do conjunto de cartazes. Em 1973, chegou um novo material complementar a enciclopédia “A Aventura do Homem”, composta por 24 fascículos. O material foi distribuído e utilizado em sala de aula em sistema de empréstimo aos alunos. Um novo conjunto de material didático básico foi elaborado a partir de 1977, passando a ser constituído pelo livro de textos geradores; livro de matemática; livro de integração social e ciências; livro do professor e pelo conjunto de cartazes. O método utilizado era o global, parte do tema geral para o particular. Os temas estão relacionados com as necessidades humanas básicas, sem que houvesse sequência estabelecida para a abordagem. (CORRÊA, 1979).

A experiência de vida dos alunos devia estabelecer uma relação direta com a aprendizagem, obedecendo ao princípio da funcionalidade, ou seja, partindo da realidade do indivíduo. O princípio da aceleração do programa permitia maior assimilação do conteúdo em menor espaço de tempo, pois a experiência do aluno era considerada e trabalhada na situação de ensino-aprendizagem. “Em outras palavras, evitando perda de tempo em atividades para informação e formação de atitudes e habilidades que a vida já desenvolveu.” (CORRÊA, 1979, p. 181).

O discurso do Mobral era de que a aprendizagem deveria estar vinculada à realidade do aluno. No entanto, segundo Jannuzzi (1983), a palavra geradora do programa não precisava ser captada na comunidade onde vivia o analfabeto, pois ela já vinha com um significado para ser absorvido. As palavras eram as mesmas para todo o território brasileiro, retiradas do mesmo material didático.

A prática educativa da educação libertadora difere das concepções do Mobral. Na concepção da educação proposta por Paulo Freire, a autonomia e o respeito ao educando são consideradas, bem como o seu contexto:

Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações,

os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? Esta pergunta é considerada em si demagógica e reveladora da má vontade de quem a faz. É pergunta de subversivo, dizem certos defensores da democracia. (FREIRE, 1996, p. 15).

A avaliação do aluno era realizada pelo professor, observando e efetuando atividades avaliativas no decorrer do curso. A equipe do Mobral Central avaliava diretamente os alunos, entrevistando-os e observando as aulas; na avaliação indireta, os boletins de frequência eram analisados, bem como o rendimento do aluno.

No princípio do programa, o certificado era emitido pelas Secretarias de Educação Estadual/Municipal. No final da fase de implantação, realizaram-se ajustes buscando minimizar problemas encontrados pelas Secretarias de Educação e pelos professores para dosar os conteúdos referentes às quatro primeiras séries do 1º grau. Já na fase revitalização, o Parecer 15/78 - COLENE/DSU/MEC, autorizava o Mobral a realizar convênios com escolas particulares, podendo estas expedir o certificado aos alunos do PEI, dispensando o referendo das Secretarias de Educação. Por este parecer, o Mobral foi autorizado a emitir os certificados, com validade nacional, sem o referendo das Secretarias de Educação, assim como as escolas particulares. (CORRÊA, 1979).

Apropriando-se das competências do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais de Educação, o Mobral funcionava como sistema paralelo de ensino supletivo. Conforme destaca os autores:

Observa-se, assim. Uma progressiva autonomização do MOBREAL em relação às Secretarias de Educação. O Movimento colocava-se fora do controle dos organismos públicos estaduais e municipais de administração do ensino no que concerne à própria execução do Programa de Educação Integrada. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 116).

A duração do programa na 1ª fase era de 12 meses, mas posteriormente, devido ao ritmo de aprendizagem dos alunos e ajustes com o calendário das Secretarias de Educação, fixou-se a carga horária de 720 horas, variando entre 10 e 18 meses de duração. O aluno poderia alcançar os objetivos em uma carga horária menor ou ainda ir além das 720 horas, mas nesse caso, seriam encaminhados para outro programa.

O acompanhamento do Programa de Educação Integrada nas fases de implantação e expansão realizou-se por meio de análise das fichas de cadastramento de classes e de remanejamento do aluno no decorrer do Programa. Na fase de revitalização, foi implantado um sistema de controle por meio de processamento de dados.

De acordo com Corrêa (1979, p.191), “[...] a consolidação dos quantitativos de alunos do PEI pode ser apreciada pelo quadro que se segue, tendo como base os conveniamentos realizados”:

Quadro 3: Número de alunos no PEI

ANO	Número de alunos novos atendidos pelo Programa de Educação Integrada
1971	33.462
1972	511.509
1973	549.865
1974	508.802
1975	513.479
1976	440.521
1977	625.294

Fonte: Corrêa, 1979, p. 191.

Na afirmativa de Paiva (2003), os números apresentados pelo Mobral nesse quadro deixam uma margem de dúvida, pois consideraram os alunos novos atendidos, mas não é esclarecido se os dados tratam-se dos alunos matriculados, dos que finalizaram o programa ou mesmo dos conveniados. Outro aspecto apontado pela autora é que o Programa visava à educação continuada; porém, os números não informam se esses alunos eram egressos recém-alfabetizados do Mobral.

O Programa de Educação Integrada Via Radiofônica foi criado em 1972, a partir de um convênio com o Serviço de Assistência Rural (SAR) e a Secretaria de Educação Estadual com o Mobral. A duração foi prefixada em 16 meses e dividida em quadrimestres. A transmissão era diária, iniciando-se com a apresentação dos conteúdos e o restante da aula era utilizado para realização de atividades. Todos os profissionais envolvidos eram treinados via radiofônica. O programa obteve resultados positivos, alcançando o tempo médio de dois quadrimestres para o aluno se certificar; outro dado significativo sobre o programa era que os egressos conseguiram boas colocações nos vestibulares. Apesar das dificuldades ocorridas no desenvolvimento do programa quanto “[...] à resistência ao rádio, interferências de outras emissoras, falas muito rápidas nas transmissões, aceitação de horário, etc.”. (CORRÊA, 1979, p.192). A tentativa de diversificação do Programa pela transmissão via rádio buscava atender

às diversas regiões do país enfrentando as dificuldades geográficas e aumentando a sua clientela.

2.2.3. Programa Mobral Cultural

O programa foi concebido em 1973, para complementar os programas pedagógicos, visando à educação permanente dos nealfabetizados, ofertando o lazer sadio e valorizando ou propiciando a criatividade do homem. As atividades culturais da população menos privilegiada e do campo eram referências para a elaboração do Programa; as festividades coletivas, as reuniões recreativas, bem como as mídias foram consideradas como instrumentos de contato com as abrangentes formas de cultura. O objetivo do Programa era atuar de maneira que a cultura do povo brasileiro fosse difundida, proporcionando a ampliação do conhecimento e do universo cultural do mobralense e da sua comunidade. (CORRÊA, 1979). O Programa buscou integrar os alunos, comunidade e familiares por meio de atividades recreativas, mas com a intenção de auxiliar no processo de alfabetização:

Tendo em vista que através do Programa Cultural o Mobral possuía também o interesse de reforçar sua ação na área de alfabetização, tornava-se necessário agir de forma a: a) contribuir para atenuar ou impedir a regressão ao analfabetismo; b) reduzir a deserção dos alunos de alfabetização funcional; c) diminuir o número de reprovações; d) agir como fator de mobilização; e) incentivar o espírito associativo e comunitário; f) divulgar a filosofia do Mobral em atividades dirigidas ao lazer e das quais participaria o mobralense, em especial, e a comunidade em geral. (CORRÊA, 1979, p. 243).

Nesse sentido, o Programa Cultural foi pensado pelo Mobral como tentativa de proporcionar meios para do desenvolvimento individual com a perspectiva de ampliar gradativamente o horizonte do homem e proporcionar a visão crítica do mundo histórico-cultural. Para alcançar tais objetivos se norteou nos princípios de: “[...] a) democratização da cultura; b) dinamização da criatividade e intercâmbio da cultura; c) valorização do homem e da cultura local; d) preservação da cultura”. (CORRÊA, 1979, p.244).

Com os objetivos e princípios definidos, a próxima etapa foi colocá-los em prática, para isso, precisava-se capacitar os recursos humanos que atuariam no Programa e lançar as unidades operacionais. A partir da criação de um Grupo Executivo, que ficou a cargo de implantar o Programa, organizaram-se na primeira fase os Postos Culturais e o projeto-piloto da Mobralteca.

O Mobral fundamentava-se no conceito de funcionalidade para justificar o seu sistema de educação permanente, a criação do Mobral Cultural e dos programas que diversificavam o seu campo de atuação. Segundo a autora:

[...] justificava até mesmo a sobrevivência do programa, pois, se a funcionalidade dependia de o novo alfabetizado passar por todos os programas do movimento, era preciso que estes continuassem a existir mesmo quando não mais existissem analfabetos no sentido estrito. Tratava-se, pois, de organizar um programa de “educação permanente”, capaz de garantir a não-regressão dos recém-alfabetizados ao analfabetismo. (PAIVA, 2003, p. 356).

O Programa preocupava-se constantemente com a capacitação e reciclagem dos recursos humanos envolvidos nas suas atividades. O Agente Cultural (ACULT) estava responsável pela execução do Programa coordenando, supervisionando e avaliando as ações culturais desenvolvidas. Estava também responsável por treinar o Encarregado Cultural (ECULT) pertencente às COMUNs e às equipes da Mobralteca. Os ECULTs atuavam em nível municipal, indicados pela Comissão Municipal, sua função era animar as atividades realizadas no Posto Cultural, estar a cargo da divulgação do programa no município, bem como planejar a programação a ser realizada. (CORRÊA, 1979).

Em novembro de 1973 foi inaugurado o primeiro Posto Cultural na cidade de Salvador/Bahia e, em 1978, já havia 3.150 instalações dos Postos Culturais no país. Funcionavam nas comunidades como núcleo aglutinador e irradiador dos programas do Mobral. O Mobral Central e o Centro Cultural realizavam os convênios com as Secretarias de Educação e Cultura, Fundações e outros órgãos ou então, repassava para a Comissão Municipal esta ação. O Posto Cultural possuía:

[...] basicamente, material didático complementar ou cultural e, eventualmente, equipamento técnico, além de um centro de leitura, informação e consulta. O Posto promove e mantém: a) exposições permanentes; b) conferências e debates; c) vitrinas folclóricas com apresentação e divulgação dos diversos tipos de arte popular ou artesanato nas suas formas mais variadas; d) centro de artesanato, que estimulam a produção local e favorecem o interesse com outros centros; e) polos de coleta de dados referentes à cultura da localidade ou da região; f) local equipado para representação de peças teatrais; g) local de recrutamento de analfabetos e alfabetizadores; h) núcleos instrumentais e vocais de bandas e coros. (CORRÊA, 1979, p. 254).

Alguns critérios foram estabelecidos para que estes postos fossem instalados. A partir de 1975, estabeleceu-se que o município, para ser selecionado, precisaria apresentar o indicador de erradicação do analfabetismo previsto para 1975: ser carente de atividades

culturais; a comunidade ser receptiva ao Programa; prioridade para o interior, região Centro-Oeste e nas fronteiras e também apoiar os demais Programas e Projetos do Mobral. Porém, verificou-se que o local de instalação do Posto, ocupava um nível secundário diante da constatação que eles extrapolavam as barreiras físicas e ocorriam em locais variados nas praças, clubes, feiras, fazendas, ruas, parques, classes etc. Os Postos tipo A e B eram equipados com biblioteca, projetor de filmes, aparelhos de rádio e TV, livros para empréstimo, materiais para artesanato. Enquanto os Postos tipo C contavam, inicialmente, com apenas uma biblioteca, mas passou a receber um aparelho receptor de rádio e uma pequena pinacoteca com reproduções de quadros de pintores nacionais e estrangeiros. Anualmente, os postos recebiam materiais diversos buscando ampliar a visão cultural e conforme os interesses culturais da localidade. (CORRÊA, 1979).

O Centro Cultural reconheceu o desenvolvimento de um trabalho direcionado, dirigido, partindo do geral ao enviar livros e os demais materiais para os Postos, quando deveriam considerar o estímulo local. No entanto, justificava-se dizendo que precisavam correr contra o tempo para atender aos neoalfabetizados que não poderiam esperar e assim, evitar o fenômeno da regressão. Esta aceleração, dizendo-se o que fazer e como fazer segundo o Centro Cultural foi sendo aos poucos descentralizada até mesmo para respeitar os princípios básicos do Programa e que em nenhum momento deixou de se pensar no homem e no seu mundo. (CORRÊA, 1979).

Justificando a metodologia direcionada do programa por meio de seu discurso baseado nos princípios de democratização, o desenvolvimento das atividades evidencia que:

O momento pedagógico proposto é autoritário porque ele (o Mobral) acredita que sabe o que é melhor para o povo. Não adianta, portanto, discutir com sua clientela, mas apenas fazê-la pensar quais os melhores meios que dispõe para atingir tais objetivos. Não dá oportunidade ao povo de desvelar os objetivos do processo pedagógico; de analisá-los a partir do seu modo de ver o mundo; de dizer sua palavra, de enunciar o seu pensamento-linguagem elaborado em realidade diferente da realidade da elite. (JANNUZZI, 1983, p. 74).

O Programa Mobral Cultural criou a Mobralteca, que era uma unidade operacional volante, construída em um furgão contendo materiais pertinentes ao desenvolvimento das atividades culturais previstas no Programa. Essa unidade visava atender à população em locais em que não era possível a instalação imediata de um Posto Cultural; buscava também promover a reativação de Postos Culturais e propiciar a instalação destes; realizar, em

conjunto com os Postos Culturais, as atividades do Programa Cultural; promover o intercâmbio entre os municípios visitados e reavivar as Comissões Municipais pouco atuantes.

A Mobralteca tinha como função registrar por meio de filmagens, gravações e fotografias, os aspectos culturais das localidades em que se instalava. Os documentos serviam para avaliação do Programa e de material de pesquisa, subsidiando o diagnóstico da cultura brasileira. Estes registros eram importantes para a transmissão do conhecimento das diversas expressões culturais regionais que eram disseminados nas regiões por meio da Mobralteca. (CORRÊA, 1979).

O estado do Rio de Janeiro foi o primeiro a receber o veículo Mobralteca, lançado em 20 de novembro de 1973, em 14 municípios com aspectos socioeconômicos e culturais diversificados. Em 1974, já estavam plenamente em funcionamento os equipamentos e as atividades e foram cadastrados 15.000 participantes nas várias atividades ofertadas pelo veículo protótipo da Mobralteca. Após um ano e meio, o Mobral recebeu a doação de cinco veículos e os trabalhos do protótipo foram descentralizados, criando seis Regiões Mobraltecas (REMOB). A seguir, uma nova forma de atuação foi encontrada a Mini-Mobralteca permitindo a interiorização das unidades móveis, pois os veículos eram menores e poderiam atingir as regiões mais distantes. No ano de 1978, estavam em atividade 20 desses veículos. A partir dessa experiência foi criada a Tenda da Cultura para atender à população da área rural em locais de difícil acesso e onde não houvesse condições de hospedagem entre outros problemas. A Tenda da Cultura foi lançada em 1978, suas técnicas se aproximavam da tradição oral, mantendo assim, a sabedoria popular. (CORRÊA, 1979).

Os subprogramas do Programa Mobral Cultural constituíam-se na atividade fim do Programa. Incentivava e valorizava as manifestações culturais das localidades por meio do desenvolvimento de atividades sugeridas pelo Mobral e das existentes na própria comunidade. A denominação de cada um dos subprogramas refere-se à atividade trabalhada por ele: literatura, música, cinema, rádio, teatro, publicações, artes plásticas, arte popular e folclore, patrimônio histórico, jogos e televisão.

Segundo Corrêa (1979), o acompanhamento do Programa Cultural estava constantemente sendo reformulado, efetuando-se conforme os relatórios dos Agentes Culturais, dos técnicos do Centro Cultural que faziam viagens de assistência técnica, dos Encontros dos Agentes e dos técnicos que aconteciam anualmente. Em 1976 criou-se o projeto de supervisão aos Postos Culturais e Mobraltecas, sistematizando os acompanhamentos dos trabalhos desenvolvidos pelo Programa.

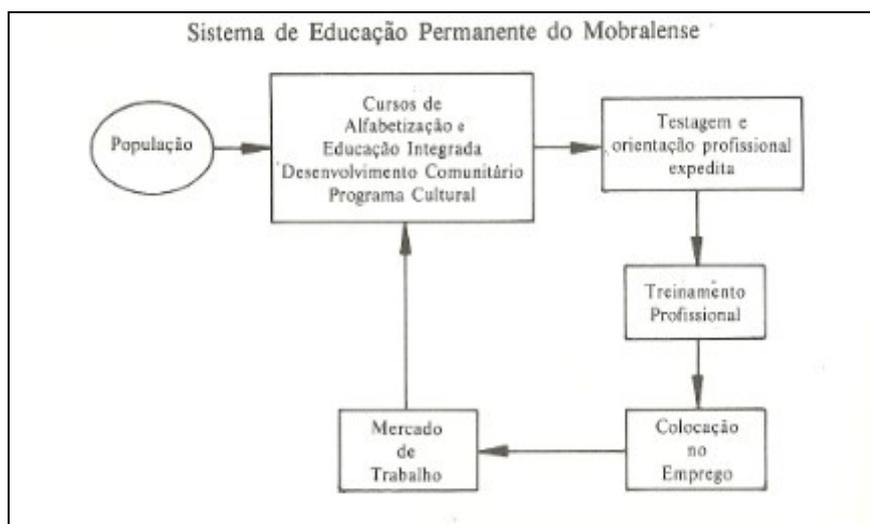
O controle das atividades desenvolvidas pelas Comissões Municipais assegurava ao Mobral/Central o funcionamento harmonioso do Programa.

2.2.4 Programa de Profissionalização

As Coordenações Estaduais e as Comissões Municipais desenvolviam mesmo antes da criação do Programa de Profissionalização, em 1973, atividades relacionadas à ocupação profissional dos mobralenses por meio das iniciativas locais. Essas iniciativas contavam com recursos da comunidade atuando de maneira informal e dinâmica, qualificando profissionalmente os alunos. Então, a Gerência de Profissionalização (GEPRO) do Mobral, criada em 1974, diante da ausência de métodos adequados que favorecessem a profissionalização dos neoalfabetizados e da pouca diversificação de cursos e capacidade de atendimento das entidades de treinamento formais, direciona as suas ações para suprir a ansiedade por uma melhoria na condição socioeconômica da clientela. O objetivo geral do Programa era informar e treinar profissionalmente o recém-alfabetizado oportunizando a sua ascensão socioeconômica, bem como propiciar que suas potencialidades sejam corretamente aproveitadas pelo mercado de trabalho. (CORRÊA, 1979).

Os subprogramas Testagem e Orientação Profissional, Treinamento Profissional e Colocação de Mão de Obra foram criados para atender aos objetivos do Programa. “Essas três linhas de ação foram idealizadas para funcionamento interatuante, dentro da ideia de complementar e dar continuidade às dimensões pedagógicas e culturais do mobralense.” (CORRÊA, 1979, p.300). A figura a seguir ilustra o sistema inicial de funcionamento do MOBREAL:

Figura 1: Sistema de Educação Permanente do Mobralense no ano de 1972



Fonte: Corrêa, 1979, p.300.

Os princípios básicos do Programa se alinhavam com a organização e funcionamento do Mobral, ou seja:

Atendimento em larga escala, descentralização da execução e centralização do controle, utilização de recursos comunitários, estratégia de ação única para todo o país, abrangência nacional e, de acordo com características do Programa, integração com entidades públicas e privadas da área de profissionalização. (CORRÊA, 1979, p.301).

O Programa de Profissionalização, respeitando esses princípios, cria o Treinamento por Famílias Ocupacionais. Esse treinamento ofertava cursos rápidos e de larga escala, tinha um conteúdo comum de várias ocupações, permitindo que o aluno ingressasse no mercado de trabalho ou em instituições de treinamento profissional.

Jannuzzi (1983), conclui que o Mobral seguia o Modelo Brasileiro de Desenvolvimento de caráter acentuadamente econômico, pois na concepção do Movimento quem integrava o campo de trabalho é quem poderia usufruir do bem-estar da produção, enquanto o analfabeto responsável por sua situação, sem acesso ao mundo do trabalho não pertencia a este grupo.

Seguem os números apresentados pelo Programa nos quatro primeiros anos de funcionamento: convênio com a Massey-Fergusson oferecendo treinamento para 40.000 tratoristas até o final de 1978, implantado em 1.071 municípios. O convênio Mobral/ Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO) treinando cerca de 100.000 alunos do Mobral. O convênio firmado com a Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA) ofereceu cursos por meio da metodologia de Famílias Ocupacionais, atendendo,

aproximadamente, 6.000 pessoas. Na linha de ação de Colocação de Mão de Obra, os 567 Balcões de Emprego e 21 Postos de Emprego apresentaram o registro de 286.000 vagas oferecidas e 185.000 candidatos a emprego, destes, 63.000 foram colocados no mercado de trabalho. O PETRA, de maio/1977 a novembro/1978, alcançou 23 unidades Federativas e nos seus cursos foram treinadas 120.000 pessoas. Assim, o Mobral foi formulando o seu sistema de integração de profissionalização, seguindo as diretrizes da GEPRO e as adequações necessárias para cada localidade em que os Programas eram ofertados. (CORRÊA, 1979).

Na linha de ação de Treinamento Profissional, o Programa de Educação Comunitária para o Trabalho (PETRA), em 1978, apoiou financeiramente as iniciativas locais efetuando pagamento aos monitores, via convênio com as Comissões Municipais encarregadas de organizar os cursos. Com a criação do PETRA os objetivos se voltam para a educação para o trabalho em bases comunitárias e preocupam-se em elevar a cultura técnica da população.

2.2.5 Programa de Educação Comunitária para a Saúde

O Programa surgiu de maneira espontânea na diversificação do Mobral a partir da alfabetização funcional. Os temas relacionados à saúde são trabalhados nos Programas de Alfabetização Funcional, de Educação Integrada e de Profissionalização do Mobral por meio das palavras geradoras e dos recursos pedagógicos que levavam à discussão em sala de aula dos problemas ligados a esta área. (CORRÊA, 1979).

O Programa de Educação Sanitária (PES) foi criado em 1975 a fim de atender à região Nordeste do país, recebendo, para ser implantado, oito milhões de cruzeiros do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS). O programa surgiu quando as atividades pedagógicas se encontravam sedimentadas nas comunidades, favorecendo uma atuação quase definitiva do PES. O objetivo geral era “[...] propiciar a melhoria das condições de saúde das populações residentes na área de atuação do Programa, principalmente as mais carentes, através de trabalho de natureza educacional.” (CORRÊA, 1979, p. 314).

Para a implantação do PES ocorria um trabalho prévio de divulgação e mobilização nas localidades, que em geral, eram municípios muito carentes e, especialmente, da zona rural. Este trabalho deveria organizar e incentivar a participação das comunidades. A fase de mobilização favorecia a definição dos grupos participantes, que eram os executores do Programa. Os monitores eram os encarregados de levar informações para as pessoas envolvidas nas atividades do PES, preferencialmente eles deveriam pertencer à comunidade. A participação das Prefeituras e da Comissão Municipal do Mobral visando à eficiência do

Programa foi necessária para o desenvolvimento do mesmo. Criou-se o cargo do Encarregado do Programa de Educação Comunitária para a Saúde (ENPES), exercendo as funções de orientador, auxiliar dos monitores e ficando a cargo de desenvolver o Programa, contribuindo para o envolvimento de entidades e da comunidade em geral.

O material de apoio deveria ser utilizado pelo monitor para que pudesse obter uma qualificação mínima e assim orientar as discussões nas reuniões, esclarecendo sobre os assuntos da área da saúde. Mas, sem assumir o papel de professor, o que não atenderia aos objetivos do Programa. O material contemplava quatro livros ligados à área da saúde, um roteiro contendo instruções sobre os fundamentos e metodologia e a dinâmica do Programa, um conjunto de cartazes e folhetos sobre assuntos específicos, tais como queimaduras, fraturas, hortaliças, picadas de animais, etc. (CORRÊA, 1979).

Os treinamentos dos recursos humanos envolvidos no Programa realizavam-se num trabalho permanente de assistência técnica, acontecia ainda por meio de supervisão contínua e por reciclagens periódicas. A avaliação do PES se fazia de modo global e contínuo propiciando o acompanhamento do processo de forma crítica, mas também permitindo interferir quando necessário. As cartas e o Relatório Mensal do Monitor enviados pelos monitores eram os instrumentos que colaboravam na avaliação do PES. Realizou-se, em meados de 1978, uma pesquisa por amostragem buscando a verificação das mudanças de conceitos e comportamentos ocorridos após a implantação do PES.

No segundo semestre de 1977, o PES foi implantado em municípios dos estados do Amazonas, Amapá, Maranhão, Sergipe, Rio Grande do Norte e Minas Gerais. Conforme o relatório dos técnicos do Programa, os números apresentados mostram que o PES atingiu 597 municípios de 11 estados, trabalhou com 11.437 Grupos Participantes, envolvendo, aproximadamente 343.000 pessoas. Destes grupos, 65% pertenciam à zona rural, evidenciando que o Programa obtém os melhores resultados nas localidades mais carentes. As reuniões contavam em média com 27 participantes, sendo 40% alunos do PAF e do PES. (CORRÊA, 1979).

O PES-via Rádio incluiu o uso dos meios de comunicação em massa como apoio e como forma de ampliar a atuação do Programa. Apresentando informações sobre saúde, respondendo em curta duração e com toque de humor às cartas dos ouvintes. A partir de 1978, o PES-via Rádio muda a sua programação e passa a apresentar todos os passos da execução do PES, por meio de uma estória da “Vila da Boa Saúde”, que refletia a realidade das comunidades rurais em geral. A estória demonstrava como a comunidade se unia para resolver seus problemas. Todos os programas eram gravados e oferecidos às emissoras, pelas

Coordenações e Supervisão do Mobral, para serem transmitidos gratuitamente por 300 emissoras de 24 estados.

No entanto, o Movimento teria outras razões para desenvolver o PES. Conforme as afirmações de Paiva (2003), o Mobral Ação Comunitária era apenas uma das estratégias do Movimento de permanecer em atividade. No final da década de 1970, o Mobral apresentava desgaste junto à população e seu fracasso estava sendo anunciado, em especial, por declarar que havia alfabetizado quase toda a população analfabeta. Por esta razão, ele já não teria mais motivos para existir. Então, para justificar técnica e politicamente sua sobrevivência ele busca alternativa na Linha de Ação Comunitária. A proposta dessa linha de ação reforçaria as metodologias já utilizadas nos programas comunitários em funcionamento e acrescentaria o humanismo cristão a serviço da defesa e da ordem. Essa proposta teria como base a visão de analfabeto como incapaz, carente e pertencente à classe dominada da sociedade. O Programa atuaria junto às lideranças locais, capacitando os líderes e levando-os a reconhecer as reivindicações úteis:

[...] e não aquilo que a maioria mal informada ou levada pela lei da inércia (acomodatícia) ou condicionada pelo bombardeio dos veículos de comunicação de massa julga, ou pensa ou imagina, no momento, de maior e mais imediato relevo. (MOBRAL, p. 6 apud PAIVA, 2003, p.394).

Para a autora, tal visão é preconceituosa e ainda permeada por um autoritarismo, pois o critério de seleção das necessidades reais não seriam somente as reivindicadas pela comunidade, mas também as detectadas pelos planejadores. O autoritarismo presente na proposta gerou discussão dos problemas de Ação Comunitária e, sobretudo, do verticalismo presente no Mobral desde sua criação. (PAIVA, 2003).

Nesse sentido, aumentava dentro do governo, no decorrer da década de 80, a oposição à sobrevivência do Mobral. O Presidente do Mobral, então, envia uma carta ao Ministro da Educação, em 31 de janeiro de 1980, visando à sobrevivência do Movimento na área da educação e ação comunitária. A carta propunha a modificação do Mobral, dando ênfase à sua vocação comunitária. O Movimento tentou ainda modificar sua metodologia para adaptar-se à tecnocracia. Realizou treinamentos para os seus técnicos e para as pessoas ligadas ao movimento quanto a sua transformação em Novo Mobral; por meio de propagandas, lançou a campanha junto à população. Mas, “Essa atitude do Movimento foi uma espécie de tentativa malograda de absorção do discurso alternativo.” (PAIVA, 2003, p. 398).

2.2.6 Programa Diversificado de Ação Comunitária

O Programa Diversificado de Ação Comunitária (PRODAC) surgiu em julho de 1974, dos dados da observação de campo dos técnicos da Gerência Pedagógica reformulando os programas anteriores que desenvolviam trabalhos comunitários. Conforme o princípio básico de trabalho do Programa, a educação realizava-se quando o homem conscientemente participasse das mudanças próprias e das mudanças da comunidade. Para o PRODAC alcançar os seus objetivos, era preciso realizar a mobilização e integração dos recursos comunitários incluindo as instituições, os recursos materiais e humanos.

Assim, a organização do Programa compreendia três etapas: a mobilização, a organização de grupos e a manutenção do trabalho. O PRODAC foi subdividido em subprogramas que seriam implantados conforme as necessidades, os interesses e as possibilidades das comunidades. Os seguintes subprogramas foram criados para atender às prioridades governamentais: Educação, Saúde e Saneamento, Promoção Profissional, Nutrição, Habitação, Atividades de Produção, Conservação da Natureza, Esportes e Pesquisa. (CORRÊA, 1979).

Após a fase de implantação, concluiu-se que o Programa, para evoluir, precisava ser redefinido. A partir de julho de 1976 começou a atuar em conjunto com o Exército, por meio da Ação Cívico Social (ACISO). O projeto denominado PRODAC/ACISO iniciou suas atividades no estado de São Paulo nas áreas de Campinas, Itu, Lins e Pirassununga, atingindo 14 municípios. A segunda operação aconteceu no Vale do Paraíba, localidade menos desenvolvida do estado de São Paulo. A terceira operação, no ano de 1977, atinge 11 municípios do Rio Grande do Sul, em ação integrada com o III Exército.

Em julho de 1978 realizou-se uma ação conjunta entre o Mobral e o Comando Militar da Amazônia, obtendo a participação de 70 entidades e 142 técnicos e com recursos financeiros fornecidos pela LBA, MOBREAL, INCRA, SUDEPE/SENAR E FUNAI. As propostas do Programa foram adequadas às necessidades das comunidades após levantamento socioeconômico realizado em cada localidade. Após esta operação na Amazônia ser concretizada desencadeou-se um processo mais amplo de desenvolvimento e entidades federais e estaduais que atuavam com as mesmas linhas de ação passaram a contribuir com o objetivo do Programa. “O trabalho de desenvolvimento comunitário deve expressar essa projeção planetária ou não terá sentido no plano da promoção humana.” (CORRÊA, 1979, p. 354).

Mas, a metodologia do programa não era condizente com o discurso do Movimento. De acordo com Paiva (2003), ao firmar o convênio Mobral/ACISO, o Mobral estaria

buscando a legitimação de sua sobrevivência à fase alfabetizadora. A autora destaca que o caráter vertical do programa fica evidente na metodologia, pois a comunidade participa, mas quem define previamente os passos é o Mobral. A alfabetização estava inclusa na proposta do programa de ação comunitária: os programas PAF, PEI e Autodidatismo eram ofertados, e a população escolheria qual deles estava de acordo com suas necessidades e interesses. Para a autora, o fracasso do Mobral/ACISO ocorreu pelas características de sua atuação:

A experiência passada em todo o mundo mostra que as metodologias de ação comunitária, vinculados a projetos políticos integradores de classes sociais com interesses distintos e mesmo antagônicos, dentro dos quais elementos das classes dominantes assumem a liderança e atuam com espírito filantrópico (eventualmente visando dividendos políticos imediatos ou reforçando a ação ideológica), não logram suscitar o interesse das classes dominadas porque não atendem a seus reais interesses. (PAIVA, 2003, p.389).

O programa Mobral/Aciso não produz o resultado almejado do mesmo modo como as campanhas anteriores que tiveram como objetivo alcançar o desenvolvimento comunitário.

2.2.7 Programa de Autodidatismo

O Programa foi criado, em 1975, para “[...] ratificar a evolução que o Mobral vem passando, sem fugir às suas características de Educação não formal e dentro da linha de oportunidades variadas para aperfeiçoamento e enriquecimento da Pessoa Humana”. (CORRÊA, 1979, p. 357). Segundo o relatório da equipe técnica, o princípio do Programa tem a educação como um processo no qual o homem aprende a informar-se e formar-se e que ele somente aprende aquilo que realmente descobre. Portanto, a educação deve propiciar situações para que o sujeito seja o agente de sua própria educação, assim, o Programa apresenta como objetivos proporcionar alternativas educacionais para a população carente numa linha de autodidaxia e também ampliar a atuação do Posto Cultural, onde o Programa Autodidatismo se desenvolveria.

No entanto, a metodologia do Mobral demonstra que a concepção de educação praticada difere dos conceitos apresentados nos seus documentos, segundo a autora:

O Mobral concebe a educação como investimento, como preparação de mão de obra para o desenvolvimento inquestionável, isto é, como estava sendo concebido pelo Modelo Brasileiro de Desenvolvimento. Assim sendo, o que tem de fazer é realmente usar este método antidialógico, que em nenhum

momento possibilita a horizontalidade com o Mobral Central de onde emanam os objetivos a serem atingidos. (JANNUZZI, 1983, p. 65).

Dois fases foram identificadas no desenvolvimento do Programa Autodidatismo: a primeira, chamada de fase experimental, compreendeu o período de novembro de 1975 a dezembro de 1976; a segunda fase denominada de expansão aconteceu a partir de 1977. Na primeira fase, o Programa foi desenvolvido em 10 estados, com apenas um município sendo contemplado em cada um desses estados e atinge 2.297 participantes, entre eles os neo-alfabetizados, ex-alunos do PAF e elementos da comunidade. Na segunda fase, o Programa atuou em todos os estados do país e 200 municípios são atendidos.

O material didático de referência que ficava no Posto Cultural poderia ser utilizado na forma de empréstimo, compreendendo materiais do PAF, PEI, PES e outros pertencentes ao Posto Cultural. O material didático básico poderia ser utilizado individualmente e não precisava ser devolvido ao Posto Cultural, composto pelo Roteiro de Atividades, Roteiro de Matemática e Folheto de Respostas. Na terceira fase, o Roteiro de Atividades foi modificado para melhor atender aos temas de interesse dos alunos. (CORRÊA, 1979).

O desenvolvimento do Programa Autodidatismo apresentava características específicas mantidas nas duas fases: os temas para estudo eram de interesse do aluno sem que existisse uma sequência estabelecida; o ritmo de aprendizagem de cada aluno que determinava a duração do estudo de cada tema; os materiais estariam disponíveis permitindo ao aluno informar-se sozinho e o material didático do Programa reforçava o estudo com atividades a serem desenvolvidas.

O acompanhamento do Programa na fase experimental deveria ser realizado pelo Encarregado da Área Pedagógica (EPEDE) da COMUN, mas constatou-se que ele não cumpriu a tarefa. Então, o Encarregado das Atividades Culturais (ECULT) assumiu a responsabilidade de acompanhar os alunos do Programa Autodidatismo. Na fase de expansão, ocorreu o processo de seleção para contratação de um monitor que pudesse orientar os alunos, recebendo uma gratificação mensal fixa do Mobral para desempenhar a tarefa. Suas atividades eram de esclarecimento de dúvidas, orientar quanto ao uso do material, analisar os exercícios, incentivar a frequência, avaliar os trabalhos desenvolvidos, sempre com a supervisão da Agência Pedagógica e da Supervisão Global. (CORRÊA, 1979).

O Programa não apresentava um instrumento de avaliação que pudesse justificar a certificação do aluno, porém, o Mobral apresentava argumentos em sua defesa:

A própria natureza do Programa, baseado na autodidaxia, no ritmo de aprendizagem e no interesse de cada aluno, impede a fixação de parâmetros avaliatórios que mediriam o grau de atingimento dos objetivos prefixados. Entretanto, tem-se conhecimento do alto grau de aceitabilidade por parte das comunidades onde foi implantado, através, principalmente, de depoimentos e do número de inscrições. (CORRÊA, 1979, p. 368).

Pretendendo favorecer a participação dos alunos, o programa demonstrava uma flexibilidade na sua metodologia propondo estratégias específicas que pudessem considerar a filosofia de educação permanente do Mobral.

2.2.8 Programa Pré-Escolar do Mobral

Para atender à convocação do MEC, o Mobral, a partir do ano de 1981, direcionou suas ações prioritariamente para a Educação Pré-Escolar, no entanto, continuando a oferta da educação de adultos. Segundo o material da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) “Atuação do Mobral no Programa Pré-Escolar (1981)”: o Programa Pré-Escolar do Mobral deveria ter as instituições, as famílias, a sociedade e outros setores do governo além da Educação envolvidos nesta que seria mais uma ação comunitária. O Programa considerava importante a Educação Pré-Escolar para a criança na fase de formação da personalidade e do desenvolvimento motor e linguístico. Ressaltava o documento que de 24 milhões de crianças de zero a seis anos, apenas 5% recebiam algum atendimento, sendo que destes, a maioria frequentava a rede particular, de alto custo e atendimento nem sempre adequado. O princípio do Programa valorizava e estimulava a expressão criadora da criança, propiciando o desenvolvimento de suas potencialidades para que ela fosse livre e ao mesmo tempo participante. (SCHULTZ, 1983).

O acompanhamento do Programa realizou-se de forma direta por meio de reuniões com coordenadores, visitas e treinamento de monitores. A forma indireta de acompanhar o trabalho desenvolvido era por meio de cartas e de publicações em jornais e revistas, enviadas aos supervisores. O monitor era o profissional responsável por acompanhar as turmas que teriam entre 25 a 30 alunos e a carga horária a ser cumprida por ele seria de quatro horas diárias.

A formação específica do monitor não era exigida por parte do Mobral. Para desenvolver atividades com crianças, a preparação mostrava-se reduzida apenas em treinamentos baseados no material fornecido pelo Movimento:

Durante a época em que se dedicou à educação pré-escolar, o Mobral enfatizou o treinamento em serviço da pessoa que deveria atuar com as crianças (o monitor), em detrimento de uma formação teórica e metodológica densa, em cursos de formação em nível de segundo e terceiro graus. As principais fontes para os treinamentos foram materiais didáticos produzidos pelo próprio Mobral. Entre eles, destacam-se o livro *Vivendo a Pré-Escola*, a revista *Criança* e o conjunto de cadernos intitulados “Temas para Reflexão”. (ARCE, 2008, p. 383).

No entanto, todo o material utilizado pelo Mobral apresentava conteúdo conforme as Diretrizes de Pré-Escolar do MEC de 1980, lançadas em consequência do III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (PSECD), que evidencia a importância da pré-escola. O incentivo ao trabalho voluntário, o treinamento em serviço e a utilização de manuais são aspectos comuns entre os materiais e as determinações das Diretrizes do PSECD (ROSEMBERG, 1992).

[...] Foi só quando o Mobral entrou em cena que o MEC conseguiu ir além do discurso e implantar, de fato, um programa nacional de educação pré-escolar. [...] A entrada do Mobral na Educação Pré-Escolar refletiu-se, rapidamente, através do aumento de vagas e do espaço que ocupou: em 1981 era responsável por 19% das vagas públicas, em 1982 por 43% e em 1983 por 49%. (ROSEMBERG, 1992, p. 27-28).

Segundo Arce (2008), o Mobral realizava a expansão da educação pré-escolar no país sendo responsável pela educação das crianças menores de seis anos, lançando mão das mesmas estratégias implementadas na educação de adultos, tais como o trabalho voluntário e a utilização dos recursos comunitários. Assim, o Mobral encontrou facilidades para concretizar o Programa da educação infantil.

A iniciativa de ofertar a educação Pré-Escolar não apresentou resultados positivos para o Movimento. Segundo os argumentos de Paiva (2003), a oferta da educação para a população infantil era uma possibilidade para o Mobral permanecer em plena atividade, mas, ao mesmo tempo, a reorientação do Programa atendendo a outra faixa etária traria consequências negativas para o Movimento.

No capítulo seguinte descrevemos e analisamos o Mobral no contexto de Uberaba-MG, em especial dialogando com os trabalhos desenvolvidos pelas pesquisadoras: Guarato (2001), Coelho (2007) e Oliveira (2011).

3 MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO - MOBRL - EM UBERABA-MG (1970 a 1985)

Neste capítulo, apresentamos um estudo da história do município de Uberaba com ênfase no contexto educacional. O Movimento Brasileiro de Alfabetização será analisado dentro desse contexto, no período de 1970 a 1985, abordando suas especificidades, seus aspectos pedagógicos e políticos. As entrevistas e os documentos disponíveis no Arquivo Público de Uberaba compõem, com o referencial bibliográfico, o percurso do Mobral em âmbito local.

3.1 Uberaba- MG: surgimento, evolução e a educação no município

O mineiro de Bambuí, José Francisco de Azevedo, recebeu doação de pequena parte da sesmaria do Lajeado do Vigário Tavares (Antônio José Tavares Coutinho de Sá) para erguer uma capela no local. No ano de 1812, o Pe. José de Moraes benze a capela, tornando-se capelão da Primeira Capela Curada, filial da matriz de Desemboque. No mesmo ano, Azevedo recebe doação de 06 lotes de terras de seus compadres, amigos e vizinhos para a ampliação da capela. A capela situava-se perto do atual povoado de Santa Rosa de Lima, há aproximadamente 15 km do Rio Uberaba. O povoado no qual localizava-se a capela passa a ser conhecido por Arraial da Capelinha, Arraial do Lajeado, Arraial do Azevedo e Uberaba primitiva. Nessa época, o povoamento da região era difuso, impossibilitando que o Lajeado fosse elevado a distrito. O Desemboque era a sede do distrito de todo o Triângulo Mineiro. O arraial da Capelinha, que ficava distante da estrada do Anhanguera, foi atacado por índios o que levou os moradores a migrarem para a região das seis colinas e cinco córregos. Em agosto

de 1818, Pe. Hermógenes, do Desemboque, pedia licença para a construção da primeira capela na Uberaba atual. (TEIXEIRA, 1986).

A capela de Santo Antônio e São Sebastião localizava-se atrás do prédio do SENAI, onde hoje é a Praça Frei Eugênio. A bênção da capela ocorreu em primeiro de dezembro de 1818. O arraial foi elevado a distrito do Julgado Desemboque, após essa data. A Igreja Católica, unida ao Estado, oficializava o nome como Arraial de Santo Antônio e São Sebastião da Farinha Podre. A origem do nome Farinha Podre é explicada pelo autor Hildebrando Pontes, referindo-se à nomenclatura anterior do atual Triângulo Mineiro:

É tradição que os antigos bandeirantes tinham o hábito de armazenar, nas árvores ou troncos destas, parte dos víveres que levavam com o duplo fim de lhes aliviar a bagagem e mais prontamente se proverem do necessário, quando se lhes esgotassem os recursos. Usando tais meios, uma das bandeiras, dizem, teria deixado diversas “bruacas” contendo gêneros do país, suspensas aos galhos de uma árvore, à beira da picada e ribeirão que ali corre, e dentre as quais, duas, contendo farinha de mandioca. A bandeira ao regressar, encontrou avariada a farinha. Por esse motivo o ribeirão ficou sendo conhecido por Farinha Podre, nome este que em pouco tempo se generalizou pela região, que, segundo o coronel Antônio Borges Sampaio, abrangia toda a extensão territorial de entre os rios Grande, Paranaíba e das Velhas até as nascentes daquele ribeirão, cujas águas correm para o primeiro destes rios. (PONTES, 1970, p. 77).

O prestígio da Igreja junto aos governos fez com que o distrito se tornasse freguesia, legalizado pelo Decreto Real: O alvará do Rei D. João VI, expedido a dois de março de 1820, do Rio de Janeiro, (onde residia desde 1808), através de repartição pública, “[...] criava a Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba atual, desanexada da Matriz de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque.” (TEIXEIRA, 1986).

A Lei Mineira nº 28, de 22 de fevereiro 1836, decreta que o antigo arraial seja elevado à categoria de Vila de Santo Antônio de Uberaba, o nome de São Sebastião já não mais aparece. A partir desse decreto a comunidade inicia um período de grande avanço. Emancipada, gerencia assuntos de ordem civil, militar e religioso. A Vila foi reconhecida oficialmente pela Igreja e pelo governo real. As terras, de valor baixo e com isenção de impostos, foram sendo ocupadas formando grandes propriedades.

A Lei Provincial nº 759, de dois de maio de 1856, cria o Município de Santo Antônio de Uberaba. “Na graduação das liberdades que foi recebendo, a povoação de Uberaba conservou sempre o mesmo nome.” (SAMPAIO, 2001, p. 48). Mas, em 1840 foi elevada à Comarca do Rio Paraná. Somente em 1878, pela Lei nº 2.500, de 12 de dezembro, recebe o

nome de Comarca de Uberaba, compreendendo o Desemboque e o Prata, desligados por leis posteriores.

A inauguração da Estrada de Ferro Mogiana, em 1889, contribuiu para o desenvolvimento da cidade e acelerou o processo de urbanização, facilitando a imigração europeia para o município. A agropecuária foi a principal atividade econômica até a década de cinquenta, na cidade de Uberaba. Porém, iniciou-se nessa década a industrialização no município, de forma principiante, instalando-se a fábrica de tecido, engenhos de açúcar, laticínios e outras.

Ainda na década de cinquenta, Uberaba foi considerada cidade-polo educacional, recebendo estudantes do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e dos estados vizinhos como São Paulo, Goiás e Mato Grosso.

Na década de setenta, o município começava uma nova fase de desenvolvimento. Apresentando um quadro econômico amplo, investindo em tecnologias agropecuárias, criando o polo petroquímico e instalando indústrias moveleiras. No século XXI, Uberaba apresentava crescimento nos setores industrial, econômico, agropecuário, comercial e educacional.

O contexto educacional do município iniciou-se com a primeira escola de instrução primária particular, fundada por volta 1815, pela professora primária Dona Eufrásia Gonçalves Pimenta, que ensinava a ler, bordar e fazer renda. Na década de 20, os padres começavam a cuidar da alfabetização das crianças. O Colégio Cuiabá (1854) foi o primeiro estabelecimento de ensino secundário, mas funcionou apenas por três anos. Logo em seguida, outro colégio foi fundado pelo Dr. Henrique Raimundo Des Genettes, funcionou em um sobrado construído para esse fim, à Rua Coronel Manoel Borges, até o ano de 1875. O Liceu Uberabense fundado em 1877 foi transferido para a cidade de Franca-SP, em 1880, por motivos de intrigas políticas envolvendo o seu diretor. O colégio Uberabense, inaugurado em 1889, funcionou até o ano de 1896, quando o prédio situado no alto das Mercês foi comprado por Dom Eduardo Duarte Silva, Bispo de Goiás. O imóvel seria usado para ser o Seminário da Diocese de Goiás. Esse Seminário funcionou até o ano de 1902, quando os irmãos Maristas assumiram a direção, iniciando as atividades do Colégio Diocesano, em 1903. (COUTINHO, 2000).

A rede particular local seguiu a tendência de expansão nacional, conforme afirma o Plano Decenal Municipal de Educação 2006-2015:

Posteriormente, de maneira tímida, expandiu-se a rede particular de ensino de Uberaba. A partir da década de 1980, houve um avanço vertiginoso

quanto à criação de escolas particulares, no Brasil. Em Uberaba, a partir de 1990, também, aconteceu esse mesmo fenômeno, especialmente, para atendimento à primeira etapa da Educação Básica, ou seja, a Educação Infantil. (UBERABA, 2007, p. 40).

Em 1909, instaurou-se em Uberaba o Grupo Escolar Brasil, uma instituição singular associada à reforma mineira que estabeleceu a política educacional em torno dos grupos escolares. A sua criação propiciou mudanças nas práticas pedagógicas e na organização da gestão, do tempo e espaço escolar. A instituição localiza-se, ainda hoje, à Praça Comendador Quintino e atende à população de vários bairros por ser instalada em local central da cidade. Somente após três décadas surgiu o Grupo Escolar Minas Gerais, criado em 1944 e o Grupo Escolar Uberaba, em 1946. (UBERABA, 2007, p. 42).

Conforme Plauto Riccioppo Filho (2007), o analfabetismo na cidade apresentava, no ano de 1909, um índice muito elevado. Mesmo com as redes de ensino particular, estadual e municipal apresentando um quadro total de 17 estabelecimentos em funcionamento no ano anterior, o censo de 1909 trouxe os seguintes dados:

O índice de analfabetismo urbano (excetuando-se os menores de seis anos) era de 42,9%. Entretanto, esse índice é muito mais elevado se levarmos em conta o resultado final do censo, com números de todo o município: dos 33.261 habitantes, apenas 8.591 sabiam ler e escrever. Mesmo excluindo-se as 6.929 crianças com menos de seis anos de idade, temos ainda um total de 17.741 analfabetos, o que nos leva ao alarmante índice de analfabetismo de 67,37 % para o município. (LAVOURA E COMÉRCIO, 1909 apud RICCIOPPO FILHO, 2007, p. 245).

O ensino público e particular em Uberaba, no ano 1933, contava com os seguintes estabelecimentos, quanto à instrução primária mista: Grupo Escolar Brasil; seis escolas municipais sendo quatro urbanas e duas suburbanas e 14 escolas particulares. A instrução secundária era ministrada por um estabelecimento público e cinco particulares. O ensino superior era ministrado em cinco estabelecimentos particulares - Escola de Farmácia e Odontologia, Escola de Topografia, Faculdade de Direito, Seminário Diocesano e Escola Apostólica. E o ensino técnico profissional era ofertado apenas pela Escola do Comércio José Bonifácio (PONTES, 1970, p.397). O ensino secundário e superior ofertado, em sua maioria, por escolas particulares era frequentado por uma pequena clientela. O quadro a seguir, retrata essas afirmações:

Quadro 4: Ensino público e particular no município de Uberaba em 1933.

Estabelecimento	Primário		Secundário		Superior		TOTAL
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	
Grupo Escolar Brasil	398	360					758
Escolas Municipais	1.286	980					2.266
Colégio Santa Filomena	11	11					22
Colégio Santa Teresinha	8	65					73
Escola São Joaquim	23	8					31
Escola Progressiva	25	11					36
Escola Santo Antônio	51	29					80
Escola da Maçonaria	33	13					46
Escola N. Sr. ^a do Rosário	22	26					48
Externato Uberabense	10						10
Escola Bertolina Santos	11	9					20
Colégio Oliveira	30	2					32
Jardim da Infância	54	44					98
Escola Normal do 2º grau	60	132	21	181			394
Colégio Sousa Novais	110	6	23	1			140
Ginásio de Uberaba	198		308				506
Externato Santa Bárbara		75					75
Liceu Minas Gerais			20	6			26
Colégio N. Sr. ^a Das Dores (Escola Normal de 1º grau)		372		224			596
Seminário Diocesano			23		18		41
Escola Apostólica					8		8
Escola de Farmácia e Odontologia					5		5
Faculdade de Direito					23	1	24
Escola de Topografia					10		10
Escola de Comércio José Bonifácio					85		85
TOTAL	2.330	2.143	395	412	149	1	5.430

Fonte: PONTES, 1970, p.399.

Os dados referentes ao ano de 1933, apresentados pelo autor, não nos remete a informações sobre a educação de jovens e adultos. Conclui-se que as escolas do município, destacadas no quadro de nº 4, possuíam salas mistas nos três níveis de ensino. No entanto, nas

escolas normais, o público era predominantemente feminino, oposto ao ensino superior que contava, nesse ano, com apenas uma aluna do sexo feminino. Pontes (1970) apresenta os números dos alunos ano de 1933, mas os dados não nos possibilitam realizar análises quanto à evasão, desistência e reprovação. Pois, não há especificações se todos são matriculados ou concluintes. Novamente, o ensino dos adultos não é mencionado, recebendo o mesmo tratamento do cenário nacional.

Quanto à capacitação de mão de obra, no ano de 1933, existiam duas escolas de datilografia na cidade: a Escola Remington de Uberaba, que nesse ano diplomou 18 alunos e o Curso Superior de Datilografia, com 14 alunos diplomados no mesmo ano.

A Rede Municipal de Ensino de Uberaba inaugura, na zona rural, em 30 de dezembro de 1943, a Escola Barão do Rio Branco e Floriano Peixoto, na fazenda da Lapa e na fazenda da Espinha, respectivamente. A Escola Municipal José Marcus Cherém, instalada em 22 de dezembro de 1969, funciona até a presente data no povoado da Capelinha do Barreiro. Posteriormente, em 31 de janeiro de 1976 criou-se a primeira escola da Rede Municipal na zona urbana, a Escola Municipal Boa Vista; seguida pela Escola Municipal Santa Maria, em 23 de novembro do mesmo ano. Na década de 80 a rede é ampliada com a criação das escolas de Educação Infantil nas zonas urbana e rural. (UBERABA, 2007, p. 42).

O Plano Decenal Municipal de Educação de Uberaba (2007) não apresenta registro do histórico da educação de jovens e adultos, em âmbito local, diferentemente de como relata sobre os demais níveis de ensino. Nas bibliografias consultadas, destacamos o estudo da pesquisadora Rosângela Alves Valim que trata dessa questão:

Em nível local, as práticas da EJA não se diferenciam daquelas implementadas em nível nacional. Valim (2007) pesquisando sobre a educação de adultos, junto aos órgãos públicos, deparou-se com a falta de registro; os documentos, se é que existem, não foram liberados. Ela recorreu, portanto, a depoimentos – informais – de algumas pessoas que trabalharam com a EJA e/ou estiveram ligadas a essa modalidade de ensino. Os relatos falam de ações oficiais como, por exemplo, o MOBREAL, e de outras organizadas pela sociedade, como cursos particulares e programas vinculados a estágio. (VALIM, 2009, p. 95-96).

A falta de registros comentada pela autora está comprovada pelo Plano Decenal Municipal de Educação de 2007, da cidade de Uberaba, que somente apresenta relatório sobre a educação de jovens e adultos a partir de 2005, referentes aos Programas Acertando o Passo I e II. Quanto aos relatos referentes ao Mobral e à documentação do Programa, os mesmos serão abordados no próximo subitem.

3.2 Mobral em Uberaba-MG

O Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL iniciou suas atividades em 08 de setembro de 1970, dia internacional da alfabetização, atendendo à iniciativa do Governo Federal para enfrentar o problema do analfabetismo. Data na qual foram “assinados os primeiros convênios entre a Fundação Mobral e suas Comissões Municipais” (OLIVEIRA, 1989, p. 175). O regime jurídico de sua fundação proporcionou-lhe autonomia e flexibilidade de ações. Inicialmente, atenderia à população urbana analfabeta pelo fácil acesso, esperando alcançar os seus objetivos em curto prazo. Para que a sociedade pudesse receber mão de obra qualificada o público alvo do Mobral contemplaria a faixa etária entre 15 e 35 anos, “[...] em razão de uma melhor rentabilidade econômica.” (CORRÊA, 1979, p. 87).

As Comissões Municipais deveriam ser formadas por representantes das lideranças das comunidades que se interessarem pela educação de adultos, mas os prefeitos eram os responsáveis pelo desenvolvimento do Programa:

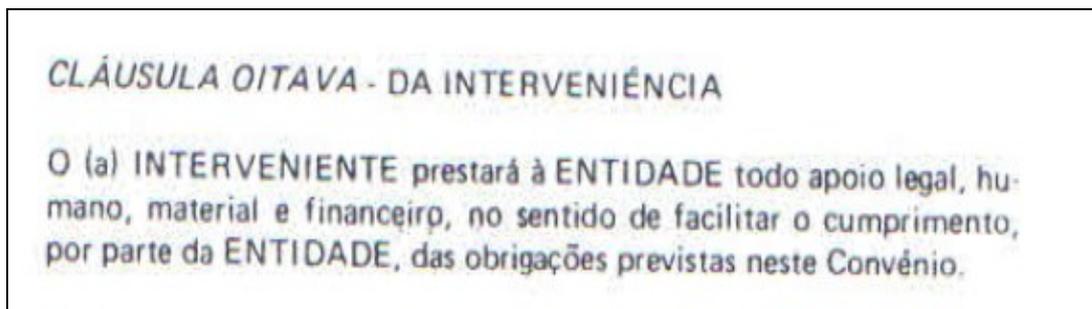
No Documento Básico de Implantação (1970) estão contidas as principais recomendações sobre a organização do MOBRAL nos municípios. Este documento é dirigido aos Prefeitos Municipais, a quem é dada a atribuição de encabeçar a constituição do MOBRAL Municipal. (OLIVEIRA, 1989, p. 181).

O Termo de Convênio (ANEXO 4) era assinado pelo representante do Mobral/Central, pelo presidente da comissão Municipal e como interveniente a Prefeitura Municipal representada pelo prefeito. Corroborando com a afirmação anterior, Oliveira (1989, p. 175) diz que:

Os Governos Estaduais e as Prefeituras participaram como intervenientes, contribuindo com recursos financeiros e humanos e com a cessão de locais para a instalação das Coordenações, Comissões Municipais e das classes de alfabetização. (OLIVEIRA, 1989, p. 181).

A Prefeitura de Uberaba cumpria as cláusulas do contrato arcando com os itens citados anteriormente, conforme trataremos a seguir, nesse capítulo. A afirmativa de Oliveira (1989) é ratificada por meio da figura 2, ela traz a cláusula oitava do Termo de Convênio firmado entre a Comissão Municipal do Mobral de Uberaba e a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral):

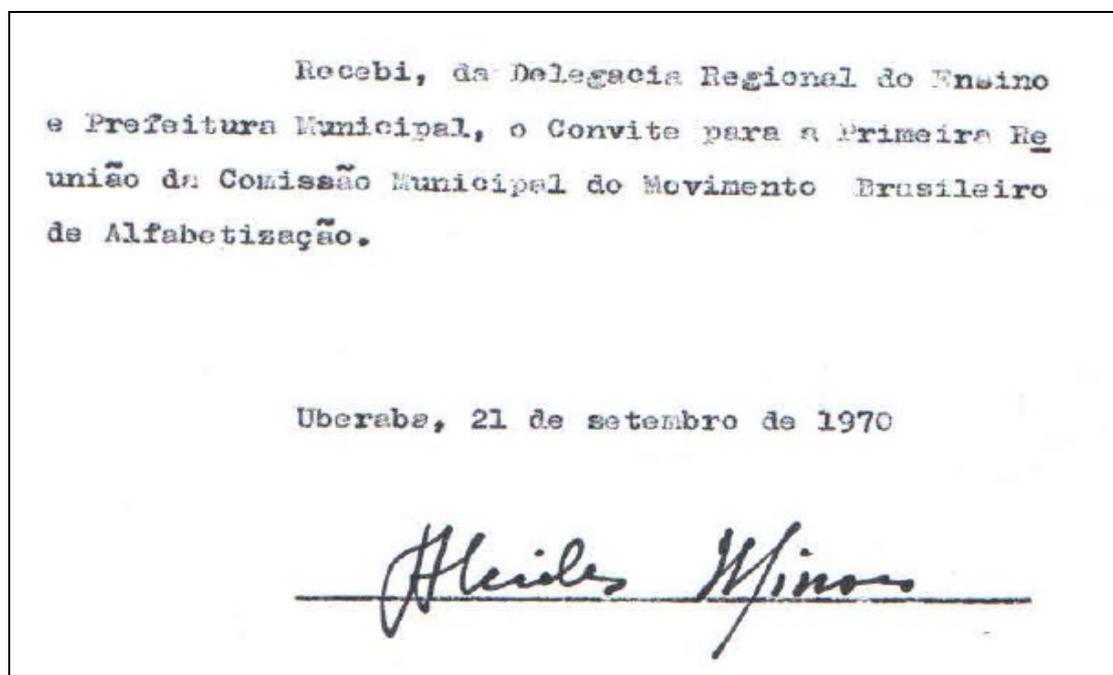
Figura 2: Cláusula do Termo de Convênio.



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Uberaba, MOBRAL, 1984.

O MOBRAL firmou convênio com o município de Uberaba, por meio do contrato 01/1970. A prefeitura organiza a Comissão Municipal (COMUN) de Uberaba e enviou um ofício (ANEXO 5) a Alcides Miranda, indicando seu nome para assumir a presidência dessa Comissão, e o convite é aceito. Em 20 de setembro de 1970, Alcides Miranda, o primeiro presidente da COMUN de Uberaba recebe o convite para participar da primeira reunião, conforme a ilustração:

Figura 3: Recibo de convite de reunião.



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Uberaba, MOBRAL, 1970.

A Comissão Municipal sofrera mais três alterações nos anos de 1973, 1977 e 1983 de acordo como o Livro de Atas de Eleição da Comissão Municipal do Movimento Brasileiro de Alfabetização em Uberaba/MG:

Aos dezesseis dias do mês de março de um mil novecentos e setenta e três, em uma das salas da Prefeitura Municipal realizou-se a reunião da Eleição da Comissão Municipal do Movimento Brasileiro de alfabetização nesta cidade. Foram convidados e compareceram representantes de todos os matizes e forças de Trabalho da Comunidade. Aberta a sessão pelo Sr. Prefeito Municipal Sr. Hugo Rodrigues da Cunha passou-se a palavra ao Sr. Dr. Waldy Lacerda, supervisor que procedeu as explicações necessárias sobre o Movimento. (Acervo do Arquivo Público de Uberaba. Livro de Atas de eleição da Comissão Municipal do Movimento Brasileiro de Alfabetização em Uberaba/MG, 1973, p. 1)

Nessa eleição foram indicados nomes para ocuparem os cargos de presidente, secretária executiva, coordenador geral, encarregado de assuntos financeiros e encarregado da propaganda e divulgação. Ficou marcada data para reunião da Comissão recém-formada com o Conselho Comunitário composto por 26 pessoas nomeadas na mesma reunião. Essas pessoas pertenciam aos diversos seguimentos da sociedade Uberabense. Entre os quais representantes religiosos, empresários, servidores públicos e comerciantes.

Em entrevista, a Supervisora de Área A1, relatou que ao iniciar no Mobral possuía formação de nível superior e já havia trabalhado com o método de Paulo Freire. Portanto, sua posição era contrária às práticas do Mobral. Ela questionava tanto o regime militar, quanto o Mobral. Sendo concursada e lotada na Delegacia Regional de Ensino foi convidada a participar da Comissão Municipal, no início do Programa, desenvolvendo um trabalho técnico. De acordo com seu depoimento, os Prefeitos que apoiavam o Mobral eram alinhados ao regime militar e faziam questão de demonstrar isso. (Entrevista da supervisora de Área A1).

Quando a Supervisora entrevistada nos diz que possuía uma posição contrária às práticas do Mobral, podemos citar os estudos do pesquisador Oliveira (1989, p. 185), ele conclui que “[...] a história do MOBREAL é também a história desses profissionais e desses grupos locais que, embora minoritários e pouco conhecidos, souberam se aproveitar dos meios ao seu alcance para prestar efetivos serviços à população mais carente”.

No acervo do Arquivo Público de Uberaba encontramos o documento de prestação de contas de viagem da Supervisora A1 datado de 04 de maio de 1971, declarando que ela participara do 1º curso de Treinamento da Coordenação Estadual do Mobral, na cidade de Belo Horizonte/MG, ocorrido entre 23 a 26 de março do mesmo ano. O Mobral se estruturava para acompanhar as atividades desenvolvidas pelos municípios e, a partir de 1972 foi criado o

Subsistema de Supervisão Global (SUSUG), realizando o papel de acompanhamento, orientação e avaliação do que se produzia nos Programas do Mobral.

Nos documentos do Programa disponíveis no Arquivo Público de Uberaba, os recibos de pagamento das monitoras nos dão indícios de que as aulas do Programa de Alfabetização Funcional começaram em novembro de 1970. No recibo (ANEXO 6) está especificado, entre outros dados, o número do posto de alfabetização, sobretudo, que pelo contrato não existe vínculo empregatício.

O posto de alfabetização era o local em que ocorriam as aulas. Eles eram numerados e conseguidos pelas alfabetizadoras ou pela Prefeitura. Poderia ser em “salão paroquial que apresentavam boa estrutura; na Vila Ozanan usávamos a estrutura dos Vicentinos; galpões; escolas; a Prefeitura também alugava alguns locais.” (Entrevista do ex-presidente da COMUN).

A imprensa local apoiou o Mobral anunciando eventos, encontros e avisos. O Presidente do Mobral enviava ofícios aos jornais e rádios (ANEXO 7) em clima de cordialidade, contando com a colaboração desses na divulgação e cobertura dos eventos. Quanto aos locais para instalação dos postos, a notícia veiculada afirma a parceria do Mobral com a rede de ensino, apesar de não estar especificado se é a rede particular ou a pública:

Mobral pede participação. Durante a última reunião de Diretores de Estabelecimentos de Ensino, o Presidente da Comissão Municipal do MOBREAL, João Batista, solicitou a participação mais ativa das escolas de 1º grau, no sentido de cederem salas para o funcionamento do órgão. O pedido foi prontamente aceito pelos participantes do encontro. (JORNAL DA MANHÃ, 23/06/77, p. 2).

A pesquisadora Mônica Guarato (2001) descreve alguns locais onde se instalavam os postos do Mobral na cidade de Uberlândia e podemos constatar a semelhança com o município de Uberaba: “As aulas aconteciam em locais ociosos no período noturno: em salas de aula de escolas particulares e públicas, salões paroquiais, centros de assistência social, mercado municipal e até no Parque do Sabiá.” (GUARATO, 2001, p. 136).

A Alfabetizadora A1, do Programa de Alfabetização Funcional, nos relata a sua experiência quanto ao critério de participação no programa na função de monitora, denominação que as alfabetizadoras receberam no início do Programa e no Programa Pré-escolar. No ano de 1971, aluna do curso de Magistério, ela declara que foi convidada pelo seu professor por ter o dom para ensinar. Não passou por processo seletivo. “Estávamos no período da ditadura, eu era submissa, o meu professor convidou, perguntei se era obrigada a

aceitar [...] Como eu era catequista, arrumei o local para as aulas no salão paroquial.” (Entrevista da Alfabetizadora A1).

Ao nos relatar sobre ser professora no período do regime militar a Alfabetizadora A1 evidencia em sua fala que reconhecia os limites que teria sua prática educativa. Freire (2001), trata da questão do poder de classe nos esclarecendo:

A compreensão crítica dos limites da prática tem que ver com o problema do poder, que é de classe e que tem que ver, por isso mesmo, com a questão da luta e do conflito de classes. Compreender o nível em que se acha a luta de classes em uma dada sociedade é indispensável à demarcação dos espaços, dos conteúdos da educação, do historicamente possível, portanto, dos limites da prática político educativa. Uma coisa, por exemplo, foi trabalhar em alfabetização e educação de adultos no Brasil dos fins dos anos cinquenta e começos dos sessenta, outra, foi trabalhar em educação popular durante o regime militar. (FREIRE, 2001, p. 25).

As professoras entrevistadas, na maioria, também estavam cursando o Magistério. Apenas a alfabetizadora que fazia parte do programa Educação Integrada, era professora leiga. Os indícios são de que não aconteceu o processo de seleção no município. As professoras eram convidadas por pessoas ligadas aos membros da Comissão Municipal e atendiam aos anúncios das rádios e dos jornais veiculados na cidade:

Normalistas vão atuar no Mobral. Durante visitas feitas ao Colégio Nossa Senhora das Graças, à Escola Estadual Castelo Branco, a Comissão Municipal do Mobral confirmou a atuação de alunas do 2º ano normal no processo de alfabetização. Com isto, as futuras professoras iniciarão suas funções prestando serviço ao Mobral. (JORNAL DA MANHÃ, 23/06/77, p. 1).

O estudo sobre o Mobral na cidade de Patos de Minas realizado por Leni Rodrigues Coelho (2007) revela que quem fazia a seleção nesse município era a coordenadora geral da Comissão do Mobral:

[...] o critério que ela utilizava era o de considerar a candidata como uma boa aluna e esta aluna deveria estar cursando o segundo ano do ensino normal (Magistério). Portanto, pode-se constatar que esse cargo era ocupado através de indicação da COMUN, já que não havia processo seletivo para contratação de professores. (COELHO, 2007, p. 91).

Os documentos do Mobral e os depoimentos orais evidenciam que os treinamentos para as alfabetizadoras começaram após o Movimento já estar implantado na cidade. A

entrevistada Alfabetizadora A2, na época estudante do Magistério, participou das primeiras turmas do Programa de Alfabetização Funcional em Uberaba. Ela nos relatou não ter recebido qualquer treinamento e nenhum tipo de apoio da Comissão Municipal. “Não tive contato com as supervisoras, foi um trabalho individual, o relacionamento era entre professor e aluno” (Entrevista da Alfabetizadora A2).

A afirmação da alfabetizadora condiz com o discurso do autor e ex-presidente do Mobral, Arlindo Lopes Corrêa (1979):

No período 1970/72, no entanto, não foi possível desenvolver um acompanhamento sistematizado das atividades. As Coordenações Estaduais e Comissões Municipais não tinham condições objetivas, em termos de recursos financeiros e, principalmente, de recursos humanos, de realizarem tarefas que exigissem maior grau de especialização e contatos frequentes com a clientela, alfabetizadores/professores e grupos da comunidade. (CORRÊA, 1979, p. 197).

Os documentos encontrados pela pesquisadora Gislene Ferreira Venerando corroboram com Corrêa (1979) e com a alfabetizadora entrevistada: percebe-se por meio das atas de posse da Comissão Municipal e das atas Pedagógicas que essas foram registradas a partir do ano de 1973. A primeira reunião, registrada em ata, do curso de Alfabetização Funcional do Mobral aconteceu no dia 18 de abril desse mesmo ano e foi presidida pela supervisora municipal do Mobral de Uberaba.

As reuniões contavam com a presença das supervisoras. Na maioria dessas reuniões, o presidente da COMUN, o Encarregado do Posto Cultural (ECULT), e demais integrantes da Comum participavam. A periodicidade era mensal e algumas vezes ocorriam a cada vinte dias. A ata da reunião anterior era lida pela secretária do dia, escolhida entre as alfabetizadoras e assinada pelos participantes a cada reunião. Eram repassados avisos sobre o boletim de frequência, solicitando pontualidade na entrega mensal às supervisoras; as datas comemorativas do mês seguinte; solicitavam, ainda, que as alfabetizadoras levassem os alunos ao Posto Cultural do Mobral; que fossem pontuais; que pedissem para os alunos levarem um amigo para o Mobral; avisavam sobre os eventos organizados pelo ECULT e que a presença dos alunos era importante. (Acervo do Arquivo Público de Uberaba, Livro de Atas do Mobral).

As reuniões pedagógicas do Mobral concentravam-se em avisos gerais: o cumprimento do horário pelas alfabetizadoras era lembrando com frequência; solicitação para busca de novos alunos; entrega e preenchimento do boletim; sugeriam a presença de

palestrantes para tratarem de assuntos relacionados com as datas comemorativas, campanha da fraternidade e temas voltados para a área da saúde, dentre outros. As dificuldades que as professoras apresentavam e situações de conflito aparecem com pequena exceção nas atas. No entanto, nas entrevistas realizadas com as alfabetizadoras, esse aspecto foi mencionado: “Nas reuniões mensais as alfabetizadoras apresentavam as dificuldades e as colegas apresentavam sugestões no sentido de ajudar.” (Entrevista da Alfabetizadora A1).

Os treinamentos das alfabetizadoras eram realizados antes do começo do semestre letivo e a cada contrato para as novatas. Mas, acontecia quando havia alguma mudança no material didático ou nas orientações do programa. Nesse recorte da ata de reunião do dia 20 de fevereiro de 1976 foi avisado: “Nos dias 24, 25 e 26 haverá curso de treinamento das alfabetizadoras que não fizeram o curso em janeiro.” (Acervo do Arquivo Público de Uberaba, Livro de Atas do Mobral, 36).

De acordo com a alfabetizadora entrevistada, que participou do Programa Pré-Escolar do Mobral, o alfabetizador tinha treinamento, mas não recebia uma formação profissional por parte do Mobral. Toda a proposta era elaborada pelo Mobral Central e o alfabetizador não participava da elaboração do material. Recebíamos as apostilas nas reuniões ou buscávamos na COMUN. Mas, “tinha obrigatoriedade do plano de aula.” (Entrevista da Alfabetizadora A3).

O relato da alfabetizadora foi destacado por Coelho (2007), que ao analisar o desenvolvimento do Mobral afirma:

O processo pedagógico do Movimento era centralizado e hierárquico, uma vez que o professor não tinha autonomia para desenvolver suas atividades, pois estas já se encontravam prontas pelos coordenadores, cabendo aos professores, apenas colocá-las em prática. (COELHO, 2007, p. 96)

Nas reuniões pedagógicas do Mobral, registradas em atas, percebemos que as orientações quanto à metodologia de ensino voltava-se para uso do material didático do Mobral. Deveria ser aplicado o que foi aprendido no treinamento. As supervisoras solicitavam para que as alfabetizadoras ministrassem aulas para as colegas, utilizando o cartaz gerador e a apostila do Programa. Essas aulas foram uma prática comum nas reuniões. Quanto ao ensino de matemática, nessas aulas era ensinado como usar o Quadro Valor de Lugar, recurso didático que permite ampliar o conhecimento abstrato, pois utiliza material concreto e a importância de escrever utilizando a moeda corrente. Orientavam o uso do recurso didático das dinâmicas de grupo para que as aulas fossem mais atrativas. Distribuía-se jornais do

Mobral para serem entregues aos alunos. As supervisoras avisavam que no Posto Cultural havia material de leitura complementar para os alunos levarem para casa e depois de lidos deveriam ser devolvidos. (Acervo do Arquivo Público de Uberaba, Livro de Atas do Mobral). A ata de reunião pedagógica do dia 22 de novembro de 1974 confirma a solicitação da supervisora:

Algumas professoras ainda não apanharam os jornaes para seus alunos. [...] pediu para que o fizessem com urgência, pois os alunos gostam dos jornaes e é um meio para melhor desenvolvimento da leitura. (Acervo do Arquivo Público de Uberaba, Livro de Atas do Mobral, p. 56).

Esse incentivo para que o aluno realizasse leituras complementares não obteve êxito. Conforme a pesquisadora Letícia Borges de Oliveira (2011) que analisando o material didático do Mobral afirma que “[...] tal proposta oferecer obras literárias para ajudar as pessoas a resolver os problemas do seu cotidiano não se efetivou, uma vez que o nível de leitura dos alunos do Mobral não foi suficiente para ler livros com aquela característica.” (OLIVEIRA, 2011, p. 114).

O pagamento era condicionado à entrega dos boletins por todas as alfabetizadoras contratadas no convênio vigente. Na documentação de prestação de contas e mesmo nas atas pedagógicas percebe-se o constante atraso no acerto do mês trabalhado. Restando a culpa pelo não recebimento sobre algumas colegas que não cumpriam o prazo estimulado. A afirmativa é confirmada pela ata do dia 26 de setembro de 1980: após o término da leitura da ata da reunião anterior a coordenadora começa a reunião explicando que “[...] a gratificação ainda não havia chegado devido ao atraso da remessa dos boletins porque um dos alfabetizadores não havia mandado os boletins do 1º e 2º (primeiro e segundo) mês.” (Acervo do Arquivo Público de Uberaba, Livro de Atas do Mobral, p. 49).

O pagamento inicialmente era feito por meio de cheque do Banco do Brasil e pago por cada aluno matriculado e frequente. Encontramos nos recibos, no acervo do Arquivo Público Uberaba, valores entre Cr\$20,00 (vinte cruzeiros) e Cr\$60,00 (sessenta cruzeiros) referentes ao mês trabalhado de novembro de 1970. Mas, no decorrer do programa o valor se tornou fixo. A gratificação das alfabetizadoras do PAF consta de Cr\$15.000,00 e com a observação: Recursos Municipais, pelo comprovante de fevereiro de 1984. Conforme ata de 11 de abril de 1980, o Estado as remunerava: “[...] não foi marcada a data de entrega do salário do Estado.” (Acervo do Arquivo Público de Uberaba, Livro de Atas do Mobral, p. 61). A afirmativa sobre a responsabilidade de o pagamento ser dividida entre os conveniados é confirmada pela notícia:

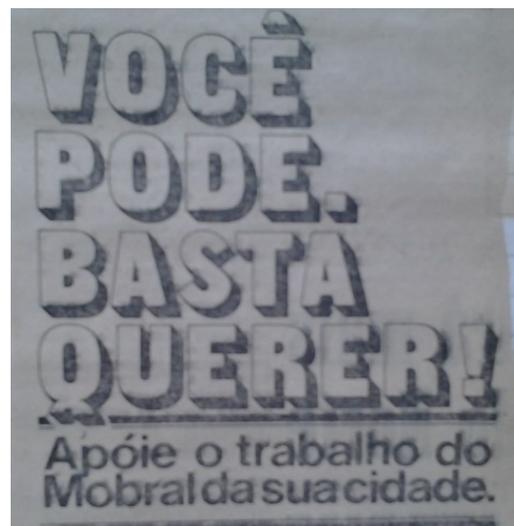
Mobral deixa a solução com os Municípios. Salários defasados. Entretanto, para a coordenadora, o maior problema hoje vivenciado pelos agentes do Mobral, é com relação ao pagamento. Explicou que a Prefeitura arca com cerca de 70% dos salários dos professores do órgão, ficando o restante para o próprio Mobral. (JORNAL DA MANHÃ, 27/07/84, p. 1).

De acordo com a ata de 24 de outubro de 1980 elas chegaram a receber uma pequena gratificação extra pelo dia do professor, depositada em conta na agência do Banco do Brasil, de Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros). Mas, também nessa data eram presenteadas com mensagens mimeografadas, botão de rosas, jantar e festinhas comemorativas. E ainda aconteciam promoções para premiar as alfabetizadoras: “Deverão ser alfabetizados vários alunos até o meio do ano, exigindo grande esforço da alfabetizadora. Se houver mais de vinte alunos, as alfabetizadoras concorrerão a uma viagem ao Rio de Janeiro.” (Acervo do Arquivo Público de Uberaba, Livro de Atas do Mobral, 102).

O recrutamento dos alunos era feito pelo do rádio e TV, da imprensa escrita, dos levantamentos realizados pelo Tiro de Guerra 059, no qual os atiradores visitavam as casas para fazer o cadastramento das pessoas analfabetas e a seguir encaminhavam a listagem contendo os dados para a Comissão Municipal e para as alfabetizadoras.

As empresas poderiam ajudar o Mobral a acabar com o analfabetismo doando 1% do seu imposto de renda ao Movimento. A ilustração traz a mensagem de apelo a favor do Mobral de Uberaba, que buscava receber doações das empresas, indústrias e da população:

Figura 4: Apoio da imprensa ao Mobral.



Fonte: Lavoura e Comércio, 30/08/1979, p. 3.

De acordo com Corrêa (1979), as mensagens promocionais corretas e seu apelo sobre a população foram fundamentais para a vida do Mobral. Mesmo sem investir financeiramente em propaganda, a marca tornou-se conhecida no país e no mundo. O Mobral criou uma linguagem própria, antes inexistente, que permitia a comunicação com a população carente brasileira.

A COMUN também realizava eventos para conseguir recursos e empregar nas atividades do Mobral e em outras ações comunitárias. Os alunos conseguiam consultas e óculos gratuitamente mediante esses recursos. Em ata do dia 26 de abril de 1974 a supervisora comentou “[...] sobre as consultas de vistas e também sobre a verba que findou, não podendo então continuar as consultas no momento.” (Acervo do Arquivo Público de Uberaba, Livro de Atas do Mobral, p. 43).

O Posto Cultural organizava o evento a “Noite da Saudade”. A participação dos alunos, alfabetizadoras e COMUN eram imprescindíveis. A divulgação era feita pelo encarregado do Posto Cultural de Uberaba em reuniões e pelas supervisoras nas visitas às salas de aula. A COMUN contava com imprensa local divulgando e cobrindo os eventos, conforme reportagem:

Mobral realizou sua “Noite da Saudade”. Com a presença de mais de 300 pessoas, o Mobral de Uberaba, que tem como presidente o professor João Batista, fez realizar sua esperada Noite da Saudade. A festa foi aberta com uma palestra ressaltando o Ano Internacional da Criança Brasileira, tendo na ocasião sido feita uma arrecadação de donativos para a construção do prédio próprio da APAE. O que foi arrecadado será entregue à comissão designada para este fim. (LAVOURA E COMÉRCIO, 23/04/79, p. 1).

Para ilustrar, a figura 5 traz o evento da Noite da Saudade, apresentando a bandinha do Lar da Caridade. A finalidade era “Promover aos alunos e ex-alunos, seus familiares e convidados uma noite agradável, um reencontro fraternal ao som da música, educando-os para saber ouvir e valorizar as coisas de nossa comunidade.” (Acervo da ex-secretária executiva do Mobral, 1980). Assim, a COMUN de Uberaba conduzia as atividades do Posto Cultural envolvendo a comunidade e os alunos do MOBREAL.

Figura 5: Noite da Saudade.



Fonte: Acervo pessoal do ex-presidente da COMUN, 1980.

Os recursos financeiros administrados pela COMUN de Uberaba comprovados pelas prestações de contas seguiam as afirmações do Presidente do Mobral, Arlindo Lopes Corrêa (1979):

Numa organização tipo “campanha” é evidente o predomínio da improvisação: o controle praticamente inexistia; os recursos financeiros eram aplicados casuisticamente, prevalecendo a sensibilidade para o alcance dos objetivos, a comunicação oral sistemática inibia o uso de normas e registros escritos para uma progressiva racionalização operacional, e o critério da improvisação predominava nas ações. (CORRÊA, 1979, p. 88).

As cópias dos comprovantes de despesas ficavam na COMUN e a primeira via era enviada à Coordenação Estadual do Movimento em Belo Horizonte, conforme ilustra a figura do espelho da prestação de contas:

Figura 6: Espelho da Prestação de Contas da COMUN

 <p>mobral</p>	<p>DA : COMISSÃO MUNICIPAL DE U B E R A B A</p> <p>PARA : COORDENAÇÃO ESTADUAL DO MOBREAL/NORTE</p> <p>ASSUNTO : ENCAMINHA PRESTAÇÃO DE CONTAS</p>
	<p>OFÍCIO Nº</p> <p>EM 30 DE Abril DE 19 83</p>
<p>PROGRAMAS E PROJETOS DO MOBREAL</p> <p>SENHOR COORDENADOR,</p> <ul style="list-style-type: none"> • Educação Pre-Escolar • Educação Supletiva • Alfabetização Funcional • Educação Integrada • Autodidatismo • Educação para o Trabalho • Treinamento Formal • Desenvolvimento Cultural • Apoio à Ação Cultural • Documentação e Intercâmbio • Unidades Operacionais 	<p>COM REFERÊNCIA AO TERMO COMPLEMENTAR-PROJETO DE <u>PETRA</u> ASSINADO EM <u>01/11/1983</u>, ENCAMINHAMOS A V.Sª A PRESTAÇÃO DE CONTAS NO VALOR DE Cr\$ <u>47.936,00</u> (<u>quarenta e sete mil novecentos e trinta e seis cruzeiros</u>), REFERENTE A <u>19</u> (<u>única</u>) PARCELAS TRANSFERIDAS A ESTA COMISSÃO PARA A REALIZAÇÃO DE DESPESAS NA EXECUÇÃO DO TERMO COMPLEMENTAR - PROJETO DE <u>PETRA</u> NESTE MUNICÍPIO.</p> <p>SEGUEM ANEXO OS DOCUMENTOS EXIGIDOS QUE COMPROVAM A MENCIONADA PRESTAÇÃO DE CONTAS.</p> <p>ATENCIOSAMENTE,</p> <p><i>Tarquinio Teixeira Neto</i> ENCARREGADO DE ASSUNTOS FINANCEIROS Tarquinio Teixeira Neto</p> <p><i>Isabel Aparecida do Nascimento</i> PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL Isabel Aparecida do Nascimento</p> <p style="text-align: center;"><small>Ministério da Educação e Cultura - Secretário de Ensino de 1ª e 2ª Graus - Fundação Movimento Brasileira de Alfabetização</small></p>

Fonte: Acervo do Arquivo Público de Uberaba, MOBREAL, 1983.

Os comprovantes que seguiam os espelhos evidenciavam todo o tipo de despesa paga pela COMUN: papelerias, merendeiras, aluguel de imóvel, contas de energia, armarinhos, postos de gasolina, botijão de gás, transportadora, contas de água, casas de material de construção, farmácias, gêneros alimentícios, corda, artigos de limpeza, ourives (cartão de prata e gravação), mangueira, esguicho e bico, correios, faxineiras, chaveiro, cooperativa de trabalho médico (UNIMED), doceiras, mercearias, supermercados, assinatura de revista, professora substituta, dedetização, dentre outros comprovantes. Os anexos 8, 9, 10, 11 e 12 são documentos do Acervo do Arquivo Público de Uberaba, que ilustram algumas despesas pagas pela COMUN. As compras de presentes para os membros da COMUN nas datas natalícias e para pessoas de prestígio ligadas ao órgão encontram-se nas prestações de contas (ANEXOS 13 e 14), bem como gratificação pelo aniversário da ex-integrante da COMUN (ANEXO 15).

O Mobral Central contava com os recursos disponíveis do ano 1966; com porcentagem da renda líquida da loteria esportiva e do imposto de renda e com doações de empresários. No ano de 1973, o orçamento do Mobral foi de Cr\$202 milhões de cruzeiros, conforme dados da UNESCO. (FREITAS, 2009). O Mobral dispunha desses recursos que eram considerados altos para a época. Mas, para o seu presidente “[...] nossos custos são baixíssimos: para alfabetizar uma pessoa gastamos 5% do que gasta, para o mesmo fim, o sistema formal de ensino.” (CORRÊA, 1979, p. 56).

No entanto, de acordo com Paiva (2003), um dos fatores que colaborou para o fortalecimento da imagem negativa do Mobral junto à opinião pública foi a questão do mau uso dos recursos públicos. Segundo a autora, a manutenção da estrutura do Movimento significava um imenso desperdício.

Para Oliveira (1989), a preocupação com a formação dos professores foi menosprezada em detrimento dos recursos que foram direcionados para as de classes de alfabetização:

O MOBREAL tinha pressa e precisava canalizar quase todos os seus recursos para as numerosas classes de alfabetização. Os treinamentos de professores ficaram, então, reduzidos a, no máximo, 40 horas, tempo absolutamente insuficiente para preparar professores com baixíssima escolaridade, muitas vezes semi-analfabetos e nenhuma prática de ensino. Eram essas as condições materiais concretas que moldavam o que de fato constituíram os programas de alfabetização e de educação continuada do MOBREAL. (OLIVEIRA, 1989, p.199).

As alfabetizadoras entrevistadas e as atas pedagógicas trazem evidências de que faltava formação específica para o trabalho desenvolvido pelos professores. Podendo influenciar nos resultados do Programa. A Aluna A1, entrevistada, não conseguiu alfabetizar-se. Pois, diante de dificuldades pessoais abandonou o Programa.

O Programa Mobral Cultural tinha suas ações voltadas para o mobralense procurando integrá-lo à sua comunidade, agora com sua bagagem cultural acrescida das técnicas de ler, escrever e contar recém-adquiridas (CORRÊA, 1979). O Mobral Cultural em Uberaba estava a cargo do Encarregado do Posto Cultural do Mobral, que participava das reuniões com as alfabetizadoras, organizava os eventos e acompanhava as atividades desenvolvidas. Nas reuniões, ele divulgava as atividades do Posto Cultural: empréstimo de livros, participação nos programas de TV, festivais e bailes, e os recursos didáticos disponíveis para as alfabetizadoras. Em ata de reunião do dia 21 de maio de 1976 a encarregada do Posto Cultural estava presente:

[...] ela falou sobre o Encontro de Música Sertaneja, Cantadores e Repentistas e que quer contar com a colaboração de todos os alfabetizadores. Que eles falassem aos alunos sobre o Encontro, e que falassem todos os dias, e que era para os alunos levarem recados para os vizinhos e amigos. Falou que Uberaba é a cidade polo onde receberá os candidatos dos demais polos para a escolha do melhor representante. (Acervo do Arquivo Público de Uberaba, Livro de Atas do Mobral, p. 29).

Um evento do Posto Cultural muito divulgado era a vinda da Mobralteca para a cidade anualmente. O Jornal da Manhã publicou a notícia que corrobora com o discurso apresentado pelo Mobral Central. Destacamos a parceria com a Prefeitura Municipal na programação:

A Mobralteca – unidade operacional móvel, que se destina à execução do Mobral Cultural, chegará à Uberaba no dia 04 de abril, aqui permanecendo durante três dias, instalada na Praça da Abadia. [...] A Mobralteca que é montada num caminhão que dispõe de aparelhagem de música, pinacoteca nacional e estrangeira, teatro de boneco, cinema e o Baú da criatividade dotado de materiais para artesanato em couro, tapeçaria, pintura e desenho. Além disso, ela promove torneios, gincanas, jogos, etc. Uma boa biblioteca completa a unidade, que empresta seus livros aos moradores das cidades que visita. Tendo como objetivo despertar o interesse da comunidade para as atividades culturais permanentes, a Mobralteca promove, ainda, o intercâmbio cultural. Em todas as cidades por onde passa, a equipe da Mobralteca realiza filmagens e gravações, para apresentar nas outras localidades de seu roteiro. [...] Durante o dia desenvolverá suas atividades normais, e à noite, das 19 às 20 horas, apresentará filmes recreativos e educativos, seguindo-se de shows ao vivo de responsabilidade da Prefeitura. (JORNAL DA MANHÃ, março, 1975, p. 3).

O Posto Cultural do Mobral, no município de Uberaba-MG, encontrava-se em plena atividade no ano de 1980. A figura seguinte demonstra como o Encarregado Cultural formaliza o pedido de empréstimo do local para que se realizem as atividades do “Domingo Alegre”. Envolvendo esporte, diversão e música demonstrando que a proposta está de acordo com o objetivo do Programa:

Figura 7: Ofício enviado pelo ECULT do Posto Cultural do Mobral.

Uberaba - MG
08 de abril de 1980

Ofício 07/80
Assunto: Solicitação (faz)

Prezado Senhor,

Pelo presente, vimos solicitar a gentileza de ceder a quadra de esportes, para realizarmos mais um " DOMINGO ALEGRE "uma promoção do MOBREAL de Uberaba, dia 27 de abril de 1980, das 8 h. às 12 h. O programa consta de:

- futebol de salão e de campo
- corrida do saco
- corrida do ovo
- gincanas
- números de violão.

Certos de podermos contar com sua valiosa cooperação, agradecemos.

Atenciosamente,



Serafim Rojas
ECULT de Posto Cultural do MOBREAL

Il.o. Sr.
Dr. Claudio Manoel da Silva
DD. Diretor Administrativo Regional da EPAMIG
Nesta.

Fonte: Acervo do Arquivo Público de Uberaba, MOBREAL, 1980.

Esse evento era realizado com frequência pelo Posto Cultural. Comandado pelo ECULT da COMUN do Mobral e com a participação dos alunos e convidados da comunidade. Era feito o registro por fotografias de toda a programação, bem como a entrega de troféus e medalhas aos vencedores pelo Presidente da COMUN e autoridades presentes - Comandante do Tiro de Guerra 11003 e Agente Cultural da Coordenação Estadual do Norte de MG. A título de ilustração o registro do evento Domingo Alegre, realizado em clube da cidade:

Figura 8: Domingo Alegre.



Fonte: Acervo pessoal da ex-secretária executiva do Mobral, 1980.

Esses eventos aconteciam na cidade de Uberlândia, com a finalidade de “[...] arrecadação de recursos financeiros, materiais escolares e até mesmo óculos para os alunos mobralenses, sendo estes entregues, geralmente, nas cerimônias de encerramento das aulas.” (GUARATO, 2001, p. 146).

O Mobral desenvolveu o Programa de Profissionalização a partir da pressão de sua clientela que após alfabetizar-se ansiava por uma continuidade educacional que propiciasse uma mudança em sua condição socioeconômica. (CORRÊA, 1979). Em 04 de setembro de 1976, na ata de reunião pedagógica, encontramos indícios do convênio que o Mobral Central firmou com a empresa Massey-Ferguson em janeiro desse mesmo ano, ofertando o curso de tratorista. A notícia é divulgada nessa reunião: “O curso de tratorista tem suas inscrições abertas e devem ser encaminhados os alunos que pretendam participar do curso, que será muito prático e de grande valia para os alunos.” (Acervo do Arquivo Público de Uberaba, Livro de Atas do Mobral, p. 65).

Em âmbito local encontramos evidências da oferta do Programa de Educação para o Trabalho (PETRA), conforme o Relatório do Mobral de Uberaba 1982. Seguindo a mesma linha do Mobral Central, observamos a ênfase dada aos números:

O Programa de ação comunitária para o Trabalho (PETRA) foi relevante nas atividades do MOBREAL em 1982, qualificando e habilitando cerca de 470 pessoas. Assistidos por monitoras qualificadas e remuneradas foram ministrados 40 cursos de: bordado à mão e à máquina; corte e costura;

cabeleireiro; manicure e pedicure; crochê e primeiros socorros. Ao término de cada curso, com duração de 40 horas, os participantes receberam diploma de aproveitamento e bom desempenho. As atividades do PETRA foram subvencionadas pela COEST, enquanto a compra de material se fez com recursos do Termo Aditivo. As lideranças dos bairros colaboraram decisivamente para o êxito do programa. (Acervo pessoal do ex-presidente da COMUN, 28.dez.1982).

O Mobral Central firmou convênio com o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO). Em Uberaba-MG, foram ofertados por intermédio desse convênio os cursos de auxiliar de copa e cozinha; corte e costura, para mulheres. As aulas aconteceriam no Colégio Polivalente. Para homens, ofertaram os cursos de eletricista e encanador. Para realizar as inscrições deveriam levar uma folha fornecida pela professora, atestando que eram alunos do Mobral. (Acervo do Arquivo Público de Uberaba, Livro de Atas do Mobral).

O estudo realizado por Coelho (2007) nos esclarece sobre o Programa de Educação Integrada (PEI), criado pelo Mobral, cuja finalidade era proporcionar continuidade aos alunos alfabetizados no Programa de Alfabetização Funcional:

Esse programa foi criado em 1971 e tinha duração de 12 meses. Propiciava o ingresso do aluno à 5ª série do ensino regular. Era reconhecido oficialmente pelo Conselho Federal e Conselhos Estaduais de Educação e funcionava em convênio com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Diante da análise das documentações não foi possível encontrar evidências de que esse programa tenha se desenvolvido no município de Patos de Minas. (COELHO, 2007, p. 105).

Já em Uberaba, no que se refere ao PEI, encontramos nos registros da Secretaria Escolar da Escola “A” em Uberaba/MG, especificamente no livro de “Ata de Promoção da 4ª série Primária”, evidências dos resultados dos exames de 03 classes do Programa Educação Integrada, concluídas em 14 de dezembro de 1972:

Quadro 5: Promoção dos alunos das Classes de Educação Integrada do Mobral:

Classe nº 14 - 3ª Etapa	Classe nº 15 - 4ª Etapa	Classe nº 16 - 4ª Etapa
-	Alunos matriculados: 22	Alunos matriculados: 27
Alunos promovidos com média 9: 09	Alunos aprovados: 15	Alunos aprovados: 25
-	Porcentagem: 68%	Porcentagem: 92%
-	Alunos reprovados: 07	Alunos reprovados: 02
-	Porcentagem: 32%	Porcentagem: 08%

Fonte: Acervo da Secretaria Escolar da Escola “A”, 1972, Uberaba/MG.

As classes nº 15 e 16 apresentam número de alunos condizentes com o grupamento proposto pelo Mobral entre 25 a 30 alunos. Os resultados apresentados pelo Mobral sobre o Programa não nos remete à aprovação dos alunos do PEI, nem mesmo deixa claro a quantidade de alunos matriculados, não permitindo uma análise comparativa do resultado destas turmas com os dados fornecidos pelo Movimento.

A Alfabetizadora A4 lecionou na Escola “A” e nela tivemos acesso aos documentos mencionados anteriormente. A Alfabetizadora A4 relatou que o programa funcionava em 04 etapas e as aulas aconteciam em uma Escola Estadual. Posteriormente, as turmas foram transferidas para uma casa destinada para esse fim. As classes do PEI eram frequentadas por alunos de diversas faixas etárias, em sua maioria, adultos. Ela lecionava na primeira etapa, ensinando a ler e escrever. Nas outras etapas, outros conteúdos eram inseridos. As professoras faziam o plano de aula e construíaam seu próprio material. Quando o Mobral era criticado na comunidade, os alunos diziam: “[...] você que pensa que não ensina nada.” (Entrevista da Alfabetizadora A2).

Em ata do dia 13 de dezembro de 1974, solicitou-se para “[...] não passar aluno sem saber, pois a Delegacia de Ensino está reclamando que os alunos ao passar para a Educação Integrada estão encontrando muitas dificuldades”. (Acervo do Arquivo Público de Uberaba, Livro de Atas do Mobral, p. 25). Na ata da reunião pedagógica do dia 01 de junho de 1979 a supervisora disse que a festa de encerramento do Programa de Alfabetização Funcional deveria acontecer junto com a dos alunos da “Educação Integrada” (Acervo do Arquivo Público de Uberaba - Livro de Atas do Mobral). Portanto, os documentos analisados nos dão indícios que o PEI aconteceu em Uberaba no decorrer da década de 70 e atendeu aos recém-alfabetizados do PAF.

No entanto, Paiva (2003), afirma que o “[...] PEI não representa uma forma segura de continuação dos estudos pelos alfabetizados do Mobral, ele termina se caracterizando como uma alternativa de estudo condensada para os alunos potenciais do supletivo em geral.” (PAIVA, 2003, p. 377).

O Programa Pré-Escolar do Mobral iniciou suas atividades no ano de 1981 em Uberaba/MG em com sete turmas. A oferta foi ampliada no ano de 1982, estando presente em 10 locais diversos do município, com 20 classes funcionando e 550 alunos matriculados. Já a relação dos pré-escolares do Mobral do ano 1985 apresenta 20 locais de funcionamento de classes. De acordo com o documento do Mobral de Uberaba, o programa desenvolveu-se nas

perspectivas do Mobral/Central, no que se refere à participação da COMUN, ao desenvolvimento e apoio da comunidade e às parcerias.

O quadro a seguir demonstra os dados apresentados pelo Presidente da COMUN à Coordenação Estadual do Mobral:

Quadro 6: Distribuição das classes de pré-escolar do Mobral em Uberaba/MG – 1982.

Distribuição das classes				
Pré-Escolar / Nome		Endereço	Alunos/ matutino	Alunos/ vespertino
1.	André Luís	Rua México	30	30
2.	Alfredo Freire	Conjunto Alfredo Freire	50	30
3.	Cássio Rezende	Galpão da COHAB	30	30
4.	Silvério Cartafina	Galpão da COHAB	30	30
5.	Casa do Menino	Av. Nenê Sabino	30	-
6.	Chácara São Luís	Bairro de Lourdes	30	-
7.	Gameleira	Rua 26, s/n – Bairro Leblon	25	25
8.	Creche Pequena Casa de Maria	Av. Leopoldino de Oliveira, s/n	-	30
9.	Vila Ozanan	Vila Ozanan (Pássaro Preto)	-	50
10.	Vila Universitária	Rua 21, 370 – Vila Universitária	60	40
TOTAL:			285	265

Fonte: Relatório das atividades do Mobral de Uberaba, 1982. Acervo pessoal ex-presidente da COMUN.

Conforme o Relatório do Mobral de Uberaba-MG (1982), os professores que atuavam no Programa Pré-Escolar do Mobral no município possuíam o curso de Pré-Escolar oferecido pela Comissão Municipal e pela equipe da 25ª Delegacia Regional de Ensino de Uberaba. Eram normalistas e pela colaboração no Programa recebiam a gratificação mensal de Cr\$13.000,00 (treze mil cruzeiros) e cumpriam uma carga horária de 04 horas e trinta minutos. Já as serventes eram qualificadas pelo curso do Instituto Nacional de Alimentação Escolar (INAE), antiga CNAE, Campanha Nacional de Alimentação Escolar. A gratificação destas pessoas variava entre Cr\$5.000,00 e Cr\$6.000,00 mensais e dependia do número de alunos atendidos e da localização da classe. O Presidente da COMUN conseguiu um desconto de 50% nas passagens para traslado dos professores do Programa com a empresa de Transportes Líder. A Comissão Estadual (COEST) enviou o material didático para ser entregue aos professores e alunos gratuitamente, os alunos “[...] levavam para a sala de aula

apenas um prato e uma colher para tomarem a merenda, recebendo diariamente nas classes todo o material para as diversas atividades.” (Relatório das atividades do Mobral de Uberaba, Acervo pessoal ex-presidente da COMUN, 1982).

O material de limpeza era enviado pela COEST, mas complementado por verba municipal. O calendário escolar para o ano de 1982 teve início em 1º de abril e deveria encerrar na mesma data do ano seguinte, diferentemente do ano letivo das redes estadual e municipal. As famílias foram incentivadas a participar do Programa, por se tratar de famílias carentes, colaboravam com a limpeza e manutenção das classes, oferecendo verduras para a sopa, preparando bolos e doces para as confraternizações, prestigiando as reuniões e festinhas organizadas pelas professoras. (Relatório das atividades do Mobral de Uberaba em 1982. Acervo pessoal ex-presidente da COMUN).

A Secretária Executiva A1, em seu relato afirma que o relacionamento das professoras com os alunos, os pais e a comunidade era de respeito. Não havia queixas, as professoras sempre ganhavam presentes. As crianças de alimentavam bem, o Mobral tinha uma boa estrutura para atender à comunidade.

A imagem ilustra comemoração organizada pelas professoras do pré-escolar do Mobral:

Figura 9: Comemoração na classe pré-escolar.



Fonte: Acervo pessoal do ex-presidente da COMUN, 1982.

De acordo com o quadro nº 4, algumas classes da Pré-Escola eram montadas em galpões, salas que eram cedidas por entidades religiosas, pequenas casas alugadas pela COMUN e em algumas creches mantidas pela comunidade. Ainda conforme o Relatório do Mobral de Uberaba (1982), a 25ª Delegacia Regional de Ensino cedeu os móveis e carteiras que foram adaptados para os alunos. Já a COMUN adquiriu o material das cantinas: fogão, caldeirões, conchas, baldes, filtros, entre outros. O Presidente da COMUN conclui:

[...] As classes permaneceram repletas o ano todo, e cerca de 300 alunos foram, ao final de 1982, encaminhados à 1ª série do 1º grau, em perfeitas condições de iniciarem o ensino regular. As demais crianças, abaixo da faixa etária, retornarão às classes pré-escolares. Essa modalidade de trabalho do MOBREAL irá certamente extirpar o analfabetismo pela raiz. Encaminhando a criança das periferias à escola, devidamente preparadas contra a evasão e reprovação, com certeza se estará evitando um analfabeto adulto em potencial. Mesmo que o MOBREAL reative novos programas para a clientela adulta, a assistência ao pré-escolar não poderá, a nosso ver, diminuir ou retardar seu ritmo. (Acervo pessoal ex-presidente da COMUN, 28.dez.1982).

O Programa Pré-escolar, na cidade de Uberlândia, de acordo com Guarato (2001), ocorre de modo específico, em parceria com outro programa:

Em Uberlândia, a atuação do Mobral Pré-Escolar se efetivou no ano de 1981 em colaboração a outro programa já existente nesta área da Secretaria Municipal de Educação (Programa de Educação Pré-Escolar), oferecendo monitores e recursos financeiros para sua ampliação, bem como utilizando-se de sua influência para a divulgação na sociedade uberlandense sobre a importância do ensino pré-escolar para o futuro da nação. (GUARATO, 2001, p. 151).

A alfabetizadora A3 nos relatou que os alunos da Pré-Escola do Mobral não eram alfabetizados, havia uma aproximação do aluno ao contexto da escola, socializando a criança. A alfabetização era muito particular, se acontecia era uma pré-alfabetização, numa perspectiva de cópia e escrita do nome. As professoras estavam em formação profissional, em sua maioria cursavam ou eram concluintes do Magistério. “Com a extinção do Mobral, houve uma mudança de atendimento da demanda. As turmas de Educação Infantil do Mobral foram assumidas pelo sistema de ensino público do município de Uberaba, não ocorreu uma descontinuidade.” (Entrevista da alfabetizadora A3).

Uberaba desenvolveu, em 1980, um Projeto de Alfabetização Individual (ANEXO 16), elaborado e supervisionado pelo Presidente da COMUN. A meta era alfabetizar o maior número de pessoas, se possível “mil”. Os alfabetizadores eram alunos do ensino superior, das escolas profissionalizantes e alunos do primeiro ano do segundo grau. Não havia gratificação, foi um trabalho de doação humana: ensinar uma pessoa da comunidade a ler e escrever. Houve palestras nas escolas e divulgação na imprensa local. Ao término das atividades, os certificados foram entregues aos novecentos e trinta e seis alunos e aos alfabetizados voluntários, em solenidade que contou com a presença do Prefeito e autoridades civis, militares e religiosas. (Acervo pessoal do Ex-presidente da COMUN).

Figura 10: Entrega de certificado do Projeto de Alfabetização Individual.



Fonte: Acervo pessoal do ex-presidente da COMUN, 1980.

Em meados da década de 80 o Mobral foi extinto na cidade Uberaba. O decreto 91.980 de 25 de novembro de 1985 (ANEXO 16) redefina os objetivos do Movimento Brasileiro de

Alfabetização, altera sua denominação e dá outras providências. Conforme ofício n. 59 de 1985, emitido pela Presidente do Mobral “[...] atendendo ao pedido do governo em não deixar crianças desamparadas.” (Acervo do Arquivo Público de Uberaba, MOBREAL, 1985). Os postos do Mobral Pré-Escolar passaram a funcionar como escola particular. Evidencia-se a preocupação do governo e do município para que as crianças não ficassem sem ir à escola.

Portanto, O MOBREAL em Uberaba/MG teve o percurso traçado pelo Mobral/Central, Comissões Estaduais e Comissão Municipal, por meio de atividades e Programas desenvolvidos sob o acompanhamento do órgão central do Movimento. A execução dos Programas contou com servidores cedidos pelo governo do estado de Minas Gerais e do município, alfabetizadores, empresários, representantes religiosos, alunos das escolas públicas e privadas e com voluntários. As fontes orais nos levaram a concluir que o Mobral alfabetizava os alunos em sua maioria. Mas, havia infrequência e abandonos. Os registros escolares não foram encontrados impossibilitando fazer análise sobre essa questão. Os indícios são de que foram queimados. O trabalho contava com sensibilização dos participantes e da sociedade. As fontes trazem evidências da participação de jornais, empresas, clubes, igrejas colaborando com os eventos e reuniões do Mobral. Diante do controle do Mobral mediante relatórios e visitas técnicas houve semelhanças com o trabalho desenvolvido em Uberlândia/MG e em Patos de Minas/MG. Para a maioria das alfabetizadoras o Mobral foi a primeira experiência no magistério e têm orgulho de se lembrarem da experiência, assim como os demais integrantes da COMUN entrevistados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada possibilitou uma retrospectiva histórica da Educação e da Educação de Jovens e Adultos, a partir do Período Republicano, evidenciando as principais ações e observando o contexto político, econômico e social. No Brasil, a Educação de Jovens e Adultos começa receber a atenção do Estado a partir de 1940, quando as camadas populares almejavam por melhores condições de vida. Na década de 50, o elevado índice de analfabetismo precisava ser combatido para que o Brasil pudesse estar entre os países desenvolvidos.

As Campanhas e Movimentos que antecederam o Mobral partiram de iniciativas governamentais e não-governamentais voltadas para a Educação de Jovens e Adultos. Algumas se destacam pela tentativa de incluir os sujeitos na sociedade mediante conhecimento e formação para a cidadania. Outras visando à manutenção da classe hegemônica, dentre elas o Mobral. Mas, foram importantes para que a educação dos adultos pudesse ser percebida em suas especificidades.

Em Uberaba, a implantação do Mobral ocorre concomitante ao lançamento nacional do Movimento no ano de 1970. Inicia-se a partir do Projeto 001/70 e no mesmo ano forma-se a Comissão Municipal, a qual teve, posteriormente, outras três formações. Alguns integrantes da COMUN pertenciam ao quadro de funcionários da Prefeitura Municipal e da Delegacia Regional de Ensino, acumulando os dois cargos. No Período Militar, o contexto era de repressão e a sociedade de cabeça baixa. A pessoa ao ser convidada para participar do Mobral geralmente aceitava, pois havia o receio desobedecer e ser punida.

O Mobral teve apoio da imprensa local, os eventos contavam com a divulgação e cobertura dos meios de comunicação. Não foram encontradas críticas ao Movimento nos documentos analisados. Percebe-se exaltação às atividades e ao do trabalho realizado pelos integrantes da COMUN.

Inicialmente não houve treinamento para as alfabetizadoras, os documentos analisados demonstram que eles começaram no ano 1973, quando o Mobral estava na fase de expansão (1972/1976). Os integrantes da COMUN participavam de treinamentos, sendo que Uberaba sediou alguns desses encontros. Nos treinamentos, as pessoas recebiam informações técnicas, o como fazer, seguindo os materiais do próprio Mobral. Faltou, às alfabetizadoras, uma formação profissional proporcionada pelo Mobral.

A Supervisora de Área visitava as classes de Uberaba e região, contanto com o apoio da Prefeitura que fornecia carro com motorista. Era bem recebida nos locais, verificava as atividades desenvolvidas em classe; na COMUN verificava se o pagamento das

alfabetizadoras estava sendo feito, desenvolvendo um trabalho técnico. De acordo com o relato da supervisora, algumas alfabetizadoras construía seu próprio material. Constatou-se que havia salas em que o material do Mobral era utilizado como enfeite, ou seja, ele não era utilizado pela alfabetizadora. Observou-se que nessas salas ocorria maior êxito na alfabetização dos alunos. Houve uma senhora que contou, com orgulho, que poderia pegar o ônibus sem ajuda, pois agora sabia qual era o seu.

Não foi possível a análise das apostilas e do material didático do Mobral. O material referente aos registros escolares de professores e alunos, se ainda existem, não foram disponibilizados. Há indícios de que esse material foi queimado. Constatamos, com base nas atas, que havia cadastro dos alunos e professores do Mobral. Existiam listagens que eram entregues pelos integrantes do TG 059 de Uberaba com os dados dos analfabetos à COMUN. Nas reuniões, as alfabetizadoras preenchiam fichas com seus dados e recebiam outras para colocarem os dados dos seus alunos: nome, endereço completo, data de nascimento, idade, local de nascimento, procedência, quanto tempo residia em Uberaba, profissão, local de trabalho, endereço da firma e estado civil, horário disponível e local onde desejava estudar.

Conforme as atas do Mobral e pelos depoimentos coletados, o material didático vinha de Belo Horizonte, era gratuito e único para todo o país. As alfabetizadoras deveriam buscá-los na sede do Mobral em Uberaba. Segundo os relatos dos entrevistados era um material luxuoso. Nas reuniões e nos treinamentos, as supervisoras demonstravam como utilizar o material. No entanto, as alfabetizadoras poderiam construir seu próprio material didático, desde que entregassem na sede do Mobral, para que as supervisoras analisassem e autorizassem o uso, conforme constatado nas atas. Quando a atividade era considerada dinâmica era repassada para as colegas.

Tivemos relatos de duas professoras que trabalharam no Programa e não utilizaram o material vindo do Mobral. A Alfabetizadora A1, do Programa Educação Integrada, preenchia o caderno de plano de aula. Já a Alfabetizadora A2, do Programa de Alfabetização Funcional, não recebeu o material do Mobral e não fazia plano de aula na época.

As Práticas Pedagógicas desenvolvidas pelo Mobral em Uberaba eram impostas. Segundo os documentos e relatos, as pessoas seguiam as orientações do Mobral Central. Havia treinamento para a equipe da COMUN e para as alfabetizadoras e reuniões com as alfabetizadoras. No Livro de Atas foram registradas cento e vinte e uma (121) reuniões, apesar de que houve equívoco das secretárias e essa contagem está divergente em nove reuniões a menos no livro. Observamos no segundo livro de Atas, que as reuniões dos primeiros anos da década de 80, aconteciam com as alfabetizadoras do Programa de

Alfabetização Funcional e as monitoras do Programa Pré-Escolar do Mobral. As orientações repassadas às alfabetizadoras nas reuniões não demonstravam aspectos que poderiam levar o aluno à conscientização política e à autonomia. Algumas frases soltas, em meio aos avisos, foram observadas. Mas, sem nenhum contexto ou explicação: integrar a pessoa na comunidade, preparar para a vida em sociedade, considerar a experiência do aluno.

O relacionamento professor-aluno, nas classes, era de muito respeito. Os relatos demonstram que as professoras não tinham problema com indisciplina. Recebiam presentes, flores e lanche. Realizavam confraternização, visitavam quanto alguém apresentava algum problema. Nas aulas não havia discussão e nem barulho. A amizade ia para além da sala de aula: segundo relato da Alfabetizadora A1, ela chegou a batizar a filha de sua aluna. Mantiveram contato por correspondência por muito tempo.

Os depoimentos revelam que os alunos eram alfabetizados, portanto, o Mobral teve resultado positivo. Com exceções, claro, pois alguns não conseguiam e outros abandonavam as aulas. A entrevistada Aluna A1 não frequentou regularmente as aulas. A dificuldade eram os filhos, que a buscavam na classe sempre que tinham problemas. Ela abandonou o curso. Gostava da professora, dava vontade de voltar. Começou a aprender leitura e assinar o nome, mas “conta não entrou na minha cabeça” (Entrevista da aluna A1).

Não encontramos ênfase de influências políticas nas reuniões e nos relatos. Os alunos tiravam o título de eleitor e outros documentos que não possuíam. Não há evidências de falas nesse sentido nas atas de reuniões e nem nos depoimentos.

De acordo com as entrevistas, os alunos eram alfabetizados para ler, escrever e contar. O Mobral formava mão de obra, não no sentido de Paulo Freire. Pois, a metodologia utilizada não levava o aluno à participação crítica na sociedade. Pois, a simples técnica de ler e escrever e os Programas de profissionalização pretendiam um cidadão para servir à sociedade. Conforme os documentos, o aluno precisava ser ajudado, conduzido pelo alfabetizador. Eram motivados a frequentar as aulas mediante recompensas. No Mobral em Uberaba, as empresas ofereciam brindes (bicicletas, rádio, etc.) para premiar os alunos frequentes e os que conseguiam se alfabetizar.

As professoras deviam motivar as aulas para que o aluno não desistisse, nas atas pedagógicas esse aspecto era constantemente lembrado. Pelo depoimento coletado de uma das alfabetizadoras, ela se sentia culpada quando algum aluno abandonava o curso.

O relacionamento entre os integrantes da Comissão Municipal era harmonioso, até hoje eles mantêm contado. O trabalho das alfabetizadoras era valorizado pela Comissão e não

há relato de desavenças. A Comissão reconhecia o esforço dos alunos, pois tinham uma vontade intensa de aprender.

Sobre a extinção do Mobral os entrevistados tiveram opiniões diversas: não souberam responder, perderam o contato com o Movimento; foi ficando menos frequentado pelos adultos; não se lembra; não houve extinção, mas sim continuidade; começou a atender pessoas de outra faixa etária; por questões políticas.

As primeiras aproximações do percurso histórico do Mobral em Uberaba demonstram que a Comissão Municipal cumpria a hierarquia estabelecida pelo Mobral Central. Houve semelhanças com os estudos realizados na região e no Alto Paranaíba sobre o Movimento, mas também pontos divergentes. Envio de documentos, cumprimento das funções, supervisão das tarefas e a burocracia são especificidades identificadas em Uberaba e condizentes com o órgão central do Programa.

REFERÊNCIAS

ARCE, Alessandra. O Mobral e a educação de crianças menores de seis anos durante o regime militar: em defesa do trabalho voluntário. **Cadernos Cedes**, set-dez, n. 76, vol. 8, 2008. Campinas, p. 379-403. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a06v2876.pdf>, acesso em: 02.mar.2014.

BATISTA, J. **Relatório de atividades do Mobral**. 1982. Acervo pessoal do ex-presidente da COMUM.

BEISIEGEL, Celso de Rui. A educação popular como leitura de mundo. **Revista Educação**, Paraná, v.4, p. 6-8, dezembro, 2010.

_____. Estado e Educação Popular. São Paulo: Pioneira, 1974.

BRASIL. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L9394>. Acesso em 20 maio 2012.

CARVALHO, Carlos Henrique de; ARAUJO, José Carlos Souza; GONÇALVES NETO, Wenceslau. “Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica Uberlândia-MG, 1930-1950”. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio. (Org). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Uberlândia: Autores Associados, 2002.

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de; CARVALHO, Carlos Henrique de. **O Lugar da educação na modernidade luso-brasileira no final do século XIX e início do século XX**. Campinas, SP: Alínea, 2012.

CASANOVA, Marta Zednik de. **Origens e trajetória histórica de Uberaba**. Uberaba em dados, 2009. Disponível em: http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/desenvolvimento_economico/arquivos/uberaba_em_dados/Edicao_2009/capitulo_01.pdf. Acesso em: 20.dez.2013.

COELHO, Leni Rodrigues. **Educação de Jovens e Adultos: as ações do MOBREAL no município de Patos de Minas/MG (1970/1980)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia/MG, 2007.

COMUN. **Livro de atas das eleições da Comissão Municipal do Mobral**. Manuscrito. Entre 1973 a 1985. Acervo do Arquivo Público de Uberaba. 4 p.

COMUN. **Livro de atas das reuniões de professores do curso de alfabetização do Mobral.** Manuscrito. Entre 1973 a 1979. Acervo do Arquivo Público de Uberaba. 101 p.

COMUN. **Livro de atas das reuniões de professores do curso de alfabetização do Mobral.** Manuscrito. Entre 1979 a 1985. Acervo do Arquivo Público de Uberaba. 46 p.

COMUN. **Prestação de Contas do Mobral.** Entre 1970 a 1985. Acervo de Arquivo Público de Uberaba.

CORRÊA, Arlindo Lopes (Ed.). **Educação de massa e ação comunitária.** Rio de Janeiro: AGGS: Mobral, 1979.

COSTA, Deane Monteiro Vieira. **A campanha de educação de adolescentes e adultos no Brasil e no Estado do Espírito Santo (1947-1963):** um projeto civilizador. 2012. 245 p. Tese (Doutorado em Educação) Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo. 2012. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_6001_DEANE%20MONTEIRO%20VIEIRA%20OSTA.pdf, acesso em 20.dez.2013.

COUTINHO, Pedro dos Reis. **História dos Irmãos Maristas em Uberaba.** Uberaba, MG: Arquivo Público de Uberaba, 2000.

DI PIERRO, Maria C.; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Massagão. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, nov., n. 55, ano XXI, 2001, p. 61. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622001000300005&script=sci_arttext, acesso em: 18.dez.2013.

FÁVERO, Osmar (org.). **Cultura popular e educação popular:** memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Educação no Brasil anos 60:** o pacto do silêncio. São Paulo: Loyola, 1985.

_____. **Uma pedagogia da participação popular:** análise da prática educativa do MEB (Movimento de Educação de Base) 1961-1966. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

FERRARO, Alceu Ravello. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A educação brasileira no contexto histórico**. 2. ed. Campinas, SP: Alínea, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____; SHOR, Ira. **Medo e ousadia**. Trad. Adriana Lopes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Política e educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREITAS, Marcos Cezar de. **História Social da Educação no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2009.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo, Cortez, 2009.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil: 1964-1985**. São Paulo, Cortez, 2000.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi S.; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Romagem do tempo e recantos da memória: reflexões metodológicas sobre História Oral**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

GUARATO, Mônica. **Alfabetização de adultos: a experiência do Mobral no município de Uberlândia-MG (1971-1985)**. 2001. 188p. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. 2001.

GÜTTSCHOW, Gisele Gutstein. **Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo: implementação em Santa Catarina e o “cobaia” Joinville (1958-1963)**. 2011. 149 p.

Dissertação de mestrado em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2011.

Disponível em:

<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/25594/dissertacao%2024.02.2011%20Gisele%20G.%20Guttschow.pdf?sequence=1>, acesso em 28.mar.2014.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**, mai-ago, nº 14, 2000. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. São Paulo, p. 108-130. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07>, acesso em 31.mai.2013.

JANNUZZI, Gilberta S. de Martino. **Confronto pedagógico: Paulo Freire e Mobral**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 1983.

JORNAL DA MANHÃ. **A Mobralteca em Uberaba**. Março, 1975.

JORNAL DA MANHÃ. **Mobral deixa solução com os municípios**. Julho, 1974.

JORNAL DA MANHÃ. **Mobral pede participação**. Junho, 1977.

JORNAL DA MANHÃ. **Normalistas vão atuar no Mobral**. Junho, 1977.

LAVOURA E COMÉRCIO. **Mobral realiza sua noite da saudade**. Abril, 1979.

LAVOURA E COMÉRCIO. **Você pode, basta querer**. Agosto, 1979.

LIMA JUNIOR, José Ferreira de. **Protestantismo e golpe militar de 1964 em Pernambuco: uma análise da Cruzada de Alfabetização Básica Cristã**. Dissertação de mestrado.

Universidade Católica de Pernambuco, 2008. Disponível em:

http://www.unicap.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=408, acesso em 17.mar.2014.

LÜDKE, M., ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. Uberaba-MG: Academia de Letras do Triângulo Mineiro. 1974. 296 p.

OLIVEIRA, José Luiz. **As origens do Mobral**. Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1989.

OLIVEIRA, Leticia Borges de. **Educação no campo**: Mobral no meio rural de Uberlândia/MG (1970/1985). Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

PAIVA, Vanilda Pereira. **História da Educação Popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

PONTES, Hildebrando. **História de Uberaba e a civilização no Brasil Central**. Uberaba-MG: Academia de Letras do Triângulo Mineiro. 1970.570 p.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**: organização escolar. 21. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

RICCIOPPO FILHO, Plauto. **Ensino superior e formação de professores em Uberaba-MG (1881-1938)**: uma trajetória de avanços e retrocessos. 2007. Dissertação de mestrado. Universidade de Uberaba. Disponível em:
<http://www.uniube.br/biblioteca/novo/base/teses/BU000113090.pdf>. Acesso em: 15.set.2012.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ROSEMBERG, Fúlvia. A educação pré-escolar brasileira durante os governos militares. **Cadernos de Pesquisa**, ago, n. 82, 1992. São Paulo, p. 21-30. Disponível em:
<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/910.pdf>, acesso em 02.mar.2014.

SAMPAIO, Antônio Borges. **Uberaba**: história, fatos e homens. 2 ed. Uberaba, MG: Arquivo Público de Uberaba, 2001.

SCHULTZ, Lenita Maria Junqueira. **O Pré-Escolar: um estudo de leis e normas oficiais**. 1983. 142 p. Dissertação de Mestrado em Educação. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Disponível em:
<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9305/000049974.pdf?sequence=1>, acesso em 02.mar.2014.

SECRETARIA ESCOLAR. **Livro de ata de promoção da 4ª série primária**. Manuscrito. 1972. Acervo da Secretaria Escolar da Escola Estadual Professor Alceu Novaes.
SEVERINO, Antônio Joaquim Severino. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA, Cláudia Moraes. **Nenhum brasileiro sem escola**: projetos de alfabetização de adultos do estado desenvolvimentista 1950-1963. 1999. 174 p. Dissertação (Mestrado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999. Disponível em: http://diversitas.fflch.usp.br/files/Tese_Claudia_Nenhum%20Brasileiro%20sem%20Escola.pdf, acesso em 23.mar.2013.

_____. **Pelas ondas do rádio**: cultura popular, camponeses e o Movimento de Educação de Base. 2006. 365 p. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11072007-100422/pt-br.php>, acesso em: 23.mar.2013.

TEIXEIRA, Edelweiss. Como surgiu Uberaba? **Catálogo Histórico**, ano I, nº 2, 1986. Arquivo Público de Uberaba. Uberaba, MG.

UBERABA. **Plano Decenal Municipal de Educação Uberaba 2006-2015**. Disponível em: http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/educacao/arquivos/plano_decenal.pdf. Acesso em: 18.dez.2013.

VALIM, Rosângela Alves. **A educação de jovens e adultos e formação de professores**: da V Conferência Internacional de Educação de Adultos aos projetos locais. 2009. 224 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade de Uberaba. Disponível em: <http://www.uniube.br/biblioteca/novo/base/teses/BU000099012.pdf>. Acesso em: 20.nov.2013.

VIEIRA, Maria Clarisse. **Memória, história e experiência**: trajetórias de educadores de jovens e adultos no Brasil. 373 p. Tese (Doutorado em educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/HJPB-6VZL86>, acesso em 01.out.2013.

WEREBE, Maria José Garcia. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil**. 2. ed. São Paulo, SP: Ática, 1997.

ANEXO 1

Ministério da Educação e Cultura
Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL
Lei n.º 5.379
De 15/12/1967

Prevê sobre alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Constituem atividades prioritárias permanentes, no Ministério da Educação e Cultura, a **alfabetização funcional** e, principalmente, a **educação continuada de adolescentes e adultos**.

Parágrafo Único — Essas atividades em sua fase inicial atingirão os objetivos em seis períodos sucessivos de 4 (quatro) anos, o primeiro destinado a adolescentes e adultos analfabetos até 30 (trinta) anos, e o segundo, aos analfabetos de mais de 30 (trinta) anos de idade. **Após** esses dois períodos, a educação continuada de adultos **prosseguirá** de maneira constante e sem discriminação etária.

Art. 2.º — Nos programas de alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, cooperarão as autoridades e órgãos civis e militares de todas as áreas administrativas, nos termos que foram fixados em decreto, bem como, em caráter voluntário, os estudantes de níveis universitário e secundário que possam fazê-lo sem prejuízo de sua própria formação.

Art. 3.º — É aprovado o Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos, que esta acompanha, sujeito a reformulações anuais, de acordo com os meios disponíveis e os resultados obtidos.

Art. 4.º — Fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma Fundação, sob a denominação de Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL, de duração indeterminada, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, enquanto não for possível a transferência da sede e foro para Brasília.

Art. 5.º — O MOBRAL será o **órgão executor** do Plano anexo de que trata o art. 3.º.

Art. 6.º — O MOBRAL gozará de autonomia administrativa e financeira e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual serão apresentados seu estatuto e o decreto do Poder Executivo que o aprovar.

Art. 7.º — O patrimônio da Fundação será constituído:

- a) por dotações orçamentárias e subvenções da União;
- b) por doações e contribuições de entidades de direito público e privado, nacionais, internacionais ou multinacionais, e de particulares;
- c) de rendas eventuais.

Art. 8.º — O titular do Departamento Nacional de Educação será o Presidente da Fundação.

Art. 9.º — O pessoal do MOBRAL será, pelo seu Presidente, solicitado ao Serviço Público Federal.

Art. 10 — O MOBRAL poderá celebrar convênios com quaisquer entidades, públicas ou privadas, nacionais, internacionais e multinacionais, para execução do Plano aprovado e seus reajustamentos.

Art. 11 — Os serviços de rádio, televisão e **cinema educativos**, no que concerne à alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, constituirão um sistema geral integrado ao Plano a que se refere o art. 3.º.

Art. 12 — Extinguindo-se, por qualquer motivo, o MOBRAL, seus bens serão incorporados ao patrimônio da União.

Art. 13 — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de dezembro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

(ass.) ARTHUR DA COSTA E SILVA TARSO DUTRA

ANEXO 2

Ministério da Educação e Cultura
Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL
Decreto n.º 62.484
De 29/3/1968

Aprova o Estatuto da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 83, item II, da Constituição, e de acordo com o art. 6.º da Lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967, decreta:

Art. 1.º — Fica aprovado o Estatuto da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que com este baixa, assinado pelo Ministro da Educação e Cultura.

Art. 2.º — Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

(ass.) **ARTHUR DA COSTA E SILVA TARSO DUTRA**

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

CAPÍTULO I

Das finalidades

Art. 1.º — O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), Fundação instituída pelo Poder Executivo, nos termos do art. 4.º da Lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967, e vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, terá por finalidade a execução do Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos, aprovado pelo art. 3.º da mesma Lei e sujeito a reformulações anuais, de acordo com os meios disponíveis e os resultados obtidos.

Art. 2.º — Para a consecução de seus fins, a Fundação organizará serviços específicos, celebrará quaisquer ajustes com entidades ou autoridades, e, nos termos do art. 11 da lei referida no art. 1.º, contará com os serviços de rádio, televisão e cinema educativos, os quais, no que concerne à alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, constituirão um sistema geral integrado no Plano mencionado no artigo anterior.

Art. 3.º — A programação das atividades da Fundação obedecerá aos preceitos da citada Lei n.º 5.379 e ao Plano pela mesma aprovado e levará em conta as conclusões dos Grupos de Trabalho instituídos pelos Decretos n.ºs 61.311, 61.312, 61.313 e 61.314, datados de 8 de setembro de 1967.

CAPÍTULO II

Da Sede, do Foro e da Autonomia

Art. 4.º — A Fundação, de duração indeterminada e com jurisdição em todo o território nacional, terá sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, até que se torne possível sua transferência para Brasília.

Art. 5.º — A Fundação gozará de autonomia administrativa e financeira.

CAPÍTULO III

Do Patrimônio e dos Recursos

Art. 6.º — O patrimônio da Fundação será constituído pelos bens, valores, rendas e direitos que lhe forem doados ou que a mesma vier a adquirir.

Parágrafo Único — Os bens e direitos da Fundação serão utilizados apenas para a consecução de seus objetivos, permitida, todavia, a sublocação de uns e outros, para a obtenção de rendas destinadas ao mesmo fim.

Art. 7.º — Constituirão recursos da Fundação:

- a) as contribuições, auxílios ou subvenções de entidades de direito público ou privado, nacionais, multinacionais ou estrangeiras, e de particulares;
- b) as rendas de seu patrimônio;
- c) as rendas de qualquer espécie a seu favor constituídas por terceiros;
- d) os recursos provenientes das fontes indicadas pelo Grupo de Trabalho Interministerial criado pelo Decreto n.º 61.311, de 8 de setembro de 1967;
- e) as rendas decorrentes dos serviços que prestar;
- f) os rendimentos eventuais, inclusive da venda de material didático.

CAPÍTULO IV

Da Administração e da Organização

Art. 8.º — A Fundação será administrada pelos seguintes órgãos:

- a) Presidência
- b) Conselho Administrativo e
- c) Conselho de Curadores.

Art. 9.º — A Presidência da Fundação será exercida pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional de Educação, conforme o disposto no art. 8.º da Lei n.º 5.379, mencionada.

Parágrafo único — Em suas faltas ou impedimentos o residente será substituído pelo substituto legal do Diretor de que trata o artigo, ou por quem venha a ser expressamente designado pelo Poder Executivo.

Art. 10 — A Fundação terá um Secretário-Geral.

Art. 11 — O Conselho Administrativo será constituído de cinco (5) membros titulares e três (3) suplentes.

Art. 12 — O Conselho de Curadores será constituído de três (3) membros titulares com igual número de suplentes.

Art. 13 — O Secretário-Geral e os membros dos Conselhos Administrativo e de Curadores serão designados pelo Ministro da Educação e Cultura.

§ 1.º — Os membros do Conselho Administrativo deverão ser recrutados dentre personalidades dos setores público e privado, com conhecimento especializado ou especial interesse no problema da alfabetização.

§ 2.º — O mandato dos Conselheiros será de três anos.

§ 3.º — Os serviços prestados pelos membros dos Conselhos serão considerados de caráter relevante.

§ 4.º — Perderá o mandato o membro do Conselho que faltar, sem justificação, a 3 (três) reuniões consecutivas.

§ 5.º — Em caso de vacância, o Conselheiro que for designado, completará o período restante do mandato.

Modificado pelo Decreto-Lei 665 de 5/7/69, em cuja conformidade a presidência do MOBREAL é provida por nomeação do Presidente da República, para o exercício do mandato de três anos.

CAPÍTULO V

Das atribuições dos Órgãos

Art. 14 — À Presidência compete:

I — Orientar, dirigir e coordenar as atividades da Fundação e os trabalhos dos respectivos serviços, os quais poderá criar, transformar e extinguir;

II — Representar a Fundação em juízo e fora dele, ativa ou passivamente, podendo inclusive, delegar poderes e constituir mandatários;

III — Receber bens, doações e ajudas financeiras, destinadas à Fundação, e movimentar as respectivas contas bancárias;

IV — Celebrar, com aquiescência do Conselho Administrativo, os ajustes previstos no art. 2.º;

V — Convocar e presidir as reuniões do Conselho Administrativo;

VI — Aprovar o plano anual de atividades;

VII — Aprovar licitações, firmar contratos e autorizar as consequentes despesas e os respectivos pagamentos;

VIII — Solicitar, aos órgãos do serviço público federal, a cessão de funcionários nos termos do art. 9.º da Lei n.º 5.379, citada;

IX — Admitir, movimentar, dispensar outros servidores, que se tornarem necessários, os quais poderão ficar sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho ou ser retribuídos pela prestação de serviços eventuais sem vínculo de emprego;

X — Aprovar instruções para funcionamento dos serviços;

XI — Fixar as atribuições do Secretário-Geral, ao qual poderá delegar competência para a execução de determinadas tarefas, das enunciadas nos incisos anteriores.

Art. 15 — Ao Conselho Administrativo compete:

I — Cooperar com a Presidência na elaboração do Plano de organização dos serviços básicos da Fundação e a estrutura de seus órgãos, e com o Secretário-Geral, no desempenho de funções que lhe forem conferidas ou delegadas;

II — Propor à Presidência as medidas que julgar de interesse para a eficiência e a melhoria da execução dos planos aprovados;

III — Opinar sobre:

a) os projetos, estudos e assuntos encaminhados ao seu exame

b) doações e ajustes que interessem à Fundação

c) a criação de funções sujeitas à admissão pelo regime da legislação trabalhista ou para serviços eventuais

d) a fixação de atribuições de que trata o inciso IX do artigo anterior.

IV — Aprovar o regimento interno da Fundação, apresentado pelo Presidente;

V — Autorizar a aquisição, hipoteca, promessa de compra e venda, cessão, locação, arrendamento, alienação ou qualquer outra operação relativa a imóveis.

Art. 16 — Ao Conselho de Curadores compete:

I — Aprovar anualmente o orçamento e a programação financeira da Fundação proposta pelo Presidente;

II — Apreciar, mensalmente, os balancetes apresentados pela Presidência;

III — Pronunciar-se, durante o primeiro semestre, sobre relatório da Presidência, acompanhado do processo das contas do exercício anterior, instruído com balanços anuais e inventários e com elementos complementares elucidativos da situação financeira e patrimonial;

IV — Requisitar da Presidência as informações que se tornarem necessárias para o bom desempenho de suas atribuições;

V — Examinar, a qualquer tempo, por iniciativa ou por solicitação da Presidência, livros e documentos relacionados com a escrituração financeira e patrimonial.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 17 — A Fundação adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição, no Regime Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo e de comprovante da publicação oficial deste estatuto e do decreto que o tiver aprovado.

Art. 18 — A Fundação gozará dos privilégios concedidos legalmente às instituições de utilidade pública.

Art. 19 — Extinguindo-se, por qualquer motivo, a Fundação, seus bens serão incorporados ao patrimônio da União.

Art. 20 — Para apresentação, dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data em que adquirir personalidade jurídica do cronograma para a execução das etapas operacionais indicadas no item 14 do Plano aprovado pelo art. 8.º da referida Lei n.º 5.379, a Presidência da Fundação constituirá Grupos de Trabalho, na conformidade dos elementos que serviram de base para a formulação do mesmo Plano.

Art. 21 — Na admissão de pessoal inclusive de natureza eventual ou para prestação de serviço especial retribuído mediante recibo, na realização de qualquer tipo de congresso ou reunião, e na celebração de convênios, acordos ou contratos, deverão ser observadas, sempre, as normas estabelecidas nas Portarias Ministeriais 5, 19, 25 e 71, respectivamente, de 19 de setembro de 1967, 17 e 30 de janeiro de 1968, e suas modificações.

(ass.) TARSO DUTRA

ANEXO 3

Decreto-Lei n.º 665

De 2/07/1969

Altera o Art. 8.º da Lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967, que prevê sobre a Alfabetização Funcional e a Educação Continuada de Adolescentes e Adultos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968,

DECRETA:

Art. 1.º — O Art. 8.º da Lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8.º — O Presidente da Fundação será nomeado pelo Presidente da República, mediante proposta do Ministro da Educação e Cultura, com mandato de três anos."

Art. 2.º — O presente Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 2 de julho de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

ANEXO 4

4.4



Ministério da Educação e Cultura
Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus
Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização

TERMO DE CONVÊNIO

Convênio que entre si celebram a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização, doravante denominada Mobral, e o(a) COMUN
COMISSÃO MUNICIPAL DO MOBRL DE UBERABA Entidade, doravante denominada Entidade, na forma abaixo:

Pelo presente instrumento particular, a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral, com sede na Rua do Alfândega, nº 214, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, C.G.C. 34.903.010/0001-74, neste ato representada por seu presidente, Dr. Claudio Augusto Joaquim Moreira, ou seu representante legal, COORDENADORA NILDA CAPORALI CORDEIRO
BRASILEIRA CASADA PEDAGOGA RUA ALBITA 194 -BELO HORIZONTE
Nacionalidade Estado Civil Profissão Endereço
MINAS GERAIS

e o(a) COMISSÃO MUNICIPAL DO MOBRL DE UBERABA (COMUN)
Entidade
com sede na RUA CEL. MANOEL BORGES 01 - UBERABA -MG
Rua, Cidade, Estado
neste ato representado(a) por seu PRESIDENTE ISABEL APARECIDA DO NASCIMENTO
Cargo/Função Nome
BRASILEIRA CASADA PEDAGOGA RUA BRASÍLIA
Nacionalidade Estado Civil Profissão Endereço
Nº 235 - UBERABA - MG
CNPJ

ou por quem de direito mediante delegação de competência, com a intervenção do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA
Entidade
com sede na PRAÇA RUI BARBOSA Nº 01 - UBERABA - MG
Rua, Cidade, Estado
neste ato representado(a) por PREFEITO WAGNER DO NASCIMENTO
Cargo/Função Nome
BRASILEIRO CASADO ENGENHEIRO
Nacionalidade Estado Civil Profissão
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA - MG
Entidade
CNPJ

ou por quem de direito, mediante delegação de competência, a seguir denominados(as), respectivamente, MOBRL, ENTIDADE e INTERVENIENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, para execução de ações educativas, conforme cláusulas constantes no verso.

U B E R A B A 01 de FEVEREIRO de 1984
Local Dia Mês Ano

Testemunhas:

1º [Assinatura]

2º [Assinatura]

[Assinatura]
Mobral

Isabel Aparecida do Nascimento
Entidade

[Assinatura]
Interveniente
PREFEITO MUNICIPAL

Coordenadora do Mobral
C. A. Moreira

Fonte: Arquivo Público de Uberaba, 1984.

ANEXO 5

Prefeitura Municipal de Uberaba

Uberaba, 17 de setembro de 1970

Prezado Senhor,

Temos a satisfação de comunicar-vos que instalamos em Uberaba o MOBREAL, (Movimento Brasileiro de Alfabetização) em cumprimento às determinações de Ss.Excias. o Governador do Estado e o Ministro da Educação, para o Ano da Alfabetização - 1970.

Organizamos uma comissão para a direção do referido movimento e é com prazer que vimos participar-vos que o vosso nome foi indicado para Presidente da Comissão Municipal.

Na expectativa de que aceiteis a nossa indicação, agradecemos-vos e afirmamos que muito nos honrará a vossa presença ao nosso lado nêsse empreendimento de tão grande repercussão cívica no país.

Assim sendo, aguardaremos com muito empenho a vossa presença ao 1º encontro da Comissão, na Delegacia do Ensino, às 20 horas do dia 21 dêste, segunda feira.

Saudações

a. Geni Moraes
- Coordenador Geral -

a. Dono Sebastião de Araújo Salcaof
- Secretário Executivo -

a. B. J.
- Prefeito Municipal -

ANEXO 6

COMISSÃO MUNICIPAL DO MOBIL
 MUNICÍPIO DE UBERABA - ESTADO DE MINAS GERAIS
 PROJETO 001/70

PAGUE-SE

EM/...../.....

Aluísio M. ins
 PRESIDENTE DA C.M. DO MOBIL

RECIBO

CR\$ 30,00

RECIBI DA COMISSÃO MUNICIPAL DO MOBIL - PROJETO 001/70, PE-
 LOS SERVIÇOS ESPECIAIS, SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO, COM A TAREFA DE RE-
 GÊNCIA DA CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO DO PÔSTO Nº⁴⁴ A QUANTIA DE
 CR\$ 30,00 (TINTA CRUZEIROS) REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1.970 DO
 CORRENTE EXERCÍCIO, OCORRENDO A DESPESA PELO PROJETO 001/70, INCLUSO
 NO FUNDO ESPECIAL PARA ALFABETIZAÇÃO DÊSTE MUNICÍPIO.

UBERABA, 19 DE FEVEREIRO DE 1.971

Euldo de Queiroz
 MONITOR ELOISA ELENA DE QUEIROZ

OS SERVIÇOS FORAM PRESTADOS

EM/...../.....

Irma Letícia dos Santos Falcão
 SECRETÁRIO EXECUTIVO

PAGO PELO CHEQUE Nº 787520 SÉRIE D-10 DO BANCO
 DO BRASIL S/A - AGÊNCIA DE UBERABA

PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA NO MOBIL

ANEXO 7



MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO — MOBRAL

RUA CEL. MANOEL BORGES, 1 — FONE, 32-1131

38100 — UBERABA - M. G.

Uberaba - MG

20 de fevereiro de 1980

Ofício 03

Assunto: Solicitação (faz)

Prezado Senhor,

Pelo presente, vimos solicitar sua colaboração, divulgando a palestra " O MOBRAL CONTA COM VOCÊ " a ser realizada pelo ' CLC (Curso de Liderança Cristã) e MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), dia 22 deste as 19:30 h. no Salão ' Paroquial da Adoração Perpétua à Praça D. Eduardo.

Certos de podermos contar com sua valiosa colaboração, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,



Prof. João Batista
Presidente da COMUN

Exmo. Sr.
Olavo Sabino de Freitas
DD. Diretor da Rádio Sete Colinas
Nesta.

ANEXO 8



MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO — MOBRAF
 RUA CEL. MANOEL BORGES, 1 — FONE, 32-1131
 38100 — UBERABA - M. G.

Papelaria Fiscal
"São Gabriel" Ltda.

NOTA FISCAL Nº 018506
 2ª Via - Série "B"

★ Livros e Impressos Fiscais
 ★ Material de Escritório
 ★ Artigos escolares em geral

FONES:
 332-4378
 332-0211

Fiscalização
 Rua Artur Machado, 66 - Uberaba - MG
 Insc. no CGC(MF) 25.434.806/0001-39 - Insc. Est. 701.038819.0010

Natureza da Operação: deuda
 Via de Transporte:
 Data da Emissão da Nota: 18/11/83

DESTINATÁRIO DA MERCADORIA

Nome da firma: COMISSÃO MUNICIPAL DO MOBRAF DE UBERABA
 Endereço: Rua Cel. Manoel Borges Nº
 Município: Uberaba Estado: MG
 Insc. CGC(MF) Insc. Est.
 Condições: à vista

Quant.	Unid.	DESCRIÇÃO DAS MERCADORIAS (marca, tipo, modelo e número)	Preço Unitário	TOTAL - Cr\$
4500	8	papel branco	0,40	18 900,00
11	15	colmeia	270,00	2 970,00
10	F.	capas -	770,00	7 700,00
				<u>29 576,00</u>

DESPESAS ACESSÓRIAS
 Por conta do destinatário

FRFTE Cr\$
 SEGURO Cr\$
 TOTAL Cr\$

VALOR TOTAL DA NOTA CR\$ 29 576,00
 IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS
 já incluído no preço. 16 Cr\$
 (Calculado pela alíquota de 16 %)

TOTAL Cr\$ 4 732,16

Nome do transp.
 Endereço
 Placa do veículo Est. Munic.

Data da Saída
18/11/83
 Dia Mes Ano

CARACTERÍSTICAS DOS VOLUMES:

Marca	Número	Quantidade	Especie	Peso bruto	Peso líquido

Tip. Jardim da Empresa Gráfica Lavouza e Castro Ltda., R. Vespertino Silva, 45 - Insc. Est. 701.040152.0010 - CGC 25.421371/0001-75
 201a. - 501a de 018251 a 019350 - Série B - Insc. em 19-05-83 - Aut. SRP/Uberaba-MG 701.00967/83 - em 25-07-83 - Prot. 010885/83

ANEXO 10



dujato CENTRAL
 - Drogaria Uberaba Ltda. - FONE: 332-1119
 FILIAL
 Av. Leopoldino de Oliveira, 180 - UBERABA - MG
 Insc. Est. N° 701.044537.0433 - CGC 25.446.642/0005-78

NOTA FISCAL DE VENDA A CONSUMIDOR N° 103690
 1.ª VIA - Série D - Consumidor

Uberaba, 24 de 09 de 19 84

Ilmo. Sr. _____

Endereço: Comissão Municipal de Mobil

Quant.	Discriminação das Mercadorias	P. Unit.	TOTAL
01	litro Alcool	m	1500,00
RECEBEMOS			
Uberaba 24/09/84			
<u>Xandino</u>			
<u>Asselin</u>			
TOTAL			Cr\$ 1500,00

Gráf. Martins - José L. A. Martins - Rua Marques do Paraná, 908 - Uberaba - Insc. Est. 701.38547500-64 - CGC 16.954.356/0001-02 - 100 talões 50x2 - 100.501 a 105.500 - 7/84
 Autorização AP/701.00883.84 - Protocolo n.º 008076/84 - em 27/06/84

Declaro que os materiais e
 ou serviços foram entregues,
 e que os mesmos são iguais
 ao pedido
 Ub. 24/09/84
Asselin
 Assinatura do Responsável

PAGUE-SE
 Ub. 24/09/84
Asselin
 Pres. da Com. - Uber.

ANEXO 11

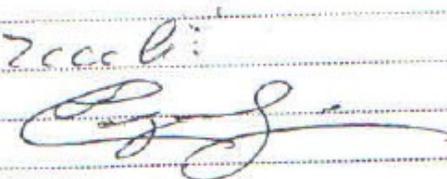
CÉZAR OURIVES



CÉZAR CARNEIRO DE SOUZA
 — Consertos, vendas, atacado e varejo de jóias em geral — Fabricação de jóias —
 Rua Anur Machado, 88-B — UBERABA — MINAS GERAIS
 Insc. Estadual: 701.022.940/009 — C.B.C. / 25.423.799/001

NOTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO (Mão de Obra) Nº 1037

Uberaba, 22 de Setembro de 1984
 Nome da Firma *Promissora Municipal de Uberaba* 1ª. VIA
 Estabelecida à *Rua Maciel Borges*
 Cidade *Uberaba* Estado *Minas G.*
 CGC _____ Insc. Est. _____ Cond. : _____

Quant.	DESCRIÇÃO	TOTAL Cr\$
1	cartão prata com gravura	4.000,00
Recebi: 		
		TOTAL Cr\$ 4.000,00

Não vale como recibo

ANEXO 12

CONCESSIONÁRIO MINASGÁS ★ Pedro Campos de Oliveira
MATRIZ
 Rua Delta n.º 4 - B. São Benedito - Fone, 332-3532 - Uberaba-MG.
 Inscrição Estadual, N.º 701.038811.0083 - Insc. no CGC (MF) 25.435.033/0001-95

Nota Fiscal de Venda a Consumidor
 SÉRIE "D1" - 1ª Via - Cliente Nº 012112
 Data da emissão 15/05/84
 Ilmo. Sr. Comun. do Mobral
 Rua Manoel Borges n.º 01
 Bairro Centro - Cidade Uberaba/MG.

Quant.	Unid.	DISCRIMINAÇÃO	PREÇO UNIT.	Preço Total
02	P/13	Bolões c/ 13 Kls. MINASGÁS Cada um	5.033,00	10.066,00
Os Pedidos podem ser feitos diariamente			SOMA	
VENDAS SÓ A DINHEIRO			CARRETO	
			TOTAL	10.066,00

Isento do ICM, de acordo com os Artigos 74 e 75 da Lei Federal n.º 5172, de 25 de outubro de 1966 Não vale Como Recibo

gráfica Mirim - Marcos Armando Macedo Costa - R. Tiradentes, 67 - Uberaba-MG
 Insc. Est. 701.086727.0072 - CGC 25.420.878/0001-07 - 20 bis. 50x3 - Série D1 - De n. 011561 a 012500 - Aut. AF 10.1288.8 - Uberaba - Protoc. 015783, 26-10-83 - Imp. 29-10-83

Pré-escolar América
 Pré-escolar Silveira Carteira

Declaro que os materiais e/ou serviços foram entregues, e que os mesmos se acham conforme.
 Ul. 15/05/84
Manoel Borges
 Assinatura do Responsável

PAGUE-SE
 Ub. 15/05/84
Manoel Borges
 Pres. da Comun. - Uber.

ANEXO 13

NOTA FISCAL DE VENDA AO CONSUMIDOR
- 1.a Via - Cliente SÉRIE «D»

Bianca

LOJAS CYRO AVELINO FRANCO LTDA. Nº 060282
Insc. Est. 701.035625.0130 - O. G. O. 25.637.836/0002-03

FONE: 332-5445

Rua Major Eustáquio nº 6 - Lojas: 3-4-5 - Conj. Chapadão
 UBERABA - MINAS GERAIS

14.09.84
Data da Emissão

Comunidade Municipal do Morcego

Documento nº _____ Fone: _____

QUANT.	DISCRIMINAÇÃO DAS MERCADORIAS	COR	REF.	UNITÁRIO	TOTAL
450	leite	Meig	4933	16500	2145000
1	comida		8354		4400000
					6545000
					6450000
Total Cr\$					59.00000

VENDEDOR: *Maria Helena Barber Bandeira*

ESTA NOTA NÃO VALE COMO RECIBO

IMPRIME - Indústria Gráfica Ltda. - Av. Afonso Pena, 1.180 - CGC 18.154.328/0601-28 - Insc. Est. 702.107101.0094
 Uberlândia - 100 fls. 50x3 de 080.001 a 085.000 - Aut. Imp. Doc. Fiscal nº 701.06835.84 de 19-06-84 AF Uberaba-MG.

Declaro que os materiais e/ou serviços foram entregues, e que os mesmos se acham conforme.

Ul. 14.09.84

Maria Celeste Costa

Assinatura do Responsável

PAGUE-SE

Ub. 14.09.84

Armando

Pres. da Comun. - Uber.

ANEXO 14

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. CASAS FERNAMBURCA RUA ARTHUR MACHADO, 175 INSC. ESTADUAL 701.042722-0358 - INSC. F.C. 04.751.899.044-0216-19		UBERABA EST. DE MINAS GERAIS		CERTIFICADO DE GARANTIA PARA SUBSTITUIÇÃO EM 30 DIAS		LOJA 294.9	Nº VENDA 0K/13
1ª VIA - CONSUMIDOR NOTA FISCAL DE VENDA AO CONSUMIDOR - SÉRIE "D"				DATA DE EMISSÃO 29/08/84	828854		
QUANTIDADE	DISCRIMINAÇÃO DAS MERCADORIAS		PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL			
	CODIGO	NOME					
100	10188	Blusa	5,99	599,000			
100	30433	camisola	3,99	399,000			
Comissão Municipal do Mobral							
200				9980,00			
<small> EDI. E ARTES GRÁFICAS A AMERICANA LTDA. - R. PISC. PARRAMA, 1173 - S. PAULISTA - INSC. EST. 100.475.837 C.E.C.M.P. 46.002.530/0001-20 - 1.500 T.L.S. 5013 - R.N.M. 775.001 A 850.000 - SÉRIE D - 11182 - ANT. FISCAL 8201 - SP - ANT. FISCAL N.º 701.021544-82 E PROT. DIRETORIA DA EXAT. FISCAL DE UBERABA - EST. M.G. 99111/02 </small>							

Presente para a supervisora da universidade
 Vanil Maria de Silva.

Declaro que os materiais e
 ou serviços foram entregues
 e que os mesmos são iguais
 conforme.
 Ub. 29/08/84
Maria Adelaide Costa de
 Assinatura do Responsável

PAGUE-SE
 Ub. 29/08/84
[Assinatura]
 Pres. da Comun. - Uber.

ANEXO 15



MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO — MOBRAL
 RUA CEL. MANOEL BORGES, 1 — FONE. 32-1131
 38100 — UBERABA - M. G.

R E C I B O

Recebi da Comissão Municipal do MOBRAL de Uberaba, a importância de Cr\$20.000,00 (Vinte mil cruzeiros), Como Gratificação de aniversário, Por ser verdade assino a presente recibo em uma única via. Dia 01/03/84.

Uberaba, 21 de março de 1984

Venina Oliveira Rojas

Venina Oliveira Rojas
 ENSUG da COMUN do MOBRAL

Declaro que os materiais e ou serviços foram entregues, e que os mesmos se acham conformes. Ub. 01/03/84 <i>Venina Oliveira Rojas</i> Assinatura do Responsável

PAGUE-SE Ub. 01/03/84 <i>Venina Oliveira Rojas</i> Pres. da Comun. - Uber.

ANEXO 16

**A Promoção
Humana
começa com
a alfabetização**

Ajude a alfabetizar: você pode.

**MIL novos alfabetizados:
tarefa até julho de 80!
MOBRAL de Uberaba**

ANEXO 17

Decreto nº 91.980, de 25 de Novembro de 1985

Redefine os objetivos do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, altera sua denominação e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 85, itens III e V, da Constituição, e CONSIDERANDO que a ampliação das oportunidades de acesso e retorno à escola constitui uma das diretrizes básicas do Programa "Educação para Todos"; CONSIDERANDO a necessidade de plena participação dos vários níveis governamentais e dos diversos setores da sociedade nas nações voltadas para a erradicação do analfabetismo; CONSIDERANDO ser imprescindível a implementação de programas de alfabetização e educação básica para jovens e adultos, como forma de possibilitar-lhes o exercício efetivo e consciente da cidadania;

DECRETA:

Art. 1º. A Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, instituída pelo Decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968, nos termos do artigo 4º da Lei nº 5379, de 15 de dezembro de 1967, passa a denominar-se Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos - EDUCAR, com o objetivo de fomentar a execução de programas de alfabetização e educação básica destinados aos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos prematuramente.

Art. 2º. Para a consecução do objetivo previsto no artigo 1º deste Decreto, deverá a Fundação EDUCAR:

I - promover a alocação dos recursos necessários à execução dos programas de alfabetização e educação básica;

II - formular projetos específicos e estabelecer normas operacionais, com vistas a orientar a execução dos referidos programas;

III - incentivar a geração, o aprimoramento e a difusão de metodologias de ensino, mediante combinação de recursos didáticos e tecnologias educacionais;

IV - estimular a valorização e capacitação dos professores responsáveis pelas atividades de ensino inerentes aos programas.

Art. 3º. Os programas a que se refere este Decreto serão executados, de forma regionalizada e participativa, pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, bem como por outras entidades públicas e privadas.

Art. 4º. O Ministério da Educação adotará as necessárias providências para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência deste Decreto, seja elaborado o projeto de Estatuto da Fundação EDUCAR.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 25 de novembro de 1985; 164º da Independência e 97º da República.

JOSÉ SARNEY
Marco Maciel

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 26/11/1985

ANEXO 18

ROTEIRO ENTREVISTAS PROFESSORES

1- IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA:

Título do projeto: **Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) em Uberaba/MG: primeiras aproximações**

Pesquisadora: Gislene Ferreira Venerando

Orientador: José Carlos Souza Araujo

Instituição: Universidade de Uberaba – UNIUBE

2- IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome:

Data de nascimento:

Endereço:

Naturalidade:

Profissão:

3- PERGUNTAS:

- a) Para você, quais eram as metas do Mobral?
- b) Qual o local onde aconteciam as aulas?
- c) Quantos alunos havia em cada sala de aula do Mobral?
- d) Qual era a faixa etária dos alunos do Mobral?
- e) Como era a relação professor/aluno no programa?
- f) Qual era a repercussão do Mobral na cidade de Uberaba?
- g) Você enfrentou algum obstáculo na profissão, enquanto professora do Mobral?
- h) Para ser professora do Mobral você participou de treinamento?
- i) Qual o seu parecer sobre do método das apostilas?
- j) Você utilizava e/ou elaborava outros materiais?
- k) Como eram os resultados do Mobral? Os alunos eram alfabetizados?
- l) Para você, por que o Mobral foi extinto?

ROTEIRO ENTREVISTAS SUPERVISOR DE ÁREA / SECRETÁRIA EXECUTIVA

1- IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA:

Título do projeto: **Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) em Uberaba/MG: primeiras aproximações**

Pesquisadora: Gislene Ferreira Venerando

Orientador: José Carlos Souza Araujo

Instituição: Universidade de Uberaba – UNIUBE

2- IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome:

Data de nascimento:

Endereço:

Naturalidade:

Profissão:

3- PERGUNTAS:

- a) Como era estruturado o Mobral na cidade de Uberaba?
- b) Qual era a repercussão do Mobral na cidade de Uberaba?
- c) Você enfrentou algum obstáculo na profissão, enquanto supervisora de área do Mobral?
- d) Quais as atividades você desenvolvia no programa?
- e) Para ser supervisora de área do Mobral você participou de treinamento?
- f) Qual o seu parecer sobre do método das apostilas?
- g) Os professores utilizavam e/ou elaboravam outros materiais?
- h) Como eram os resultados do Mobral? Os alunos eram alfabetizados?
- i) Como era a relação professor/aluno no programa?
- j) O Mobral recebia alguma influência política?
- k) Para você, por que o Mobral foi extinto?

ROTEIRO ENTREVISTAS ALUNOS

1- IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA:

Título do projeto: **Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) em Uberaba/MG: primeiras aproximações**

Pesquisadora: Gislene Ferreira Venerando

Orientador: José Carlos Souza Araujo

Instituição: Universidade de Uberaba – UNIUBE

2- IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome:

Data de nascimento:

Endereço:

Naturalidade:

Profissão:

3- PERGUNTAS:

- a) Você frequentou a escola antes de ingressar no Mobral?
- b) Como foi e por que você ingressou no Mobral?
- c) Como era a sua relação com sua professora do Mobral?
- d) Como era a sua relação com seus colegas de sala?
- e) Qual material didático era utilizado: livros, apostilas, cadernos?
- f) Você enfrentou algum obstáculo, enquanto aluno do Mobral?
- g) Houve alunos que desistiram?
- h) Você continuou a estudar depois do Mobral?
- i) Depois de estudar no Mobral, ocorreu alguma mudança na sua vida?
- j) Houve entrega de diplomas? Como aconteceu, algum político participou?
- k) Para você, por que o Mobral foi extinto?

ROTEIRO ENTREVISTA PRESIDENTE DA COMUN

1- IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA:

Título do projeto: **Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) em Uberaba/MG: primeiras aproximações**

Pesquisadora: Gislene Ferreira Venerando

Orientador: José Carlos Souza Araujo

Instituição: Universidade de Uberaba – UNIUBE

2- IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome:

Data de nascimento:

Endereço:

Naturalidade:

Profissão:

3- PERGUNTAS:

- a) Como era estruturado o Mobral na cidade de Uberaba?
- b) Qual era a repercussão do Mobral na cidade de Uberaba?
- c) Você enfrentou algum obstáculo na profissão, enquanto Presidente da Comissão Municipal do Mobral?
- d) Quais as atividades você desenvolvia no programa?
- e) Para ser Presidente da Comun do Mobral você participou de treinamento?
- f) Como eram os resultados do Mobral? Os alunos eram alfabetizados?
- g) Como era a relação professor/aluno no programa?
- h) O Mobral recebia alguma influência política?
- i) Para você, por que o Mobral foi extinto?